

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Maria Aparecida da Silva

**O Ensino Médio noturno da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade sob a ótica
do abandono escolar**

Juiz de Fora

2020

Maria Aparecida da Silva

**O Ensino Médio noturno da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade sob a ótica
do abandono escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública

Orientador: Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Maria Aparecida da .

O Ensino Médio noturno da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade sob a ótica do abandono escolar / Maria Aparecida da Silva. -- 2020.

132 p.

Orientador: Lourival Batista de Oliveira Júnior

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2020.

1. Abandono Escolar. 2. Ensino médio noturno. 3. Percalços do Ensino Médio Noturno. I. Oliveira Júnior, Lourival Batista de , orient. II. Título.

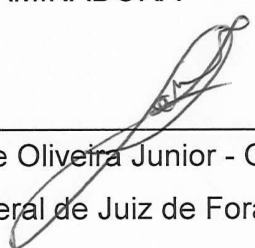
Maria Aparecida da Silva

**O Ensino Médio noturno da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade
sob a ótica do abandono escolar**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 21 de janeiro de 2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Junior - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella
Universidade de São Paulo



Profa. Dra. Camila Gonçalves Silva Figueiredo
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

“Há mais mistérios entre o céu e a terra do que julgamos nossa vã filosofia”

(William Shakespeare)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, o soberano de todas as coisas, aquele que me permitiu forças para concluir este trabalho e tem me animado todos os dias, provando-me a cada minuto que a vida é um mistério e precisa ser preservada com todas as forças.

Não há dom mais maravilhoso do que viver e é preciso dizer isto para todas as pessoas.

À minha saudosa mãe Joselita (*in memoriam*), minha admiradora número 1, que se estivesse aqui, estaria se vangloriando pela minha conquista.

Agradeço à minha família, meu porto seguro, de onde tenho encontrado forças para vencer meus medos, meus desafios.

Um agradecimento mais do que especial a meu marido José Carlos, que soube compreender minhas ausências e, por inúmeros fins de semana, não pôde desfrutar de minha companhia.

Meus amados filhos Carlos Humberto e Maíra, razão maior da minha vida e por quem ousei seguir neste mestrado, no intuito de ser para eles exemplo de fé e determinação.

Aos meus queridos colegas da E. E. Sinhaninha Gonçalves, que sempre torceram por mim, em especial às amigas Elenice, Betânia e Nolma, minhas companheiras de gestão e parceiras eternas do coração.

Aos colegas do coração da E.E. Bernardino Nunes da Rocha, pela torcida sempre.

Agradeço, ainda, à asa Mayanna, pela paciência na condução de meu trabalho, figura essencial para que eu pudesse concluí-lo.

Muito Obrigada!

Agora entendo! A vida é mistério! O universo é mistério!
Não existe acaso. Não existe sorte. Existe fé e determinação.

RESUMO

O presente caso de gestão se propõe a analisar o abandono escolar no ensino médio noturno da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, situada na região leste de Minas Gerais. A referida instituição conta com um quantitativo de 680 alunos e 63 funcionários, divididos em três turnos e apresenta considerável taxa de abandono por parte dos alunos do ensino médio noturno. Este problema pode ser comprovado por meio de registros de diários do professor, além dos dados que podem ser obtidos no Sistema Mineiro de Avaliação Escolar e base de dados do censo escolar brasileiro, em estudos realizados entre os anos de 2014 a 2018. Nesse sentido, esta dissertação se propõe a responder à seguinte questão de pesquisa: que fatores têm causado altas taxas de abandono escolar no ensino médio noturno na E.E. Carlos Drummond de Andrade? Portanto, mediante a realização deste estudo de caso, de natureza qualitativa, analisamos os fatores internos e externos que podem estar relacionados à ocorrência de abandono na instituição examinada. Esta pesquisa possui, como objetivos: (i) a realização da descrição da escola examinada; (ii) identificação dos fatores internos e externos que coadunam no crescimento do abandono no ensino médio noturno; e (iii) a proposição de um plano de ação voltado para a redução deste problema. A metodologia utilizada consiste na análise das legislações que abordam a temática do ensino médio, com enfoque no ensino médio noturno. Ademais, é também adotada a revisão bibliográfica de obras que tratam da temática estudada, dentre as quais: Gatti (2012), Almeida (2011), Batista *et al.* (2009), Krawczyk (2011) e Moehlecke (2012). Além disso, recorreu-se, ainda, como metodologia, a aplicação de questionários aos 39 estudantes do ensino médio noturno. Por meio deles, foi possível constatar alguns fatores que estão associados ao abandono escolar, como: a necessidade de se trabalhar, devido às más condições financeiras; a indisciplina; baixa frequência; o não comprometimento com os estudos; ausência de interesse; dificuldades em acompanhar as aulas; professores muito exigentes; e ausência de práticas pedagógicas diferenciadas. Por fim, a partir das constatações e com base na pesquisa realizada, esta dissertação propõe um plano de ação, que visa a aplicação de estratégias pedagógicas, no intuito de atenuar o problema do abandono na E.E. Carlos Drummond de Andrade.

Palavras-Chave: Abandono Escolar. Ensino médio noturno. Percalços do Ensino Médio Noturno.

ABSTRACT

The present management case proposes to analyze school dropout in night high school at Carlos Drummond de Andrade State School, located in the eastern region of Minas Gerais. This institution has a total of 680 students and 63 employees, divided into three shifts and has a considerable dropout rate by night high school students. This problem can be proven through the records of the teacher's diaries, in addition to the data that can be obtained from SIMADE (Minas Gerais School Evaluation System) and the Brazilian school census database, in studies carried out between the years 2014 to 2018. In this sense, this dissertation proposes to answer the following research question: what factors have caused high school dropout rates in night high school in EE Carlos Drummond de Andrade? Therefore, by conducting this case study, of a qualitative nature, we analyzed the internal and external factors that may be related to the occurrence of abandonment in the examined institution. This research has as objectives: (i) the description of the school examined; (ii) identification of internal and external factors that contribute to the growth of dropout in night high school; and (iii) the proposal of an action plan aimed at reducing this problem. The methodology used consists of an analysis of the legislation that addresses the theme of high school, with a focus on night high school. In addition, a bibliographic review of works that deal with the studied theme is also adopted, among which are: Gatti (2012), Almeida (2011), Batista et al. (2009), Krawczyk (2011) and Moehlecke (2012). In addition, questionnaires were applied to 39 high school students at night as a methodology. Through them, it was possible to see some factors that are associated with school dropout, such as: the need to work, due to poor financial conditions; indiscipline; low frequency; non-commitment to studies; absence of interest; difficulties in following classes; very demanding teachers; and absence of differentiated pedagogical practices. Finally, based on the findings and based on the research carried out, this dissertation proposes an action plan, aimed at the application of pedagogical strategies, in order to mitigate the problem of abandonment in E.E. Carlos Drummond de Andrade.

Keywords: School Dropou. Night High School. Night High School Mishaps.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Diretoria Educacional SRE/GV.....	35
Figura 2 - Detalhamento do indicador para taxa de abandono escolar, em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de abandono por turma em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade	51
Gráfico 2 - Taxa de reprovação por turma em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade	52
Gráfico 3 - Taxa de distorção por turma em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade	53
Gráfico 4 - Atividade remunerada dos respondentes	74
Gráfico 5 - Renda familiar dos alunos do 3º ano - Ensino médio noturno - E. E. Carlos Drummond de Andrade	75
Gráfico 6 - Porcentagem de alunos que repetiram o ano 1 ou mais vezes	77
Gráfico 7 - Séries em que houve reprovação	77
Gráfico 8 - Justificativa para a reprovação, na visão dos alunos	78
Gráfico 9 - Porcentagem de alunos que abandonaram a escola.....	79
Gráfico 10 - Pretensões dos alunos do 3º ano – ensino médio, pós conclusão do ensino médio	80
Gráfico 11 - Tipo de Universidade que desejam cursar após concluírem o ensino médio.....	81
Gráfico 12 - Relacionamento dos alunos do 3º ano com os colegas, professores, direção e demais servidores da escola	82
Gráfico 13 - Percepção dos alunos do 3º ano quanto à escola.....	83
Gráfico 14 - Atividade remunerada dos respondentes.....	89
Gráfico 15 - Renda familiar dos alunos do 2ºano - Ensino médio noturno - E. E. Carlos Drummond de Andrade	90
Gráfico 16 - Porcentagem de alunos que repetiram o ano 1 ou mais vezes	91
Gráfico 17 - Justificativa para a reprovação, na visão dos alunos	92
Gráfico 18 - Justificativas para o abandono apontadas pelos alunos do 2º ano	93
Gráfico 19 - Relacionamento dos alunos no ambiente escolar	94
Gráfico 20 - Percepção dos alunos do 2º ano quanto à escola.....	94
Gráfico 21 - Porcentagem de alunos trabalhadores que já abandonaram a escola.....	100
Gráfico 22 - Renda familiar dos alunos que já abandonaram a escola.....	100
Gráfico 23 - Porcentagem de reprovados dentre os que já abandonaram os estudos	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divisão do trabalho Pedagógico da Diretoria Educacional A	36
Quadro 2 - Fatores apontados na pesquisa x ações previstas no PAE	104
Quadro 3 - Reestruturação das ações do Projeto: Meu primeiro negócio.....	106
Quadro 4 - De olho na frequência.....	108
Quadro 5 - Reestruturação das rodas de conversa	109
Quadro 6 - Oficinas do conhecimento	110
Quadro 7 - Fortalecimento de parcerias com empresas e comércio local e Prefeitura Municipal.....	111
Quadro 8 - Promoção de palestras com empreendedores locais.....	112
Quadro 9 - Formação continuada de professores.....	113
Quadro 10 - Workshops motivacionais	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fluxo Escolar no Ensino Médio- Estado Minas Gerais de 2014 a 2017	34
Tabela 2 - Taxa de fluxo escolar - Ensino Médio da SRE/GV X Minas Gerais.....	37
Tabela 3 - Taxa de Distorção idade série da SRE/GV X Minas Gerais	38
Tabela 4 - Taxa de fluxo nas turmas de Ensino Médio da Escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país em 2014.....	42
Tabela 5 - Taxa de fluxo da Escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país em 2015.....	43
Tabela 6 - Taxa de fluxo da escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país, em 2016.....	43
Tabela 7 - Taxa de fluxo da escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país, em 2017.....	44
Tabela 8 – Taxa de fluxo no Ensino Médio Noturno, na E.E. Carlos Drummond de Andrade, de 2014 a 2018, 1º, 2º e 3º anos.....	45
Tabela 9 – Taxa de fluxo no ensino médio diurno na E.E.Carlos Drummond de Andrade, de 2014 a 2018, 1º, 2º e 3º anos (%)......	45
Tabela 10 – Taxa de matrícula X taxa de evasão no 3º ano do Ensino Médio Noturno, na E. E. Carlos Drummond de Andrade, de 2014 a 2018	46
Tabela 11 - Porcentagem de alunos matriculados no 1º ano em 2017 X alunos que abandonaram X alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala.....	47
Tabela 12 - Porcentagem de alunos matriculados no 1º ano em 2018 X alunos que abandonaram X alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala.....	47
Tabela 13 - Balanço dos alunos remanescentes do Projeto Telecurso Minas Gerais de 2016	48
Tabela 14 - Alunos remanescentes do Projeto Telecurso Minas Gerais aprovados em 2017	48
Tabela 15 - Percentual de alunos reprovados no Ensino Médio em Progressão Parcial, em 2017	50
Tabela 16 - Taxas de abandono e reprovação dos alunos que utilizaram o transporte escolar em 2017	54
Tabela 17 - Percentual de abandono no 1º e 2º ano do ensino médio diurno e noturno, em novembro de 2018	55

Tabela 18 - Perfil dos alunos respondentes - 3º ano Ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade	73
Tabela 19 - Grau de escolaridade dos pais - 3º ano Ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade	76
Tabela 20 - Afirmação dos alunos do 3º ano noturno, em relação a alguns aspectos em sala de aula.....	84
Tabela 21 - Afirmação dos alunos do noturno sobre alguns aspectos de atuação deles em sala de aula.....	85
Tabela 22 - Percepção de como os alunos do 3º ano se veem os professores em sala de aula	86
Tabela 23 - Percepção de como os alunos do 3º ano se veem em sala de aula	87
Tabela 24- Perfil dos alunos respondentes - 2º ano Ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade	88
Tabela 25- Grau de escolaridade dos pais - 3º ano Ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade	90
Tabela 26 - Afirmação dos alunos do 2º ano noturno em relação a alguns aspectos em sala de aula.....	95
Tabela 27- Percepção de como os alunos do 2º ano veem os professores em sala de aula.....	97
Tabela 28 - Percepção de como os alunos do 2º ano se veem em sala de aula	98
Tabela 29- Grau de escolaridade dos pais dos alunos do ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade que já abandonaram a escola	99

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CNE	Conselho Nacional de Educação
CESEC	Centro Estadual de Educação Continuada
CEB	Câmara de Educação Básica
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIM	Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NASF	Núcleo de Assistência às famílias
PAE	Plano de Ação Educacional
PRC	Projeto de Redesenho Curricular
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROEB	Programa de Avaliação da Educação Básica
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
REM	Reinventado O Ensino Médio
SEDECTES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SEE	Secretaria de Estado da Educação
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SEE	Secretaria Estadual de Educação
TDH	Transtorno do Déficit de Atenção
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIVALE	Universidade do Vale do Rio Doce
VEM	Virada Educação Minas Gerais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	ENSINO MÉDIO: TRAJETÓRIA E APONTAMENTOS.....	20
1.1	O ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	21
1.2	A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS.....	28
1.3.	O ENSINO MÉDIO NA SRE DE GOVERNADOR VALADARES	35
1.4	A ESCOLA ESTADUAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.....	38
2	ABANDONO ESCOLAR: UM DESAFIO DO ENSINO MÉDIO.....	57
2.1	REFERENCIAL TEÓRICO	57
2.1.1	O Ensino Médio: desafios e reflexões.....	58
2.1.2	Abandono no ensino médio: as facetas do ensino médio noturno	63
2.2	PERCURSO METODOLÓGICO	70
2.3	ANÁLISE DOS DADOS	72
2.3.1	Uma análise do perfil dos alunos de 3º ano do ensino médio.....	73
2.3.2	Uma análise do perfil dos alunos de 2º ano do ensino médio.....	87
2.3.3	Aspectos comuns e divergentes entre as duas turmas pesquisadas.....	98
3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - MEDIDAS DE CONTENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR.....	105
3.1	REESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO: MEU PRIMEIRO NEGÓCIO	105
3.2	DE OLHO NA FREQUÊNCIA.....	107
3.3	REESTRUTURAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA.....	108
3.4	OFICINAS DO CONHECIMENTO	109
3.5	FORTALECIMENTO DE PARCERIAS COM EMPRESAS E COMÉRCIO LOCAL E PREFEITURA MUNICIPAL	111
3.6	PROMOÇÃO DE PALESTRAS COM EMPREENDEDORES LOCAIS	111
3.7	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.....	112
3.8	WORKSHOPS MOTIVACIONAIS	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	118
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS.....	121

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
.....	129

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa os altos índices de abandono escolar do ensino médio noturno da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, situada na região leste de Minas Gerais

A presente pesquisa intenciona abordar a temática do abandono escolar. Entende-se que os números apontam taxas bastante elevadas de abandono escolar em todo o território brasileiro. Nos anos de 2015 e 2016, os dados do INEP apontam, respectivamente, taxas de 12,5% e 13,0%, trazendo o 1º ano do Ensino Médio com taxas de abandono de 17,7%, em 2015; e 18,4%, em 2016. Observa-se, assim, que nos dois anos consecutivos, houve considerável crescimento destes números.

Consideramos importante refletir sobre os fatores que tendem a contribuir com a saída dos alunos do ambiente de aprendizagem, no qual ele deveria permanecer inserido e, assim, concluir as etapas de ensino previstas. No entanto, apesar de as evidências apontarem algumas políticas para redução do abandono escolar, a questão ainda permanece de modo visível. Algumas políticas que podem ser citadas são: Ampliação da oferta de vagas; facilitação do transporte escolar, por meio da criação do programa Caminhos da escola; criação dos programas Bolsa família; implementação do Poupança jovem; e criação do Programa de alimentação escolar (PNAE).

A Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009), assegura a obrigatoriedade do ensino de 04 a 17 anos. Conforme aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), é entregue, aos estabelecimentos de ensino, o dever de zelar pela frequência dos alunos, comunicando, ao Conselho Tutelar, as ocorrências de faltas injustificáveis, responsabilidade essa já afirmada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, mesmo diante de todo este aparato legal que envolve o tema da obrigatoriedade do ensino, o abandono é tema de destaque nos ambientes escolares e objeto de estudos nos meios acadêmicos.

Propõe-se, assim, neste caso de gestão, que seja estudado o problema do abandono escolar na etapa final da educação básica, mais especificamente no ensino médio noturno. Tal pesquisa se justifica, uma vez que tal período de estudo é responsável por preparar o adolescente para o trabalho e a cidadania, a fim de que continue aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores,

conforme nos afirma o artigo nº 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), no que se refere a esta etapa de ensino.

Apesar de termos presenciado uma crescente demanda de oferta desta etapa no ensino público, favorecendo o acesso à educação, não foram garantidos meios para a permanência dos jovens na escola. Juntam-se a essa questão os problemas de ordem social, como necessidade de ingressar no mercado de trabalho precocemente, de forma a contribuir para a renda familiar. Nesse sentido, o emprego é visto enquanto uma questão de extrema necessidade para grande parte da juventude brasileira, que acaba por considerar a escola em segundo plano.

Entende-se que o abandono escolar representa uma perda significativa para a educação, em termos de desperdício de tempo e de recursos financeiros, oferecendo, ainda, grande prejuízo social, já que jovens pouco escolarizados tendem a pouco contribuir para o crescimento econômico da sociedade. Alunos evadidos podem se manter à margem da sociedade. Ademais, as oportunidades de emprego se tornam mais escassas, aumentando os riscos de vulnerabilidade.

Assim, é necessário refletir sobre a ineficiência dos sistemas de ensino, uma vez que a frequência regular, durante todo o período letivo, por parte dos alunos matriculados no início do ano, é uma dificuldade tangível. Esta, por sua vez, aponta a necessidade de as instituições escolares refletirem acerca de suas práticas educativas.

O referido caso de gestão será conduzido a partir de um olhar de uma pesquisadora que faz parte do quadro de servidores da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, desde o ano de 1997, iniciando como professora de Língua Portuguesa. Decorridos mais de 20 anos, teve a oportunidade de assumir, por mais de 15 anos, a função de supervisora escolar. Durante toda esta trajetória, o abandono escolar sempre esteve presente, associado à reprovação e problemas de baixa aprendizagem.

Apesar de algumas tentativas de resolução do problema, nota-se que os resultados não se apresentam positivos na escola examinada. Pode-se citar, dentre as medidas tomadas: informações ao conselho tutelar, no caso do aluno menor; conversa com alunos e pais; e flexibilidade quanto ao horário de entrada do aluno trabalhador. A pesquisadora em questão assumiu, em 2016, a gestão da escola e, apesar das sucessivas tentativas de reduzir o problema, não houve êxito. Deste contexto, surgiu o interesse em desenvolver o estudo em questão.

A partir da oportunidade de ingressar no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, a pesquisadora procurou desenvolver um estudo que pudesse investigar, por meio do emprego de metodologia e instrumentos de pesquisa adequados, os fatores e/ou condicionantes que coadunam nos altos

índices de abandono escolar. Ademais, de posse dos dados, procurou-se elaborar um Plano de Ação Educacional, de forma que sejam estabelecidas estratégias capazes de melhorar as condições pedagógicas da instituição e, por conseguinte, reduzir o abandono no ensino médio noturno.

Assim, este estudo possui, como questão de pesquisa: que fatores têm causado altas taxas de abandono escolar no ensino médio noturno na E.E. Carlos Drummond de Andrade?

É necessário descobrir as facetas dos problemas do abandono escolar, presentes no cotidiano da E. E. Carlos Drummond de Andrade. Ademais, é fundamental buscar evidências que justifiquem as altas taxas de abandono na Instituição. Nesse processo, é preciso identificar e analisar fatores internos e externos que podem estar relacionados ao fato. Para tanto, um primeiro passo perpassa pela análise minuciosa dos números de abandono. Ademais, convém apontar, ainda, os dados de reprovação, no intuito de identificar se há alguma relação entre estes.

Neste caminho, é necessário ouvir o corpo discente, a fim de se colher informações que possibilitem descobrir onde se encontram as raízes do problema do abandono escolar nesta comunidade. Espera-se, assim, que este instrumento represente grande aporte na pesquisa em questão.

A fim de tornar mais eficientes os resultados da pesquisa com os discentes, utilizar-se-á, ainda, como metodologia de pesquisa, a análise documental, por meio dos registros do Sistema Mineiro de Avaliação Escolar (SIMADE), bem como a base de dados do Censo escolar brasileiro. Por meio de tais documentações, será possível obter dados anuais das taxas de abandono da escola de estudo. Com base nas informações obtidas, propor-se-á a busca de alternativas para amenizar o problema.

Assim, esta pesquisa está delineada pelos objetivos analíticos e propositivos. Em se tratando dos objetivos analíticos, propõe-se a identificação dos fatos que estariam resultando em grandes taxas de abandono escolar. Entende-se que tais questões necessitam de respostas, a fim de que possam ser traçados os objetivos propositivos. Nesta linha, os objetivos propositivos caminham, no sentido de instrumentalizar o Plano de Ação Educacional (PAE), que traz alternativas pertinentes à escola, na busca da melhoria dos resultados do fluxo escolar nesta instituição.

A presente dissertação é composta por três capítulos. O primeiro tem por objetivo realizar a descrição do caso de gestão, subdividindo-se em quatro seções, nas quais, são abordados os cenários do Ensino Médio no âmbito do País, Estado de Minas Gerais, SRE de Governador Valadares e da escola de estudo.

O segundo capítulo apresenta a subdivisão em três sessões: O referencial teórico, o percurso metodológico e a análise dos dados. O referencial teórico se subdivide em duas subseções, sendo a primeira intitulada como o ensino médio: desafios e reflexões e a segunda, abandono no ensino médio: as facetas do ensino médio noturno.

Os estudos são apresentados, com base nas ideias defendidas por autores que trouxeram escritos primordiais para o aprofundamento das pesquisas, tais como: Gatti (2012), Almeida (2011), Batista *et al.* (2009), Krawczyk (2011), Moehlecke (2012), Brandão (2011), Souza e Oliveira (2008), Santos *et al.* (2017), Goulart *et al.* (2006), Leon e Menezes-Filho (2003), dentre outros de igual relevância.

Na seção intitulada percurso metodológico, foram utilizados os estudos de Gil (2008), no que se refere à pesquisa qualitativa, adotada no presente trabalho. Com base nestes escritos, é realizada, posteriormente, a análise do instrumento de pesquisa, aplicado ao corpo discente da instituição estudada. Na terceira seção, é feita, por fim, a apresentação e análise dos dados, obtidos através da investigação realizada, por meio da aplicação de questionário aos discentes.

Já o terceiro capítulo, é apresentada a proposta de Plano de Ação (PAE), produzido a partir das análises dos capítulos anteriores. Por meio dele, são apresentadas medidas que possibilitam amenizar o problema do abandono escolar.

1 ENSINO MÉDIO: TRAJETÓRIA E APONTAMENTOS

Este capítulo intenciona apresentar o problema do abandono escolar no ensino médio noturno no cotidiano da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, nos últimos quatro anos. Em tal instituição, os índices de abandono escolar se apresentam em números bastante elevados. Uma vez que abandono escolar se configura como a situação em que os alunos deixam de frequentar uma referida etapa de ensino antes do findar do ano letivo, retornando no ano seguinte (INEP, 1998), convém apresentar, assim, a diferenciação do conceito com a evasão escolar. Esta, por sua vez, representa o fato de alunos deixarem o sistema de ensino e, por fatores determinantes e diversos em uma comunidade escolar, não retornam para concluir os estudos (INEP, 1998). Levando-se em conta a complexidade destes dois fatores para o universo da educação brasileira, ambas as problemáticas representam, para o país, a contramão do processo de avanço educacional, bem como das metas de universalização do ensino médio. Nesse sentido, constituem-se, assim, como duas das maiores fraquezas do sistema educacional brasileiro. Dessa forma, justifica-se o estudo do tema abandono escolar no ensino médio da E. E. Carlos Drummond de Andrade.

Ao se analisar os índices de abandono da referida escola, é possível constatar que, entre os anos de 2014 a 2018, há uma crescente evolução nestas taxas, conforme nos mostram os dados obtidos através do Censo escolar anual. Se, em 2014, estes números se configuravam em 6.0%, posicionando-se inferiores às taxas de Minas Gerais, nos anos seguintes, houve uma reversão do quadro, com o crescimento dos índices de abandono da escola, que se apresentam os percentuais de 12; 7% e 10,2% para os anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Portanto, tais números são superiores aos resultados de Minas Gerais e do Brasil. Tendo em vista este contexto, este primeiro capítulo é dedicado à descrição do caso de gestão, estando dividido em quatro seções.

A primeira contempla as legislações nacionais que visam a reestruturar o Ensino Médio brasileiro, trazendo uma reflexão de como as legislações nacionais vêm apresentando o Ensino Médio, com ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), e no que ela aborda em relação ao ensino médio. É apresentado, ainda, o que está proposto para esta etapa da educação básica no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e na Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016. Por fim, é também contextualizada a Medida Provisória nº 746, de 2016, que trata da reformulação do Ensino Médio, bem como a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016c), que institui novo regime fiscal, o que resulta no congelamento de gastos por vinte exercícios financeiros.

A segunda seção trata dos dados relacionados à rede Estadual de Educação de Minas Gerais, na qual a escola pesquisada está inserida. São contextualizados, ainda, os programas e projetos da Secretaria, criados na intenção de amenizar o problema do abandono, ainda tão fortemente marcado neste estado. Para a coleta destes dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica.

A segunda seção se propõe, ainda, a realizar uma sucinta apresentação da SRE de Governador Valadares, demonstrando a atuação desta superintendência, diante dos projetos instituídos pela Secretaria, bem como dados relevantes dos índices de abandono. As informações aqui obtidas são resultado de pesquisa realizada com diretores de diferentes setores do órgão.

Posteriormente, a terceira seção evidencia a Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade no Município de Coroaci-MG, com enfoque no abandono escolar. Nesse sentido, é apresentada a escola de estudo, bem como a sua localização, importância para o município, infraestrutura, número de alunos e funcionários, modalidades de educação oferecida, além dos projetos existentes.

Na última seção, são elencadas as evidências que comprovam que os índices de abandono da referida escola é alarmante e não mostra sinais de contorno da situação nos últimos anos, o que suscita a necessidade de intervenções que possam conter este avanço. Ademais, é apresentada, nesta seção, a comparação dos dados da escola com as taxas de abandono do país e estado de Minas Gerais. São também contextualizadas outras vertentes do fluxo escolar, que são as taxas de retenção, bem como a progressão parcial, uma vez que ambas apresentam resultados pouco satisfatórios.

Para se condensar os dados desta seção, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que tem como suportes as ideias de Batista *et al.* (2009), Gatti (2012), Almeida (2011), Krawczyk (2011), Moehlecke, 2012, Brandão (2011), Souza e Oliveira (2008). Além disso, foi também realizada a pesquisa documental, valendo-se dos registros obtidos na instituição. Ambos os recursos nos permitiram obter um panorama da realidade educacional em estudo.

1.1 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Em 20 de dezembro de 1996, publicou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela apresenta o ensino médio como a última etapa da educação básica, o qual passou a ser visto com o objetivo de sequenciar os estudos e conhecimentos iniciados na etapa do Ensino Fundamental, conforme nos aponta o artigo 35:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
 - II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 - III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 - IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (BRASIL, 1996, p.12).

Ainda conforme o artigo 35 da lei, o ensino médio é apresentado como uma etapa de ensino que visa não somente a busca de conhecimentos intelectuais, mas, sobretudo, a formação integral do ser humano, havendo, assim, o preparo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Oferecer um ensino médio que dê conta de todas estas questões não tem sido tarefa simples, uma vez que, apesar de as leis apresentarem a obrigatoriedade das ações, estas tendem a se esbarrar em muitas outras questões, principalmente as de ordem econômica. Assim, foram realizadas, ao longo dos últimos anos, alterações nesta legislação, de forma a encontrar melhores alternativas para um ensino de qualidade no país. Tais medidas procuram garantir um número maior de matriculados nas redes públicas, bem como a permanência dos jovens nas instituições.

Nota-se que a juventude brasileira não tem encontrado, na escola, grandes estímulos para os estudos, o que não se configura como um problema recente, uma vez que legislações anteriores também apontaram para a necessidade de se promover uma educação de modo mais atraente para a os alunos do ensino médio. Já na promulgação da Lei 5692 (BRASIL, 1971), percebe-se a preocupação em atrair a juventude para o Ensino. Nota-se, ainda, a intenção de comungar a educação com a preparação para o mundo do trabalho, como aponta o artigo 1º:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971, s/p).

Em 1982, com a mudança na redação da lei 5692 (BRASIL, 1971), a preocupação com a formação para o trabalho permanece e torna tal elemento obrigatório aos estabelecimentos de Ensino. A preparação para o trabalho passa a ser vista, assim, como elemento de formação integral do aluno, sendo obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e devendo estar presente nos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1982). No entanto, não se percebe, neste período, nenhuma preocupação com a formação humana dos educandos, ao

passo que a preocupação com o mundo do trabalho visava a atender às necessidades de mão de obra qualificada pretendida no país.

Um novo horizonte se abre quando, em 1988, a promulgação da carta magna da Constituição aponta, para a educação brasileira, uma preocupação que se estende além da formação para o trabalho, visando, também, à formação humana dos brasileiros. Tal perspectiva pode ser vista no artigo 205º:

Art. 205º A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.161).

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1996, reafirma o pretendido na Constituição Federal e, ainda, aponta novos rumos para a educação brasileira. A preocupação quanto à qualidade do ensino é foco das legislações, as quais apontam o ensino médio como centro de atenções. Percebe-se, a partir de então, a necessidade de tornar o espaço escolar mais atrativo, em vista, principalmente, dos recursos tecnológicos, tão acessíveis às novas gerações.

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, instituída pela Resolução nº 2 de 20 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012); articuladas às Diretrizes curriculares para a Educação Básica estabelecem novos rumos para o Ensino Médio brasileiro e se baseiam fortemente no disposto na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Nesse sentido, tais documentos estão alinhados ao aprofundamento dos estudos iniciados no Ensino Fundamental, à preparação para o trabalho e pleno exercício da cidadania, bem como ao desenvolvimento do pensamento crítico. Estas novas Diretrizes vêm tratar o Ensino Médio noturno com todas as peculiaridades que ele apresenta, conforme pode ser visto no artigo 14, inciso VI:

Art. 14- IV - no Ensino Médio regular noturno, adequado às condições de trabalhadores, respeitado os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e o sucesso destes estudantes. (BRASIL, 2012, p.5).

Quanto ao ensino médio noturno, há a necessidade de se redobrar os esforços, a fim de manter o período de permanência dos jovens na escola, uma vez que, grande parcela destes é formada por alunos trabalhadores, torna-se cada vez mais difícil a frequência às aulas, o que pode acarretar em abandono e evasões. A permanência na escola é muitas vezes superada pela necessidade do trabalho. Contudo, neste turno de ensino, o que se observa, em relação ao ensino médio diurno, são taxas mais elevadas de abandono. Quanto à realidade do ensino médio

noturno da E.E. Carlos Drummond de Andrade, algumas particularidades podem representar maiores desafios, quando é feita uma comparação com o ensino médio diurno. Um exemplo a se destacar é em relação ao transporte escolar, que não é oferecido no turno. Há casos de alunos que percorrem, a pé, em média, 6 quilômetros no retorno para casa. Outro obstáculo se configura no fato de os alunos estarem inseridos no mercado de trabalho informal, apresentando prejuízo quanto às prerrogativas das leis trabalhistas. Dessa forma, alguns não possuem carga horária que flexibilize o horário de estudo.

Visando a um engajamento maior da juventude com os estudos, a proposta contida nas Diretrizes Curriculares prevê a organização curricular por itinerários formativos, permitindo, ao estudante, optar por um ou outro itinerário, conforme suas aptidões, como expõe o inciso XI, do artigo 14:

Art. 14-XI - a organização curricular do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades éticas, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento. (BRASIL, 2012, p.6).

Há, ainda, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio - Resolução nº 2 de 20 de janeiro de 2012, a afirmação de que a escolha dos itinerários formativos, pelo estudante, deve garantir a permanência no currículo, das dimensões de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, como forma de permitir, ao jovem, a inserção e autoafirmação no mundo atual, intencionando tornar a escola um ambiente que ofereça além do aprendizado, as mesmas oportunidades que o meio extraescolar (BRASIL, 2012).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) especifica, em sua meta 3, a necessidade de reorganização do ensino público, com vistas à elevação das taxas de matrículas no Ensino Médio. O PNE, por sua vez, reproduz o já disposto na Constituição Federal de 1988, que assegura, em seu artigo 206, que todo cidadão deve ter garantido o direito de acesso à escola: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p.161). Nesta busca de igualdade, o país tem intensificado, nas legislações, o objetivo de garantia de ampliar o número de jovens que frequentam as instituições escolares.

Ao nos propormos a analisar a meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), temos a convicção de que esta tende a representar os desejos de uma sociedade, que, por anos, presenciou, por meio de legislações, a questão da garantia de acesso e permanência de

jovens na escola. Contudo, não houve essa explicitação em um Plano Nacional, como tem-se então.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). (BRASIL, 2018. p.22).

Nos anos de 2002 a 2015, houve um crescimento desta taxa de matrícula, que oscilou de 78,2% para 84,3%. Entretanto, estes números não nos apontam garantias de cumprimento da meta 3 até o ano de 2024.

Quando analisamos a meta 3 do Plano Nacional de Educação, é possível entender a complexidade de ações que aparecem atreladas a ela e que são necessárias para a eficácia da implementação do Plano. Assim, temos que uma das estratégias, que vem articulada à meta 3, é:

(3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais (BRASIL, 2014, p.22)

Nota-se que as estratégias exigidas para o cumprimento desta meta englobam inúmeras e diversificadas ações, que perpassam por caminhos que vão desde a uma adequação curricular, à formação continuada dos profissionais. Há, ainda, o percurso, no sentido de prover, às instituições, de meios que permitem a associação da teoria com a prática, articulando as dimensões da ciência, do trabalho, das linguagens, da tecnologia, da cultura e do esporte. Vê-se que estas dimensões têm por objetivo acolher o jovem no ambiente escolar, de modo que ele possa se tornar um espaço de motivação e satisfação dos anseios da juventude no mundo atual, contribuindo, assim, para a extinção do fantasma do abandono escolar.

No caso específico do ensino médio noturno, há outro desafio. As motivações e interesses que mantêm o aluno no ambiente escolar devem ser bem diferenciadas e mais desafiadoras. Além de práticas pedagógicas particulares a cada aluno e situação, deve-se promover a associação direta das atividades escolares com o cotidiano do aluno, em

especial, ao mundo do trabalho. Nesse sentido, a meta de número 3 do PNE, quando associada ao Ensino Noturno, requer um maior desdobramento, no sentido, principalmente, de capacitar o corpo docente para o exercício destas individualidades, bem como o provimento das instituições com equipamentos necessários. Voltemos, então, à Constituição Federal e o que nos aponta o artigo 211:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988, p.162).

A eficácia do Plano Nacional de Educação (PNE) está vinculada à efetiva colaboração entre os entes federado. Desta feita, o objetivo é que cada ente apresente, à sociedade, a sua parcela de contribuição nesta trajetória.

Nesse sentido, temos presenciado tentativas de cumprimento do Plano Nacional de Educação, havendo, assim estratégias com vistas a reestruturar o Ensino Médio. Estas, por sua vez, buscam garantir, em qualidade e quantidade, a oferta desta etapa da Educação Básica. Na meta 6, por exemplo, é possível visualizar a proposta de ampliação da oferta da educação básica em Tempo Integral: “Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica”. (BRASIL, 2014, p.28).

A referida meta apresenta, ainda, estratégias que requerem a adoção de medidas que se direcionam a questões diretas de financiamento, como:

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. (BRASIL, 2014, p.29).

Mais uma vez, temos reafirmado a proposta de governabilidade em regime de colaboração entre os entes e bem se vê que, para atendimento desta meta, é necessário que as escolas passem por reestruturações em sua arquitetura. Como meio de cumprimento da meta de número do Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), presenciamos a instituição da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016a). Tal medida apresenta o propósito de instituir a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando artigos das Leis 9394/96 e 11.494/2007. No que se refere à educação

em Tempo integral no Ensino Médio, a Medida Provisória nº 746 traz alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), propondo a ampliação da carga horária de modo progressivo, como nos aponta a nova redação do Inciso I do artigo 24, a saber:

Parágrafo único. A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do **caput** deverá ser progressivamente ampliada, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, observadas as normas do respectivo sistema de ensino e de acordo com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação estabelecidos no Plano Nacional de Educação. (NR) (BRASIL, 2016a, p.1).

Nesse sentido, o texto da Medida sequencia as inúmeras tentativas do Ministério da Educação em tornar a última etapa da Educação Básica um tanto mais atraente para a juventude brasileira, bem como eficaz, de forma a atender às exigências da atualidade. Assim, apenas ampliar o tempo de permanência do estudante na instituição escolar não é suficiente para a garantia da aprendizagem. A Medida traz, ainda, propostas de alterações no currículo, que intencionam envolver os alunos em uma dimensão que ultrapasse a sua formação cognitiva, como nos aponta o parágrafo quinto do artigo 36.

§ 5º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais, conforme diretrizes definidas pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2016, p.2).

Ainda no artigo 36, é apontada a necessidade de se promover a formação técnica profissional do jovem no ensino médio, retomando tentativas de legislações anteriores, na busca da identidade para esta etapa da Educação básica.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional:
I - linguagens;
II - matemática;
III - ciências da natureza;
IV - ciências humanas; e
V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2016, p.2).

Portemo-nos às últimas legislações que trataram da formação técnica no ensino médio, pós-promulgação da LDB 9394 (BRASIL, 1996). No decreto 2.208/97, há a definição de que a formação técnica deve acontecer de forma desvinculada do ensino regular. A Resolução nº 3, de 1998, reafirma esta determinação e aponta que não haverá dissociação entre a formação geral e a preparação básica para o trabalho no ensino médio, nem esta última deve se confundir com

a formação profissional. Contudo, em 2004, o Decreto 5.114, de 23 de junho de 2004, propõe que a educação profissional técnica, de nível médio, deve ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Em seguida, a Lei de nº11741, de 16 de julho de 2008, aponta que a educação profissional e tecnológica deve se integrar ao Ensino Médio Regular, enfatizando as dimensões do trabalho, ciência e tecnologia.

Quando nos conduzimos para as especificidades do ensino médio noturno, percebemos certa desvinculação entre as legislações atuais para o ensino médio diurno e ensino médio noturno. Nesta análise, fica evidenciada a tentativa de legisladores encontrarem rumos para o ensino médio. Na medida em que as propostas avançam, surgem novas formas de pensar esta etapa da Educação Básica. Assim, a Medida Provisória nº746, atrelada ao novo Plano Nacional de Educação, intenciona encontrar novas formas de conduzir o Ensino Médio nas escolas públicas, buscando a integração efetiva do jovem na sociedade atual.

Entretanto, propagar o discurso de propostas inovadoras para a educação, como pretende o Plano Nacional de Educação- PNE (2014- 2024), é caminhar na contramão da recente Emenda Constitucional, que determina o congelamento de gastos com Educação e saúde por vinte anos. O artigo 106, da Emenda Constitucional nº 95, traz a seguinte redação: “Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (BRASIL, 2016, s/p). Vê-se, contudo, que a referida Emenda se apresenta como percalço no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse sentido, mais especificamente em relação ao Ensino Médio, há a tendência em persistirem os problemas de abandono escolar.

Na seção que segue, nos propomos a apresentar a rede estadual de Minas Gerais, o número de escolas atendidas, dados de abandono, bem como os projetos da Secretaria, que intencionam promover a eficácia da aprendizagem, além da permanência dos jovens na escola.

1.2 A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Torna-se importante situar a Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, no estado de Minas Gerais, que conta com um quantitativo de 2.162.227 alunos em sua rede, conforme nos apontam os dados do Censo Escolar (INEP, 2017, s/p). Destes, um considerável número de alunos se encontra matriculado no Ensino Médio Regular. É relevante apontar que, dos anos de 2013 a 2018, houve um aumento significativo de matrículas no ensino médio. Em 2013, por exemplo, havia 272 alunos matriculados; número que cresceu para 373, em 2018. Tal aspecto

evidencia que a procura pela escola foi intensificada entre os jovens. Dessa forma, tal realidade aumenta a responsabilidade da escola, bem como dos órgãos responsáveis, em oferecer uma educação de qualidade, assim como buscar meios mais eficazes de garantir, além do aprendizado, a permanência dos alunos nos ambientes escolares durante todo o período letivo.

Conforme nos apontam os dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação em nossa rede pública estadual (MINAS GERAIS, 2018, s/p), os alunos se encontram subdivididos em 3.633 escolas, as quais atendem pré-escola, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação de Jovens e adultos; e, ainda, um número significativo de alunos na educação especial. Sendo o Estado de Minas Gerais um dos que apresentam números expressivos de habitantes, é considerável a proporção de alunos atendidos somente pela rede pública estadual. Devido a esta grande extensão, as escolas estão agrupadas nas 47 superintendências regionais de Ensino, organizadas por polos. Dentre elas, na Superintendência de Governador Valadares, encontra-se a escola Estadual Carlos Drummond de Andrade.

Faz-se necessário, aqui, apresentar as ações do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído através da Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. O programa propunha uma articulação entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as Secretarias estaduais e distrital, como forma de haver compromisso com a formação continuada de profissionais da educação, validando o já disposto na Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, instituídas na Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.

Art. 1º - Fica instituído o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio - Pacto, pelo qual o Ministério da Educação - MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso com a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei nº 9.394, de 1996, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, instituídas na Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. (BRASIL, 2013, p.24).

Com o Pacto, há a tentativa de qualificar os professores do ensino médio, trazendo à tona a concepção de que a demanda do Ensino Médio, que se fazia presente nas escolas na atualidade, ansiava por uma escola aberta a ouvir o que a juventude tinha a dizer. Propunha-se, assim, a ideia de uma instituição que desse voz aos estudantes, de forma que eles pudessem expressar talentos e anseios. O apoio financeiro de tais ações ficou sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A ele, também ficaram vinculadas outras atribuições:

Art. 6º - Caberá ao MEC:

I - promover, em parceria com as IES, a formação dos formadores regionais, dos orientadores de estudo, dos professores e dos coordenadores pedagógicos de ensino médio nas redes de ensino que aderirem ao Pacto;

II - conceder, por meio do FNDE, bolsas de estudo para incentivar a participação dos formadores regionais, dos orientadores de estudo, dos professores e dos coordenadores pedagógicos de ensino médio nas atividades de formação nas redes de ensino que aderirem ao Pacto;

III - conceder, por meio do FNDE, bolsas de estudo e pesquisa para formadores, supervisores, coordenadores adjuntos e coordenadores gerais das IES e secretarias estaduais e distrital participantes do Pacto; e

IV - fornecer digitalmente os materiais de formação às redes de ensino que aderirem ao Pacto. (BRASIL, 2013, p. 24).

Aliada às responsabilidades do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, aponta, ainda, as atribuições cabíveis às Secretarias Estaduais de Educação e ao Distrito Federal. Dentre outras competências, as Secretarias ficaram responsáveis por fazer chegar, ao cotidiano das escolas, as ideias produzidas pelas Resoluções, tendo como principal atribuição a adesão ao programa.

Art 8º - Caberá aos Estados e ao Distrito Federal:

I - aderir ao PAC;

II - promover a participação das escolas públicas, urbanas e rurais, de sua rede de ensino;

III - instituir e viabilizar o funcionamento do Comitê Estadual no âmbito do Estado ou Distrito Federal;

IV - gerenciar e monitorar a implementação das ações do Pacto em sua rede;

V - selecionar supervisor(es) para se dedicar(em) às ações do Pacto e alocar equipe necessária para a sua gestão, inclusive em suas unidades regionais;

VI - selecionar formadores regionais para a sua rede de ensino e garantir a participação nos eventos de formação;

VII - assegurar espaço físico e material de apoio adequados para os encontros presenciais da formação dos orientadores de estudo pelos formadores regionais;

VIII - selecionar orientadores de estudo de sua rede de ensino e garantir sua participação nos eventos de formação, quando necessário;

IX - fomentar e garantir a participação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio de sua rede de ensino nas atividades de formação, sem prejuízo da carga horária em sala de aula; e

X - disponibilizar assistência técnica às escolas públicas na implementação do Pacto. (BRASIL, 2013, p.24).

Com as propostas do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, tem-se a intenção de apreender um número maior de estudantes, por meio da criação de projetos que dessem a possibilidade de os jovens atuarem como protagonistas do processo educacional, ampliando o tempo permanência na escola, bem como havendo a redução dos números de abandono e evasão, na última etapa da educação básica.

Aponta-se, ainda, outra tentativa da Secretaria Estadual de Educação de Educação voltada à redução das taxas de abandono, dando enfoque ao Ensino Médio Noturno, tanto do Ensino regular, como da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tal distinção é fundamental,

uma vez que os frequentadores do ensino noturno estão configurados em uma categoria de estudantes que já adentraram no mercado de trabalho, mesmo que de modo informal.

Com vistas a atender a esta demanda, aponta-se a Resolução SEE nº 2.842, de 13 de janeiro de 2016 (MINAS GERAIS, 2016). Esta nasce a partir de ações nas escolas, que intencionavam ouvir a Juventude, com base nas propostas do Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio e em ações advindas das rodas de conversas com a Juventude nos territórios de desenvolvimento, que discutiram o ensino médio em ocasião do movimento intitulado Virada Educação. Assim, a referida resolução reorganiza as formas de oferta do ensino médio, reestruturando, com veemência, o ensino médio noturno, a partir da reorganização da carga horária e da instituição da Disciplina Diversidade, Inclusão e o Mundo do trabalho.

Art. 2º O Ensino Médio noturno, etapa conclusiva da Educação Básica, terá duração de 3 (três) anos, com carga horária anual mínima de 800 horas, totalizando, no mínimo 2.400 horas.

§ 1º A carga horária diária do Ensino Médio noturno será de 4 (quatro) módulos de 45 (quarenta e cinco) minutos.

§ 2º As aulas no Ensino Médio noturno terão início às 19 (dezenove) horas e deverão encerrar-se às 22 (vinte e duas) horas e 15 (quinze) minutos. As SREs e as escolas poderão alterar o horário de entrada e saída do turno noturno para melhor gerenciamento do transporte escolar e em função de situações de especificidades locais, resguardando o interesse e a presença dos alunos e após justificativas fundamentadas e aprovadas pelo Diretor da SRE. (MINAS GERAIS, 2016, p.1).

A partir da interação entre três professores de disciplinas diferentes, permite-se a programação de atividades, com o objetivo de chamar a atenção dos alunos para novas práticas educacionais. Para tanto, busca-se sempre a articulação com ações que envolvam o mundo do trabalho. No entanto, o que se tem percebido, na realidade da escola estudada, é que nem sempre ocorre a preparação destas atividades de forma articulada entre os professores. Além disso, ainda não são observadas ações práticas nestas aulas, nem, tampouco, reflexões que envolvem o mundo do trabalho, conforme registros que representam o acompanhamento das aulas de Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho no ano de 2018, feitos no Diário Escolar Digital (DED).

Percebe-se, contudo, que poucas ações foram criadas pela Secretaria com ênfase no ensino médio noturno. Apesar de haver uma preocupação com a abertura de tal modalidade de ensino, as ações propostas para a melhoria do Ensino Médio fogem às especificidades do noturno. É o caso, por exemplo, do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009), como forma de promover a eficácia da aprendizagem no Ensino Médio, bem como impedir o abandono escolar. As ações

do programa estão voltadas para o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). No entanto, aparecem atreladas às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que contempla o período entre 2014 e 2024, bem como à reforma do Ensino Médio, criada pela Medida Provisória 746/2016a. Assim, apresentam-se como ações do PROEMI, conforme Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009:

Apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual. Deste modo, busca promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil com a oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. (BRASIL, 2009, p. 52).

Este projeto, instituído pelo Ministério da Educação, acontece em articulação com as Secretarias estaduais de educação e distrital, que recebem apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações estipuladas no Redesenho curricular (PRC), por meio do programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As ações deste projeto, por sua vez, dão ênfase ao protagonismo juvenil, como forma de inserir os estudantes em atividades que, de alguma forma, façam sentido para eles, de forma que o estudante possa ultrapassar as barreiras da sala de aula, por meio de experimentações, havendo, assim, formas mais atraentes de estimular a aprendizagem e ressignificar o currículo do ensino médio. Assim, as ações devem contemplar diversas áreas do conhecimento, permitindo, à escola, a oportunidade de apresentar, à juventude, o estudo de áreas do conhecimento que melhor contemplem as suas expectativas, de forma a promover a descoberta de talentos. Conforme a Resolução FNDE nº 4, de outubro de 2016 (BRASIL, 2016), a proposta considera os seguintes campos de integração curricular:

- I - Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática);
- II - Iniciação Científica e Pesquisa;
- III - Mundo do Trabalho;
- IV - Línguas Adicionais/Estrangeiras;
- V - Cultura Corporal;
- VI - Produção e Fruição das Artes;
- VII – Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital;
- VIII - Protagonismo Juvenil. (BRASIL, 2016, p.13).

Neste sentido, a escola terá melhores oportunidades de realizar um diálogo aberto com a juventude. Convém mencionar, aqui, outras tentativas do Estado de Minas Gerais, na busca de uma identidade mais objetiva para o ensino médio. Em 20 de dezembro de 2013, a Secretaria

Estadual de Educação de Minas Gerais instituiu a universalização do Projeto Reinventando o Ensino Médio (REM), que já funcionava em algumas escolas piloto do estado. Esta proposta se estruturava, de modo a articular uma base comum a todos os estudantes, por meio da definição de uma área de empregabilidade, a ser escolhida pelos alunos.

Art. 4º - A estrutura curricular do Reinventando o Ensino Médio deve conter uma Base Nacional Comum, uma Parte Diversificada, que é definida a partir das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, bem como as áreas de empregabilidade, destinadas à geração de competências e habilidades para a inserção do aluno no mundo do trabalho. (MINAS GERAIS, 2013, caderno 1,p.17).

Nota-se que a implantação do Reinventando o Ensino Médio vem propagar o que já veio afirmado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para esta etapa da Educação Básica. Ou seja, buscava promover um ensino que trouxesse, aos educandos, a oportunidade de preparação para o mundo do trabalho. No artigo 5º, a Resolução nº 2486 aponta algumas sugestões das áreas de empregabilidade oferecidas, a cargo de escolha dos estudantes, a saber:

Art. 5º - O Reinventando o Ensino Médio oferecerá as seguintes áreas de empregabilidade:
 I - Comunicação Aplicada;
 II - Empreendedorismo e Gestão;
 III - Meio Ambiente e Recursos Naturais;
 IV - Tecnologia da Informação;
 V - Turismo. (MINAS GERAIS, 2013, caderno 1,p.17)

Contudo, tal proposta não atendeu às expectativas, sendo interpelada pelas questões de financiamento, que não possibilitaram a implementação das oficinas escolhidas. Devido a tal problemática, houve uma lacuna de material, bem como ausência de qualificação dos profissionais que atuaram no programa, o que gerou desconforto e descontentamento nos alunos. Assim, na gestão seguinte, há a interrupção do projeto, que retoma a carga horária de 833 horas e 20 minutos para o ensino médio.

Vê-se, assim, que os objetivos propostos pelo Projeto Reinventando o Ensino Médio não foram atingidos, uma vez que este ocorreu apenas pelo prazo de um ano, tempo insuficiente para aprimorar as práticas, bem como para promover o devido financiamento, que poderia torná-lo viável.

Citamos, ainda, o Movimento Virada Educação, iniciado em 2015, que propôs abrir debate com alunos e professores da rede estadual como forma de ouvir os anseios e inquietudes das classes. Acima de tudo, a proposta pretende colocar a juventude como protagonista do

processo de aprender. Este movimento possui três momentos distintos, mas com um propósito único, que é a busca de rumos para o ensino médio. O primeiro momento se propôs a analisar os resultados das avaliações diagnósticas do SIMAVE/PROEB em todo o estado e em cada escola. No segundo momento, houve a promoção de rodas de conversas, organizadas por territórios, de forma a entender as propostas de alunos e professores. Por fim, o terceiro momento foi intitulado como Campanha Virada Educação Minas Gerais (VEM), com o intuito de retornar, para a sala de aula, os jovens de 15 a 17 anos.

O referido movimento, presente nas escolas públicas da rede estadual de Minas, desde 2015, tem sido uma das ações do estado, na tentativa de reverter o fluxo escolar, inclusive a taxa de abandono. Quanto ao ensino, estes números apresentaram queda de 2014 a 2016. No entanto, há um aumento do percentual em 2017, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Fluxo Escolar no Ensino Médio- Estado Minas Gerais de 2014 a 2017

Fluxo	2014	2015	2016	2017
Abandono	9, 14%	7,95%	7, 6%	8, 33%
Reprovação	11,46%	12,87%	13, 54%	13, 12%
Aprovação	75, 21%	75, 36%	74, 85%	73, 84%
Transferidos	4, 19%	3,82%	4,01%	4,71%

Fonte: Sistema de Monitoramento SIMAVE (2019).

Quanto aos números de reprovados na rede estadual de ensino, nota-se que não há melhora entre os anos observados. Ao analisar estes dados, percebe-se a taxa de abandono, que apresentou queda entre 2014 e 2016, mas que iniciou uma retomada em 2017.

Aponta-se, contudo, que a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais tem apresentado, em anos anteriores, algumas tentativas de reverter as situações de abandono, evasão e reprovação no ensino médio. Pode-se citar, como exemplo: as intensificações do Programa PROEMI; e as ações do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, ambas em parceria com o governo Federal. Além disso, outros exemplos são: o programa Reinventando o Ensino Médio; a Campanha Movimento Virada Educação; e a implantação do Projeto Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho. Este último, especificamente, tem a sua proposta direcionada ao ensino médio noturno. Portanto, diante dos resultados, pode-se entender que tais ações não têm contribuído, de forma efetiva, para uma diminuição significativa nos índices de abandono escolar.

Na seção seguinte, será abordada a SRE de Governador Valadares, sendo apresentada a sua estrutura de funcionamento, bem como os resultados de fluxo, no intuito de apontar o

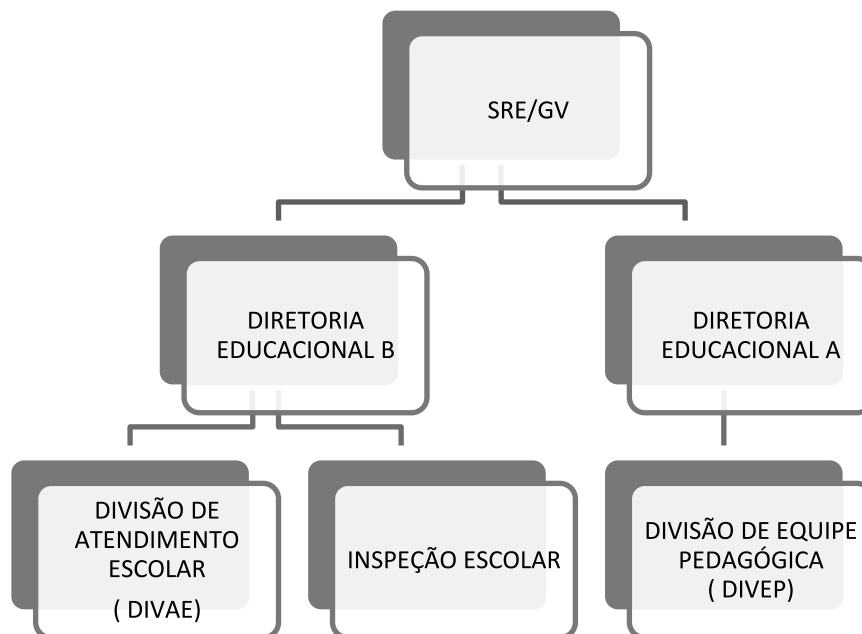
importante papel representado pelas Superintendências Regionais de Ensino para o bom desenvolvimento das ações pedagógicas, no âmbito das escolas.

1.3. O ENSINO MÉDIO NA SRE DE GOVERNADOR VALADARES

A Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares, localizada na região do Vale do Rio Doce, possui 43 Municípios sob sua jurisdição. Está, assim, incluída na categoria de Superintendências de grande porte do Estado. Ao todo, são 138 escolas estaduais, que atendem ao Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Anos Finais; e Ensino Médio. Das 132 escolas, 89 atendem ao Ensino Médio Regular, e apenas 23, à educação de Jovens e adultos na etapa ensino médio. Esta SRE apresenta, ainda, uma única escola que atende ao Ensino Médio em Tempo Integral, estando ela localizada na Sede da regional de Governador Valadares. Tal instituição tem essa especificidade, uma vez que a área em que está situada é considerada como de vulnerabilidade social.

Assim como as outras Superintendências do estado de Minas Gerais, há subdivisões por diretorias, sendo a Diretoria Educacional dividida em Diretoria Educacional A e B. Cada uma, por sua vez, apresenta as subdivisões, conforme o organograma expresso na Figura 1.

Figura 1 - Organograma Diretoria Educacional SRE/GV



Fonte: Minas Gerais (2011).

Com base no Decreto 45.849, de 27 de dezembro de 2011, a Diretoria Educacional tem por finalidade:

A Diretoria Educacional tem por finalidade coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas e de atendimento escolar, com a orientação, supervisão técnica e acompanhamento das Subsecretarias de Desenvolvimento da Educação Básica e de Informações e Tecnologias Educacionais, competindo-lhe:

I - organizar as ações que assegurem o atendimento à demanda escolar;

II - orientar as escolas na elaboração de seu projeto pedagógico e do Plano Anual de Intervenção Pedagógica, subsidiando-as na implementação, monitoramento e avaliação das ações;

III - acompanhar os estabelecimentos de ensino quanto à observância das normas legais, administrativas e pedagógicas;

IV - assessorar as escolas quanto à aplicação da legislação referente ao currículo;

V - monitorar e avaliar a execução dos programas de apoio ao aluno;

VI - coordenar a realização dos exames supletivos;

VII - orientar, acompanhar e avaliar, através de visitas periódicas às escolas, o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, incentivando e divulgando estratégias pedagógicas inovadoras;

VIII - implementar o Programa de Intervenção Pedagógica – PIP – nas escolas estaduais;

IX - promover, junto às escolas, o uso de recursos tecnológicos e materiais pedagógicos facilitadores da aprendizagem;

X - acompanhar a realização do processo de avaliação sistêmica e utilizar os resultados para acionar estratégias de intervenção pedagógica;

XI - promover o levantamento e a difusão de dados e informações educacionais no âmbito das escolas da rede pública e privada; e

XII - articular, com os municípios, ações para o desenvolvimento da educação infantil e ensino fundamental. (MINAS GERAIS, 2011, s/p).

Interessa-nos, aqui, a Diretoria Educacional A, com ênfase para a Divisão de Equipe Pedagógica e seu trabalho junto às escolas. Esta Diretoria tem como principal função orientar o trabalho pedagógico, prestando apoio à equipe escolar, no sentido de melhor condução dos projetos Institucionais. Nesse sentido, a equipe deste setor também apresenta as suas subdivisões, conforme expresso no Quadro 1.

Quadro 1 - Divisão do trabalho Pedagógico da Diretoria Educacional A

(continua)

DIRE A	Acompanhamento Pedagógico Diferenciado APD
	Base Nacional Comum Curricular (BNCC - FUNDAMENTAL)
	Base Nacional Comum Curricular (BNCC - MÉDIO)
	Campanha Afroconsciência
	Conselho Municipal de Educação
	Educação Ambiental
	Educação Especial – SAI
	Educação Infantil
	"Educação Integral – Novo Mais Educação
	Educação no Campo
	Educação Profissional
	ENCCEJA Certificação

Quadro 1 - Divisão do trabalho Pedagógico da Diretoria Educacional A

(conclusão)

DIRE A	ENEM
	Ensino Fundamental
	Ensino Médio, EJA, Educação da Juventude, Programa de Convivência Democrática, Protagonismo Juvenil, Rodas de Conversa, “Campanha VEM”, PROEMI, PDE, PDDE Dimensão Pedagógica.
	Formação pela Escola
	JEMG/ESPORTES
	OBMEP
	Olimpíada Língua Portuguesa
	PNAIC
	PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL
	Projeto Elevação de Escolaridade-TELESSALA Fundação Roberto Marinho
	Programa Saúde na Escola
	PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO
	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
	SEI
SIMAVE - PROALFA/PROEB -Itinerários Avaliativos, Banco de itens	

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de dados da SRE/Governador Valadares/DIRE A (2018).

O Quadro 1 apresenta como se estrutura o trabalho pedagógico na DIRE A. Para cada um dos Programas ou Projetos acima relacionados, há a equipe responsável pela orientação e acompanhamento dos mesmos.

No que se refere aos dados de fluxo da SRE/GV, convém apresentar estes resultados, em comparação com os dados do Estado, como é possível observar na Tabela 2, apresentada adiante.

Tabela 2 - Taxa de fluxo escolar - Ensino Médio da SRE/GV X Minas Gerais

ANO	SRE/ GOVERNADOR VALADARES				MINAS GERAIS			
	Aband.	Reprov	Aprov.	Outros	Aband.	Reprov.	Aprov.	Outros
2014	9,67%	9,85%	75,1%	5,38%	9,14%	11,46%	75,21%	4,19%
2015	7,82%	12,4%	74,17%	5,61%	7,95	12,87%	75,36,	3,82%
2016	7,97%	13,78%	72,39%	5,86%	7,6%	13,4%	74,85	4,15%
2017	9,65%	13,16%	70,64%	6,55%	8,33%	13,12%	73,84	4,71%
2018 ¹	8,78%	3,69%	33,06%	54,47	7,8%	12,4%	79,7%	0,1%

Fonte: Sistema de Monitoramento do SIMAVE (2018).

A Tabela 2 aponta que houve uma queda considerável nos números de abandono desta SRE, de 2014 para 2015. Se em 2014, a taxa de abandono desta SRE se manteve em 9,67%, no ano seguinte, ela caiu para 7,82%. No entanto, em 2016 e 2017, voltou a crescer

¹ Os dados da SRE de Governador Valadares no ano de 2018, não estão precisos. Não foi possível confirmá-los.

gradativamente, mantendo-se maior que a média do estado. Já em 2018, houve um novo decréscimo desta taxa, que apresentou um salto positivo de 9,65%, em 2017; em comparação a 8,78%, em 2018. Quanto aos dados de aprovação desempenhados pelos alunos desta superintendência de ensino, nota-se que, dos anos de 2014 a 2018, houve uma queda considerável nestes índices, o que não a distancia dos números apresentados pelo estado de Minas Gerais.

Convém, ainda, uma análise das taxas de distorção idade série desta Superintendência, levando-se em consideração que o aumento dos números de abandono interfere diretamente no aumento das taxas de distorção.

Tabela 3 - Taxa de Distorção idade série da SRE/GV X Minas Gerais

ANO	SRE/ GOVERNADOR VALADARES	MINAS GERAIS
2014	26, 9%	27, 59%
2015	25, 14%	26,59%
2016	24, 9%	27%
2017	27, 69%	28, 07%
2018	24, 27%	28, 04%

Fonte: Sistema e Monitoramento do SIMAVE (2018).

A Tabela 3 mostra a taxa de distorção idade série da SRE/GV, indicando que a mesma acompanha o ritmo das taxas de abandono. Dessa forma, houve uma favorável queda de 2014 a 2016, crescimento em 2017, e considerável decréscimo em 2018, quando os números caem de 27,69 % para 24,27%. No entanto, ao compararmos estes números com os dados de distorção do Estado de Minas Gerais, percebe-se que os dados do Estado se mantêm mais altos que os da SRE, em todos os anos observados.

Na próxima seção, será apresentada a escola observada, sendo contextualizadas, assim, as suas particularidades e o seu grau de importância para a comunidade local. Além disso, serão feitas comparações entre as taxas de fluxo no ensino médio do país, estado, município e referida escola, buscando apontar, nos estudos, as especificidades do ensino médio noturno.

1.4 A ESCOLA ESTADUAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

O município no qual a escola objeto deste estudo está localizada, Coroaci-MG, possui cerca de 10.000 habitantes. Destes, metade reside na área rural, constituindo-se em uma minoria de agricultores e pecuaristas de médio porte e uma maioria de pequenos agricultores, os quais cultivam para a própria sobrevivência. Já os habitantes que residem na área urbana sobrevivem

do comércio formal e informal, dos serviços públicos e da economia informal. Há, ainda, uma grande parcela de desempregados, que sobrevivem amparados pelos programas sociais do governo federal e outros programas sociais da comunidade. Assim como ocorre em municípios de maior porte, a cidade convive também com a realidade cruel do tráfico de drogas.

A escola em questão está situada na zona urbana, é a maior instituição estadual da localidade, uma vez que as outras que ofertam ensino médio estão localizadas nos distritos. Como o território do município é bastante extenso, há uma distância considerável entre estas escolas. A mais próxima se encontra a 18 quilômetros, e a outra fica a 35 quilômetros. No município, não há Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC). Dessa forma, quem deseja cursar tal modalidade de ensino precisa viajar 62 quilômetros até o município limítrofe de Governador Valadares.

Em 2018, a Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade atendeu a 687 alunos, distribuídos em anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular, EJA, Fundamental e, ainda, no Curso Normal em Nível Médio - Professor de Educação Infantil. Conforme matrícula inicial em 2018, os alunos se encontram subdivididos da seguinte forma: Ensino Fundamental, com 303 alunos, sendo 25 do Projeto Telecurso Minas Gerais, 18 da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e 270 estudantes estão no Ensino Regular. O ensino médio é composto apenas pelo ensino regular, com 320 alunos distribuídos entre o ensino diurno e o noturno.

No noturno, encontra-se a menor parcela destes, totalizando 85 alunos distribuídos em três turmas, sendo uma de cada série do ensino médio. Os outros 54 estudantes estão matriculados no Curso Normal em Nível Médio para professor de educação Infantil. No ano em questão, a escola não ofertou a Educação de Jovens e Adultos no ensino médio, uma vez que não houve demanda suficiente, e as legislações vigentes apontam que é necessário o quantitativo de 40 alunos para se dar início a uma turma.

A Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade possui um quadro de funcionários bastante extenso, em vista do número de alunos que abriga. São, ao todo, 63 funcionários, que se dividem nas seguintes atribuições: A equipe gestora é composta por 01 diretor e 03 vice-diretores. Os professores totalizam 41, sendo que 29 são professores regentes de aulas, 08 professores de apoio à comunicação, linguagens e tecnologias assistivas, 01 professor para sala de recursos multifuncionais e 03 professores para o Ensino do Uso da Biblioteca. A Secretaria apresenta um quantitativo de 06 funcionários: 01 secretária e 05 Auxiliares de Educação básica. No quantitativo de funcionários, há também 12 Auxiliares de Serviço de Educação Básica

(ASBs), que se subdividem nas atividades de preparo da merenda escolar, limpeza e manutenção do ambiente.

A estrutura física da escola é composta por 01 diretoria; 01 secretaria; 01 sala dos professores; 09 salas de aulas; 01 cantina com dependências para depósito de merenda e depósito de materiais de limpeza; 01 almoxarifado; 01 mini biblioteca (que ocupa hoje o espaço do laboratório de ciências); 01 sala de informática sem móveis adequados; 01 sala de recursos multifuncionais; horta voltada à produção de alguns temperos, utilizados no preparo da merenda; e 01 quadra poliesportiva coberta, espaço também utilizado, pela comunidade escolar, para a promoção campeonatos. A escola possui pátio coberto, onde acontecem as refeições, mas não há móveis para refeitório. Torna-se relevante evidenciar o fato de a escola necessitar, no momento, de reforma, uma vez que, por problemas estruturais, apresenta 03 salas de aula interditadas, o que acarretou na extinção temporária de três ambientes de extrema importância ao trabalho pedagógico: a biblioteca, o laboratório de ciências e a sala da equipe pedagógica.

A escola possui uma turma de Educação Integral, que atende, em especial, a os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, com oficinas de música, dança, atletismo e brinquedoteca, mesmo sem contar com recursos financeiros que atendam a todas as demandas do projeto. Devido à ausência de repasse de recursos para tais projetos, não existe espaço adequado para a realização das oficinas, nem, tampouco, recursos para aquisição de materiais de custeio ou permanentes. O café da manhã e o almoço, servidos aos alunos diariamente, contam com recursos enviados para as turmas de ensino regular. No entanto, há o esforço da direção da escola em manter tal refeição, como forma de atender à demanda de alunos de baixa renda, que têm, na escola, a única fonte de alimentação saudável.

Em 2017, a instituição foi contemplada com duas turmas de Curso Normal em Nível Médio - Professor de Educação Infantil, o que se configura como uma oportunidade para o município privilegiar, em sua rede, professores capacitados a atender, com qualidade, as crianças da creche e pré-escola.

Um aspecto importante a se destacar são os números expressivos de alunos no atendimento educacional especializado (AEE). Totalizam 33 alunos, sendo 22 os casos mais graves, com deficiências diversas e que são acompanhados por professores de apoio à comunicação, linguagens e tecnologias assistivas e, no contra turno, pelo professor de sala de recursos multifuncionais. Uma vez que a medicação destes alunos não é realizada todos os dias como se deveria, o convívio com os outros colegas tende a se tornar insustentável, em determinados momentos. Dos 22 alunos assistidos por Professores de Apoio à Comunicação,

Linguagens e Tecnologias Assistivas, 6 estão no ensino médio diurno, distribuídos no 1º, 2º e 3º ano.

Desde 2016, a escola vem ofertando turmas de Telecurso Minas Gerais, na modalidade Telessala, projeto que tem por finalidade principal a correção de fluxo. O referido projeto se baseia na aceleração de estudos para conclusão do ensino fundamental para alunos em distorção em idade série e está fundamentado na implementação de um currículo contextualizado e vivenciado, através de uma dinâmica em que o professor é o mediador. Dessa feita, o conhecimento se constrói de forma coletiva, e os estudantes são organizados em quatro grupos, com funções diferentes que se revezam a cada semana. É importante destacar que as três turmas de Telessala, iniciadas em 2016, resultaram em duas, ao final do período letivo, e as duas turmas, iniciadas em 2017, resultaram em apenas uma, ao final do período letivo. Convém observar que grande parte destes alunos já abandonaram o ambiente escolar, e apenas quatro destes frequentam o ensino médio noturno.

Em 2018, também foi executado o projeto “Meu primeiro Negócio”, uma iniciativa do governo de Minas Gerias, realizada por meio da Secretaria de estado de desenvolvimento econômico, ciência tecnologia e ensino superior (Sedectes) e da Secretaria Estadual de Educação (SEE), em parceria com a empresa Junior Achievement Minas Gerais. O projeto visa promover a cultura empreendedora entre os estudantes de ensino médio de escolas estaduais. Portanto, o ensino noturno não participou, uma vez que ele acontecia no contraturno.

Uma questão que merece destaque, na trajetória educacional da escola em estudo, são as falhas no transporte escolar, que ocorre, principalmente, em períodos chuvosos. Como as estradas são de difícil acesso, parte significativa do período letivo não é frequentada pelos alunos, que dependem do transporte escolar, realidade vivenciada por 52,5% dos alunos da E. E. Carlos Drummond de Andrade. Contudo, em 2018, ano em que uma longa greve de servidores da educação foi deflagrada em Minas Gerais, as reposições, que têm ocorrido aos sábados, recessos e feriados cívicos, não contam com a presença de estudantes da Zona Rural, devido à ausência do transporte nestes dias. No entanto, o ensino médio noturno não é contemplado com o transporte escolar, e o alunos advindos da zona rural chegam à escola por meios próprios, inclusive, à pé, questão que também dificulta o acesso à escola em períodos chuvosos.

Convém ressaltar que, na E. E. Carlos Drummond de Andrade, dentre vários problemas de ordem pedagógica, destaca-se o abandono escolar. Configura-se como abandono escolar o fato de alunos deixarem de frequentar a escola em determinado período letivo e retornarem no ano seguinte.

Analisando os dados do Sistema Mineiro de Avaliação Escolar, obtêm-se um painel bem expressivo dos resultados, em relação às taxas de fluxo no ensino médio desta escola, nos últimos quatro anos. Convém, ainda, comparar os resultados do ensino médio de nossa escola com os números do município, estado de Minas Gerais e do país. As Tabelas 4 e 5 apontam estes resultados:

A Tabela 4 apresenta as taxas de fluxo da escola no ano de 2014, em comparação às taxas do município, Minas Gerais e Brasil. Nota-se que, no ano em questão, as taxas de abandono do ensino médio, apesar de altas, se apresentaram maiores apenas que os resultados do município e se mantiveram menores do que as do estado e do país. Quanto aos números de aprovação e reprovação desta escola, em relação ao município, estado e país, aponta-se que, em 2014, no 1º ano do ensino médio, houve resultado bem inferior. Já no 2º e no 3º ano, observa-se esta desvantagem da escola, em relação às demais instâncias.

Tabela 4 - Taxa de fluxo nas turmas de Ensino Médio da Escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país em 2014

Local	1º			2º			3º		
	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.
Escola	7,6 %	69,7%	22, 7%	6,3%	81,6%	7,6%	3,5%	91,7%	4,8%
Município	5,3%	74,4%	20,3%	6,1%	87,1%	6,8%	2,2%	94,2%	3,6%
Minas Gerais	8,9%	75,1%	16, 6%	8,1%	82,4%	9,5%	4,8%	88,0%	7,2%
Brasil	9,5%	73,5%	17,0%	7,1%	81,9%	11%	5,2%	88,4%	6,4%

Fonte: Fundação Lemann e Meritt (2018).

Em 2015, os dados apontam uma elevação nas taxas de abandono da escola, nas três turmas do ensino médio, o que acarreta no crescimento dos índices do município. Em relação ao estado e país, vê-se que, no 1º ano, os índices apresentaram um aumento de, em média, 50%. Percebe-se, então, que, tanto em 2014, quanto em 2015, o 1º ano foi a série que apresentou as taxas mais elevadas de abandono. Inclusive, o 3º ano, que, por ser a última série do ensino médio, menos propicia o abandono escolar, também apresentou, em 2015, altos índices, ultrapassando o limite de 5%, quando se considera aceitável. Nota-se, ainda, na Tabela 5, que, em se tratando do 1º ano, o percentual excede a taxa de 15%, o que se torna preocupante. Tal dado aponta a necessidade de se intervir no trabalho pedagógico, a fim de evitar índices mais altos de abandono escolar. Também como no ano anterior, neste ano de 2015, os índices de reprovação da escola, no 1º ano do ensino médio, foram mantidos acima da média apresentada

pelo município, estado e país, seguidos pelos resultados das turmas de 2º e 3º ano, diferentemente do que ocorreu em 2014.

Tabela 5 - Taxa de fluxo da Escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país em 2015

Local	1º			2º			3º		
	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.
Escola	17,7%	71,3%	11,0%	8,0%	79,5%	12,5%	8,9%	85,1%	6,0%
Município	14,4%	74,9%	11,1%	5,7%	82,9%	11,4%	6,0%	90,0%	4,0%
Minas Gerais	7,9	75,0%	17,1%	6,3	83,5%	10,2%	4,4	88,0%	7,6%
Brasil	8,8%	74,6%	16,6%	6,3%	83,6%	10,1%	4,6%	89,5%	5,9%

Fonte: Fundação Lemann e Meritt (2018).

Os dados apurados em 2016 nos apontam certo avanço, uma vez que temos, no 3º ano, índice zero de abandono escolar, e queda considerável no 1º ano, como se observa na Tabela 6. No entanto, o 2º ano apresenta uma elevação, de modo a posicionar a escola em uma situação quase três vezes maior que o estado e o país. É possível observar que o número de alunos que chegam ao 3º ano do ensino médio é inferior ao quantitativo de alunos que ingressam no 1º ano. Assim, ao chegar à última etapa do ensino médio, percebe-se, claramente, grande queda nas taxas de abandono.

Tabela 6 - Taxa de fluxo da escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país, em 2016

Local	1º			2º			3º		
	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.
Escola	11,8%	67,7%	20,5%	15,3%	67,6%	17,1%	0,0%	92,8%	12%
Município	10,9%	71,3%	17,8%	14,0%	69,1%	16,9%	0,0%	94,0%	6,0%
Minas Gerais	7,9%	73,7	18,4%	6,0%	83,9%	10,1%	3,8%	89,1%	7,1%
Brasil	8,6%	74,1%	17,3%	6,1%	83,2%	10,7%	4,3%	89,7%	6,0%

Fonte: Fundação Lemann e Meritt (2018).

Nota-se, mediante a análise da Tabela 6, em relação ao estado e país, que há, a partir de 2014, uma diminuição nas taxas de abandono escolar, na contramão do que veio acontecendo na escola Carlos Drummond de Andrade. No entanto, os índices de reprovação da Escola Carlos Drummond de Andrade apresentam, em 2016, uma expressiva elevação, em relação ao ano anterior, nas três séries do ensino médio, com taxas superiores às apresentadas pelo município, estado e país.

Conforme análise realizada, com base nos dados obtidos no Censo Escolar, tem-se que as taxas de abandono cresceram consideravelmente em todas as séries. Assim, o panorama que se tem, a partir de 2014, demonstra um acréscimo significativo, colocando a escola em uma posição superior ao município, estado e país, em praticamente todas as séries de ensino e anos pesquisados.

Quanto aos dados de reprovação da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, observa-se que, em relação ao ano anterior, em 2017, nota-se uma queda nestes números, nas turmas de 1º ano e 3º ano. Já no 2º ano, houve uma crescente elevação, uma vez que a porcentagem de 17,1%, em 2016, cresceu para 23,5%, em 2017. Ao compararmos estes resultados com o município, estado e país, nota-se que, no 1º ano do ensino médio, os índices se mantêm bem próximos aos do estado de Minas Gerais e ultrapassam os quantitativos detectados nas outras duas instâncias observadas. Nas demais séries, os resultados se mantêm acima dos números apresentados pelas outras instâncias analisadas. Nota-se, ainda, neste ano pesquisado, que, em relação ao 2º ano do ensino médio, há uma taxa de reprovação que excede duas vezes mais os resultados de Minas Gerais e do país.

Observa-se, na tabela 7, que, no 1º ano do ensino médio noturno, a taxa de abandono se apresenta em proporção bem maior, situação contrária somente em 2016, quando a taxa de abandono do 2º ano superou a do 1º ano. Contudo, dados apontam que, no ensino médio noturno, este índice é bem mais elevado, tanto no 1º ano, quanto no 2º ano.

Tabela 7 - Taxa de fluxo da escola Carlos Drummond de Andrade, em comparação com o município, estado e país, em 2017

Local	1º			2º			3º		
	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.	Aband.	Aprov.	Reprov.
Escola	28,5%	53,3%	18,2%	8,7%	67,8%	23,5%	8,7%	81,2%	10,1%
Município	22,9%	62,4%	14,7%	20,5%	72,5%	7,0%	6,5%	85,9%	7,6%
Minas Gerais	9,3%	72,0%	18,7%	6,3%	84,0%	9,7%	4,1%	89,0%	6,9%
Brasil	7,8%	76,4%	15,8%	5,7%	84,7%	9,6%	4,0%	90,5%	5,5%

Fonte: Fundação Lemann e Meritt (2018).

A Tabela 8 nos apresenta as taxas de abandono das turmas 1º e 2º e 3º ano do Ensino Médio Noturno. Por meio dela, percebe-se que as taxas de abandono da escola Carlos Drummond de Andrade são, de maneira geral, muito altas. No entanto, no turno noturno, elas se apresentam em número muito mais elevado. Observa-se que, no 1º ano, estas taxas chegaram a ultrapassar o índice de 50%; e, no 2º ano, 60%. Tal dado demonstra que mais da metade dos

alunos que ingressaram na escola, no início do ano letivo, em 2017 e em 2018, não o concluíram.

Tabela 8 – Taxa de fluxo no Ensino Médio Noturno, na E.E. Carlos Drummond de Andrade, de 2014 a 2018, 1º, 2º e 3º anos

Local	1º				2º				3º			
	Aband.	Aprov.	Reprov.	Outros	Aband.	Aprov.	Reprov.	Outros	Aband.	Aprov.	Reprov.	Outros
2014	-	-	-	-	12%	72%	5,1%	10,9%	4,4%	89,1%	6,5%	-
2015	43%	48%	5,4%	3%	16%	68%	8%	8%	11%	71%	11%	7%
2016	37%	51%	10%	1,7%	30%	47%	11%	12%	0%	83%	11%	6%
2017	55%	25%	15%	5%	56%	31%	6,2%	6,8%	25%	70%	5%	-
2018	53%	42%	2,6%	2,4%	65%	28%	0%	7%	40%	60%	0%	-

Fonte: Minas Gerais (2018).

Quando comparamos os resultados de abandono com os resultados de reprovação do ensino médio noturno, nota-se que, ao passo que as taxas de abandono são muito expressivas no ensino noturno, os índices de reprovação não se apresentam tão elevados, principalmente em 2018, ano em que o ensino noturno apresentou menor índice de reprovação.

Na Tabela 9, nota-se que, no ensino médio diurno, as taxas de reprovação se apresentam maiores que as taxas de abandono em praticamente todos os anos observados, principalmente no 1º ano e 2º ano, o que aponta o oposto do que se visualiza no ensino médio noturno. Analisando as tabelas oito e nove, percebe-se que, dentre os anos observados, no ano de 2018, há os maiores índices de abandono, tanto no ensino médio noturno, quanto no diurno, com exceção das taxas do 1º ano noturno, que são menores, apenas, do que os índices do ano de 2017.

Tabela 9 – Taxa de fluxo no ensino médio diurno na E.E. Carlos Drummond de Andrade, de 2014 a 2018, 1º, 2º e 3º anos (%)

Local	1º				2º				3º			
	Aband.	Aprov.	Reprov	Outros	Aband.	Aprov.	Reprov	Outros	Aband.	Aprov.	Reprov	Outros
2014	4,8	70	22	2,6	2,9	82,9	11,4	2,8	2,5	97,5	0	-
2015	6,7	79	12	2,4	4,4	82,3	11,8	1,5	5,3	84,2	0	10,5
2016	8,9	64	21	5,4	7,6	68,4	16,4	7,6	0	86,4	5,8	7,8
2017	16,7	58	17	7,5	8,5	75	8,5	8	1,9	81,1	11,3	5,7
2018	18,4	64	12	4,5	9,86	69	9,86	11,28	5,98	86,6	1,5	5,92

Fonte: Minas Gerais (2019).

Quanto ao 3º ano do ensino médio noturno, tem-se, a partir de 2014, um panorama que apresenta considerável queda no número de matrículas. Contudo, os dados de abandono se apresentam bem elevados de 2014 até 2018, salvo em 2016, quando nenhum aluno abandonou a escola no 3º ano, como já apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Taxa de matrícula X taxa de evasão no 3º ano do Ensino Médio Noturno, na E. E. Carlos Drummond de Andrade, de 2014 a 2018

ANO	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS QUE ABANDONARAM	PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE ABANDONARAM
2014	46	02	4, 4%
2015	35	04	11,5%
2016	18	0	0%
2017	20	05	25%
2018	15	06	40%

Fonte: Minas Gerais (2019).

Propomo-nos a analisar, aqui, os impactos provocados pela chegada ao ensino médio em 2017, dos primeiros alunos advindos do Projeto Telecurso Minas Gerais - Metodologia Telessala, projeto do Estado de Minas Gerais, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, que tem o objetivo proceder à correção de fluxo. No entanto, o que pode ser observado é que grande parte destes alunos abandonou os estudos logo no início do curso do ensino médio. Outros foram um pouco mais além, porém, não findaram o ano letivo. Tal situação acaba por colocar em questionamento a eficácia de projetos de correção de fluxo. No entanto, uma vez que a questão do abandono escolar já é um problema histórico a nível nacional, há uma tendência do projeto em contribuir para a manutenção destes números.

Em 2017, do total de alunos matriculados no 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, 46 compuseram a taxa de alunos desistentes, como consta na Tabela 11. Destes, 14 estudantes eram remanescentes do projeto Telessala, o que equivale a uma taxa de 30,4% do total de evadidos. Observa-se, contudo, que 53,8% dos alunos advindos da Telessala, que se matricularam no ano seguinte, no 1º ano do ensino médio, não concluíram o ano letivo. Ou seja, não encontram, na última etapa da educação básica, a motivação necessária para se manterem na escola.

Tabela 11 - Porcentagem de alunos matriculados no 1º ano em 2017 X alunos que abandonaram X alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala

Matriculados no 1º ano do Ensino Médio	Matriculados remanescentes da Telessala	Total de alunos que abandonaram no 1º ano do Ensino Médio	Alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala	Porcentagem de alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala
160	26	46	14	30,4%

Fonte: Minas Gerais (2018).

Convém, ainda, apresentar, na Tabela 12, o número de alunos que abandonaram a escola, conforme o Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), ao findar de 2018.

Tabela 12 - Porcentagem de alunos matriculados no 1º ano em 2018 X alunos que abandonaram X alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala

Matriculados no 1º ano do Ensino Médio	Matriculados remanescentes da Telessala	Alunos que abandonaram no 1º ano do Ensino Médio	Alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala	Porcentagem de alunos que abandonaram, remanescentes da Telessala
152	21	41	14	34%

Fonte: Minas Gerais (2019).

Como nos mostram os dados, em 2018, a escola também apresentou altas taxas de abandono escolar, apontando 34% dos alunos que abandonaram no 1º ano do Ensino Médio como sendo remanescentes do Projeto Telecurso Minas Gerais, Metodologia Telessala. Como se nota, em 2018, a história tende a se repetir e temos, assim, um número cada vez maior de jovens fora da escola, inchando a taxa de abandono da escola em estudo e do país.

É importante apresentar um balanço dos alunos que concluíram a Telessala no ano de 2016, primeiro ano do projeto na escola de estudo. Convém nos reportarmos a 2016, com a afirmativa de que se matricularam, no programa, ao início do ano, 75 alunos. Estes foram subdivididos em 03 turmas, cada uma com 25 alunos. No entanto, ao findar do ano letivo, apenas 29 alunos o concluíram. Ou seja, 46 alunos evadiram da escola durante o Projeto. Os 29 restantes foram matriculados no Ensino Médio no ano seguinte, conforme expresso na Tabela 13.

Tabela 13 - Balanço dos alunos remanescentes do Projeto Telecurso Minas Gerais de 2016

Alunos remanescentes de 2016 matriculados no Ens. Médio em 2017	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos
29	08	06	14	01

Fonte: Minas Gerais (2018).

Dessa forma, dos 29 alunos advindos do projeto Telessala, no Ensino Fundamental, em 2016, 14 abandonaram no Ensino Médio, antes do findar de 2017. Nesse sentido, apenas 58% dos alunos concluíram o projeto no referido ano. Mesmo sendo estes alunos, os mesmos que, por alguns anos consecutivos, compuseram a taxa de alunos que abandonaram e ou foram reprovados no Ensino Fundamental, eles não viram, no Ensino Médio, a oportunidade de continuação de estudos. Contudo, ressalta-se, ainda, que apenas 8 do total dos alunos que concluíram o ano letivo foram aprovados.

Seguindo a trajetória dos alunos que foram aprovados para o ano seguinte, por meio de Tabela 14, é possível entender, de forma mais aprofundada, os resultados do Projeto Telecurso Minas Gerais, na Escola Carlos Drummond de Andrade, em outubro de 2018.

Tabela 14 - Alunos remanescentes do Projeto Telecurso Minas Gerais aprovados em 2017

Total de aprovados em 2017, matriculados no 2º ano em 2018	Alunos que abandonaram, em outubro de 2018	Alunos ainda matriculados e frequentes em outubro de 2018
08	03	05

Fonte: Minas Gerais (2018).

Diante destes números, nota-se que, na escola de estudo, as experiências com o projeto não foram satisfatórias, já que não foram solucionadas as questões relativas ao fluxo escolar, tão agravantes em toda a rede estadual de ensino. Neste caso, o problema do abandono se apresenta de modo bem mais acentuado. Mesmo chegando ao 2º ano do Ensino Médio, alguns alunos não foram impulsionados a darem seguimento aos estudos. Observa-se, assim, que dos 75 alunos que se matricularam no Projeto em 2016, apenas 05 seguiram o fluxo, permanecendo no 2º ano do Ensino Médio em 2018, como era esperado.

Em sua trajetória, a Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade vivenciou as ações do Projeto Reinventando o Ensino Médio - REM, instituído pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, através da Resolução SEE nº 2486, em 20 de dezembro de 2013. É importante relatar aqui as experiências da Escola Carlos Drummond de Andrade com o Projeto:

Atendendo às exigências da proposta, a comunidade escolar (alunos e pais) escolheu a área de empregabilidade Tecnologia da Informação. Contudo as exigências para a contratação de professores eram mínimas, bastando que o professor se declarasse ter habilidades para realizar as oficinas. Conforme previa o edital, professores que compunham o quadro de profissionais da escola, efetivos ou designados, com número de aulas inferior, poderiam acrescentar as aulas do projeto a seu cargo, ação que aconteceu em muitas escolas, o que ocasionou na atuação de professores pouco qualificados. Aliada a tal contexto, há a ausência do ambiente propício ao desenvolvimento das atividades, uma vez que a sala de informática funcionava em caráter precário, realidade vivenciada por várias outras instituições do estado de Minas Gerais. Assim, na gestão seguinte, o projeto foi interrompido, que retoma a carga horária de 833 horas e 20 minutos para o Ensino Médio.

Nos caminhos pedagógicos da E. E. Carlos Drummond de Andrade, pode-se citar, ainda, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído através da Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Mesmo não sendo obrigatório, o projeto contou com a participação de todos os professores da escola que atuavam no ensino médio na época.

O projeto, inicialmente, apresentava a proposição de diversas ações de forma objetiva, mas logo caiu no esquecimento, por parte dos educadores da escola. A equipe não apresentou discernimento o bastante para entender que era necessário seguir adiante e avançar no aprendizado conquistado, independentemente de cobranças de órgãos superiores ou da continuidade no projeto. Nesse sentido, as atividades propostas pelo programa foram realizadas pelos professores participantes apenas durante o período em que o Projeto perdurou. Uma vez que o Projeto propunha ações que enfatizavam o aluno de ensino médio como protagonista em seu processo de aprender, alguns projetos que viabilizavam esta condição no alunado foram realizados. Exemplos são as atividades com foco na questão ambiental, que discutiram os problemas do município; bem como iniciativas com ênfase na reflexão e valorização da cultura local, conforme se pode observar nos registros de reuniões de módulo II, arquivados pelos especialistas da escola. Não há registros posteriores de ações ou projetos voltados para o ensino médio, nem nos arquivos dos especialistas, nem tampouco nas anotações dos diários de classe dos professores.

Em 13 de janeiro de 2016, a Secretaria Estadual de Educação, por meio da Resolução SEE Nº 2.842, instituiu a disciplina Diversidade, Inclusão e o Mundo do trabalho no ensino médio noturno, em todas as escolas da rede Estadual. Com esta proposta, houve a esperança da efetivação de uma maior adesão ao Ensino Médio Noturno e, como consequência, maior frequência, o que não aconteceu na referida escola. A inclusão da disciplina não interferiu

positivamente no processo, mesmo sendo o seu objetivo alcançar a classe de alunos trabalhadores presentes no turno noturno, através de projetos voltados para o mundo do trabalho, criado por eles próprios. Contudo, observou-se que não houve ações que pudessem servir de apoio ao aluno trabalhador, principalmente em 2017, segundo ano de implantação da proposta. Dessa forma, não existiu um trabalho coletivo, entre professores e equipe pedagógica, capaz de dinamizar esta disciplina e promover o envolvimento do aluno com a mesma, com vistas a amenizar o abandono.

É observável, ainda, que o fator distorção idade-série também se apresenta de forma negativa e contribui para elevar as taxas de abandono do noturno. Nota-se que há alunos que compõem a lista de um mesmo ano de escolaridade, por três ou mais anos consecutivos.

Outra questão que merece destaque, ao se falar de abandono, são as taxas de reprovação na escola em questão, expressas na Tabela 15. Elas têm sido muito elevadas no Ensino Médio, com ênfase nas turmas de 1º ano. Muitos alunos, temendo uma segunda ou terceira reprovação, tendem a abandonar a escola antes de encerrar o período letivo. São consideráveis, ainda, na E. E. Carlos Drummond de Andrade, as taxas de progressão parcial. Ou seja, os alunos são aprovados para o ano seguinte, mas muitos carregam reprovação em até 03 disciplinas, conforme artigo da Resolução 2197, de 26 de outubro de 2012.

Tabela 15 - Percentual de alunos reprovados no Ensino Médio em Progressão Parcial, em 2017

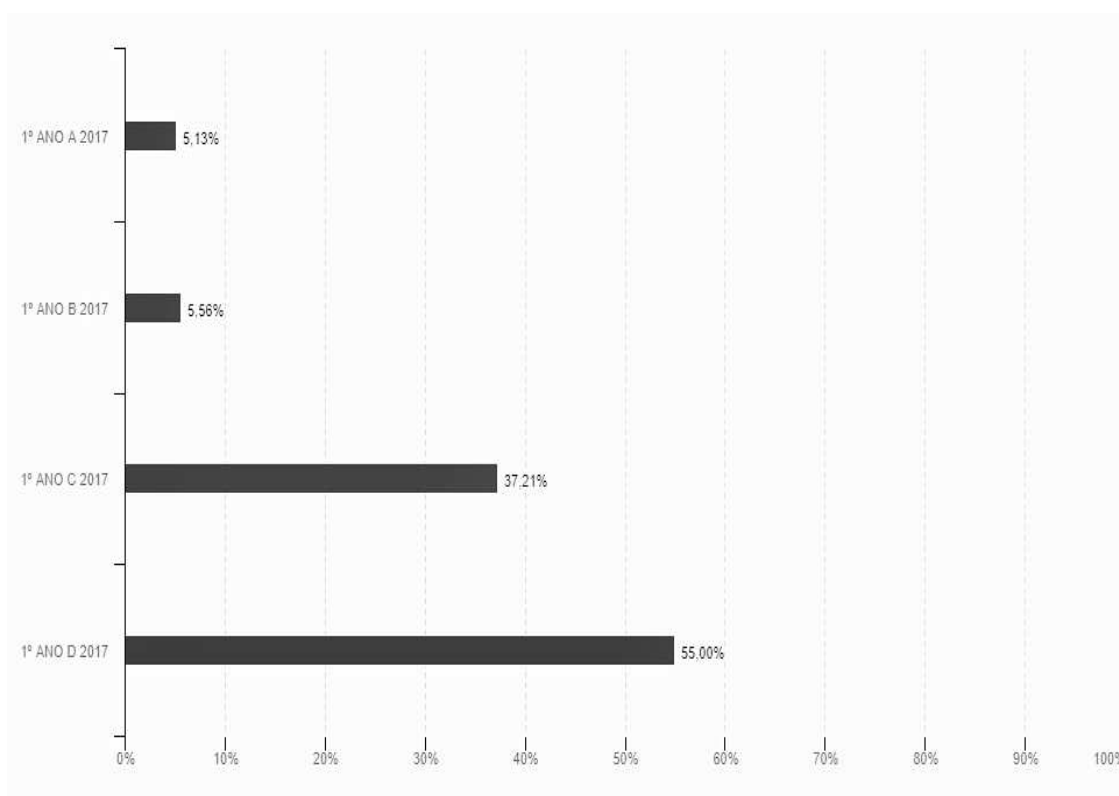
Turma	Porcentagem de alunos reprovados	Porcentagem de alunos em progressão parcial
1º ANO	17,9%	16,46%
2º ANO	8%	23,2%
3º ANO	9,59%	0%

Fonte: Minas Gerais (2018).

Observa-se que se apresentam, ainda, de maneira muito elevada, as taxas progressão parcial, fato que comprova a ineficiência da aprendizagem em muitos alunos do Ensino Médio, apesar de não serem apresentadas nem reprovação, nem evasão.

Apresentaremos, a seguir, três gráficos que representam os resultados de todas as turmas de 1º ano do Ensino Médio da E.E. Carlos Drummond de Andrade, no ano de 2017. O Gráfico 1 traz dados de abandono, o segundo apresenta a taxa de reprovação das referidas turmas e o terceiro, mostra os dados de distorção idade série.

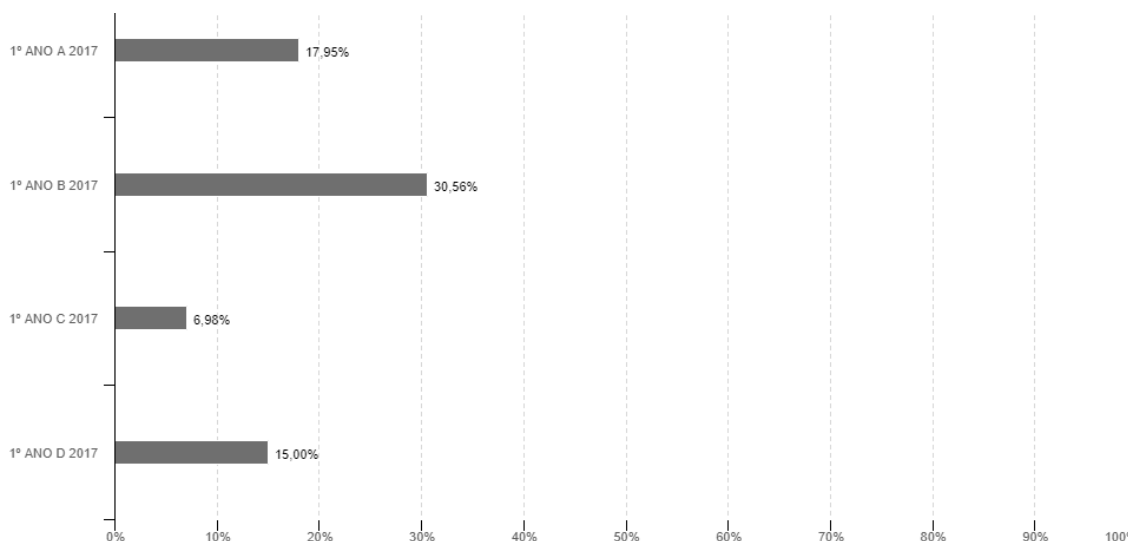
Gráfico 1 - Taxa de abandono por turma em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Minas Gerais (2018).

Considerando que o 1º ano D se refere à turma do Ensino Noturno, nota-se que, como já afirmado anteriormente, os dados de abandono se apresentam no ensino noturno, de modo bem mais expressivo. Em 2017, mais da metade dos alunos da referida turma deixou de frequentar a escola. É importante observar o modo como se dá o processo de enturmação na referida escola. Nota-se que o 1º ano A, bem como o 1ºano B são compostos por alunos de menor idade e, conseqüentemente, estudantes que estão no limite da faixa etária estipulada para a turma em questão. Já as turmas C e D, respectivamente, apresentam os alunos que, em sua maioria, se encontram fora da faixa etária estipulada para a série. Ressalta-se que tal critério de enturmação é realizado pela escola, com base nas orientações pertinentes à sua Proposta Pedagógica. Contudo, a escola, ao propor a enturmação nesses parâmetros, induz inconscientemente ao aumento dos números, tanto de abandono, quanto de reprovação, uma vez que os alunos tendem a não receber estímulos para permanecerem na escola, bem como buscarem a efetivação do aprendizado.

Gráfico 2 - Taxa de reprovação por turma em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade



Fonte de Dados : SIMADE/MG

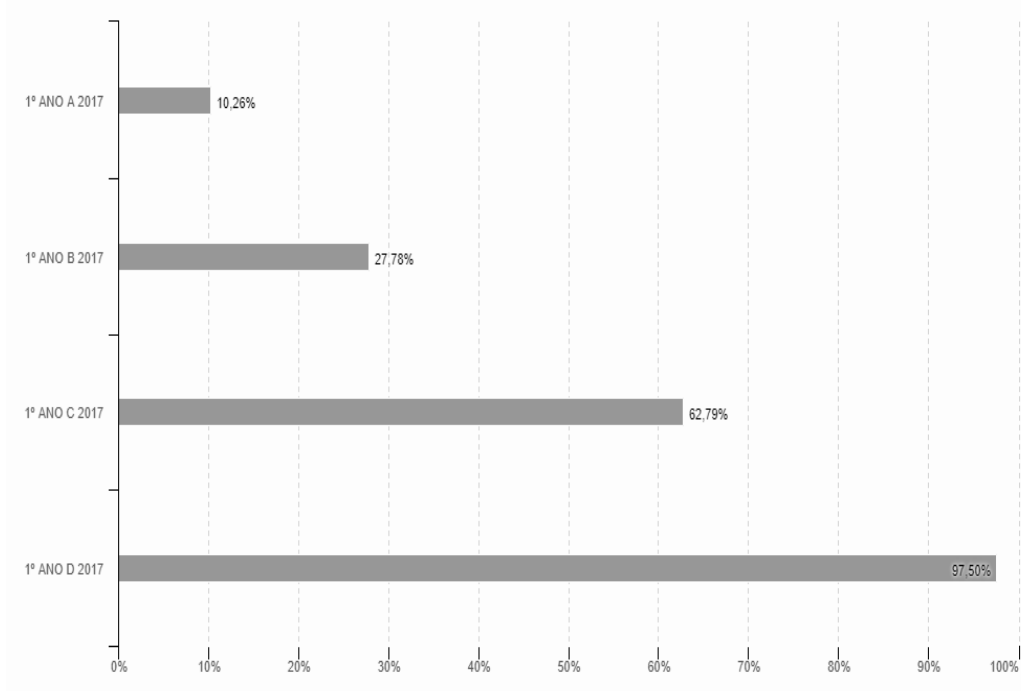
Fonte: Minas Gerais (2019).

No Gráfico 2, a turma 1º ano D se refere à turma de 1º ano, que, na Escola Carlos Drummond de Andrade, funciona no turno noturno. Quando comparamos a referida turma com as demais de 1º ano da escola, do turno diurno (Turmas A, B e C), temos que os índices de reprovação no noturno se apresentam menores que as turmas A e B, opondo-se à taxa de abandono na mesma turma pesquisada.

Temos que, no ensino médio noturno, etapa na qual quase 100% dos alunos estão em defasagem idade série, os dados de abandono também se apresentam muito intensos na escola de estudo. Tal contexto nos induz a perceber que, ao realizar a enturmação, tendo como princípio a idade dos alunos, há uma tendência em propiciar o abandono escolar. Isto ocorre, uma vez que, por estarem na mesma turma alunos já reprovados e ou desistentes de anos anteriores, tal forma de enturmação pode induzir a auto discriminação.

Assim, quando se compara os números de abandono com as taxas de distorção, nota-se que as duas taxas caminham na mesma proporção, como se observa no Gráfico 3.

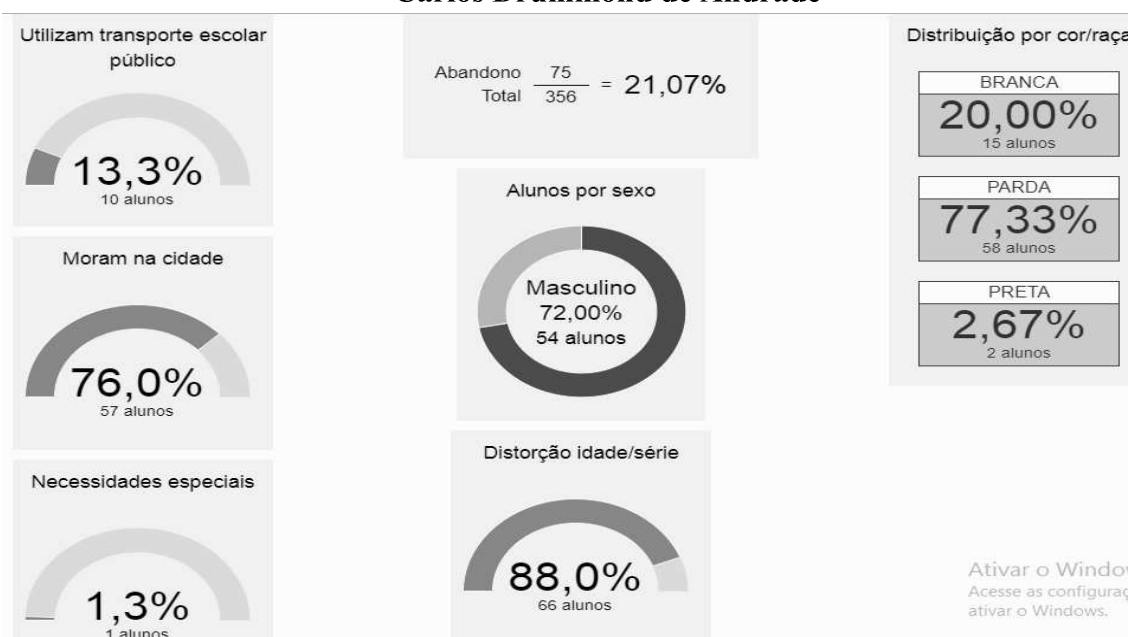
Gráfico 3 - Taxa de distorção por turma em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Minas Gerais (2019).

Convém, ainda, trazer alguns dados importantes, relativos aos números de abandono na E. E. Carlos Drummond de Andrade, no ano de 2017, como se observa na Figura 2.

Figura 2 - Detalhamento do indicador para taxa de abandono escolar, em 2017, na E. E. Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Minas Gerais (2018).

A Figura 2 mostra detalhes relevantes, como: uma parcela de 13,3% dos alunos que habitam a zona rural e utilizam o transporte escolar evadiram em 2017. Um número bem mais elevado, de alunos do sexo masculino, abandonou os estudos, em relação ao número de alunos do sexo feminino. Ademais, 88% do total de alunos que abandonaram a escola se encontravam em distorção idade série. Estes dados culminam na taxa de 21,7% de alunos que abandonaram os estudos em 2017, no Ensino Médio da E.E. Carlos Drummond de Andrade.

É importante levar em consideração, ao se analisar dados de abandono, o percentual de alunos oriundos da zona rural do município e que utilizam o transporte escolar público, como destaca a tabela 16. Complementando as análises do ano de 2017, apresenta-se um quantitativo de 42,7% dos alunos do ensino médio matutino, advindos da área rural, concluintes do ensino fundamental nas escolas municipais da região. Assim, em se tratando do 1º ano do ensino médio, tem-se que 16,6% dos alunos que vem da zona rural, abandonaram a escola no ano em questão. Convém apresentar uma análise detalhada dos referidos alunos, por turma de 1º ano.

Tabela 16 - Taxas de abandono e reprovação dos alunos que utilizaram o transporte escolar em 2017

TURMA	Taxa de abandono da turma	Taxa de abandono considerando os alunos da zona rural	Taxa de reprovação da turma	Taxa de reprovação considerando os alunos da zona rural
1º ano A	5, 13%	5, 13%	17, 85%	5,3%
1º ano B	5, 6%	0%	30,56%	13,5%
1º ano C	37, 21%	18,6%	6,98%	2,6%
Média	15,98%	7, 91%	18, 46%	7,13%

Fonte: Simade (2019).

Nota-se que é considerável a proporção de alunos, advindos da zona rural, que abandonaram a escola em 2017. É importante a observação de que, na turma do 1º ano A, todos os alunos que abandonaram os estudos são oriundos da zona rural, ou seja, são estudantes que cursaram o ensino fundamental em escolas municipais na comunidade em que residem. Já na turma C, metade dos alunos que abandonaram são da zona rural. Nesta análise, há que se considerar os problemas enfrentados com o transporte escolar, diante dos períodos chuvosos que ocorrem durante parte do período letivo.

Quanto às análises dos alunos reprovados e que utilizam o transporte, a proporção se mantém de modo menos intenso nas turmas de 1º ano A e 1º ano C, apresentando maior elevação na turma de 1º ano B. Tem-se, contudo, que as recorrentes faltas do transporte escolar representam um prejuízo significativo na aprendizagem dos alunos, bem como empecilho para a permanência destes no ambiente escolar. Apesar dos esforços da direção da escola, bem como da equipe de professores em prover alternativas que atendam as particularidades dos alunos que utilizam o transporte, nem sempre há sucesso, uma vez que muitos abandonam e outros ainda são reprovados.

Com este quadro, chegamos ao ano de 2018, que possui um relatório pouco satisfatório, em relação aos índices de abandono da E. E. Carlos Drummond de Andrade. Antes do findar do ano em questão, os índices de abandono não apresentam sinais de melhora, em relação aos anos anteriores mencionados, como demonstram os dados da Tabela 17.

Tabela 17 - Percentual de abandono no 1º e 2º ano do ensino médio diurno e noturno, em novembro de 2018

TURMA	DADOS DE ABANDONO
1º ANO MATUTINO	11%
1º ANO NOTURNO	47%
2º ANO MATUTINO	7%
2º ANO NOTURNO	61%

Fonte: Minas Gerais (2018).

Dessa forma, por meio dos dados apresentados, fica evidente a situação de abandono dos alunos do Ensino Médio da referida escola, nas turmas de 1º e 2º ano, em meados de novembro de 2018, quando faltam, ainda, mais de 60 dias para o encerramento do ano letivo, uma vez, que como já mencionado anteriormente, a escola passou, em 2018, por um longo período de greve dos servidores. Com estes dados, fica comprovado o fato de o ensino médio noturno continuar tendo o maior índice de abandono escolar. Tal contexto evidencia que no ensino médio noturno, os alunos necessitam ser trabalhados com mais cautela, a fim de assegurar, a esses jovens, o direito de poderem permanecer nas salas de aula. Para tanto, muitos são os desafios a serem enfrentados.

É importante destacar que, diante dos problemas de fluxo, os quais a Escola Carlos Drummond de Andrade vem vivenciando, algumas ações da gestão se fazem presentes no cotidiano da escola. São realizadas, uma vez por bimestre, rodas de conversa com os alunos, no intuito de refletir sobre a valorização dos estudos. Com este mesmo intuito, há, também, a promoção de palestras com membros da comunidade, de forma a promover a motivação do alunado. Há, ainda, na E. E. Carlos Drummond de Andrade, a cultura da valorização do esporte, questão muito apreciada pelos alunos do ensino médio. Contudo, há pouca participação dos alunos do noturno nesta atividade, uma vez que a grande maioria destas ocorrem no diurno.

No que se refere à assessoria pedagógica, nos últimos 4 anos, a escola não tem contado com o apoio técnico da SRE, conforme prevê o Decreto 45849, de 27 de dezembro de 2011. Não tem acontecido o monitoramento direto desta com a escola, e as formas de comunicação se restringem a e-mails, apenas com fins de cobrança das ações. Não há, assim, um intercâmbio entre Equipe Pedagógica deste órgão e a escola de estudo.

Apesar de a Gestão escolar apresentar demandas pertinentes ao pedagógico, a presença de Analistas, na escola, tem sido inviabilizada por alguns impasses. A carga horária do professor é atrelada à carga horária do aluno e, durante os dias letivos, não pode ser substituída por nenhuma atividade de capacitação de professores. Uma vez que os professores se reúnem aos sábados, a fim de refletir sobre as questões pedagógicas, não há possibilidade de a equipe de Analistas da SRE realizar atendimento às escolas aos sábados, por não haver autorização para viagens aos fins de semana. Outro impasse que impossibilitou o monitoramento nas escolas está relacionado à escassez de recursos financeiros. Ademais, ocorreram visitas somente do Inspetor do Inspetor Escolar para assuntos de ordem burocrática, como conferências de contagens de tempo para fins e aposentadoria, conforme registros nos termos de visita nos arquivos da escola. Uma vez que as parcerias não ocorreram de modo necessário, o efetivo controle do trabalho pedagógico foi inviabilizado e restrito, apenas, às ações que se realizam no âmbito das escolas, sem o monitoramento necessário.

2 ABANDONO ESCOLAR: UM DESAFIO DO ENSINO MÉDIO

Neste capítulo, serão apresentados o referencial teórico, o percurso metodológico, bem como a análise dos resultados obtidos na investigação. Quanto ao referencial teórico, que se apresenta na primeira seção, pudemos nos embasar em alguns teóricos de relevância para o tema, como: Gatti (2012), Almeida (2011), Batista *et al.* (2009), Krawczyk (2011), Moehlecke (2012), Brandão (2011), Souza e Oliveira (2008), Santos *et al.* (2017), Goulart *et al.* (2006), Leon e Menezes-Filho (2003) e outros. Tais autores souberam descrever o ensino médio sob a perspectiva do abandono escolar, expondo questões relacionadas aos impasses para a progressividade desta etapa da educação básica. Dessa forma, eles proporcionam uma reflexão fundamental acerca de como esses impasses acontecem em nosso cotidiano escolar.

Já na segunda seção, trazemos a metodologia escolhida, tendo sido aplicado questionários aos alunos do ensino médio noturno, a fim de prover à investigação dos fatos, no intuito de compreender as causas do abandono escolar.

Por fim, propor-se-á a análise das descobertas, pretendendo-se trazer, para o cotidiano da E.E. Carlos Drummond de Andrade, a relevância desses estudos, além da proposição de um plano de ação, com vistas a amenizar os problemas detectados.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa se subdivide em dois eixos de análise: o primeiro se propõe a apresentar uma reflexão em torno da etapa de educação básica: Ensino Médio. Nesse sentido, intenciona apresentar os desafios enfrentados pelo ensino médio hoje no Brasil. Ademais, também procura demonstrar como o ensino médio tem buscado mudanças, no sentido de atender às necessidades do jovem, frente à nova sociedade, trazendo um histórico das legislações brasileiras. Assim, serão utilizadas ideias defendidas por alguns pesquisadores do assunto, trazendo à tona aspectos, como: a forma como as legislações tem se referido ao ensino médio; e a trajetória desta etapa de ensino ao longo da história da educação.

Já o segundo eixo, trata especificamente do tema abandono escolar, trazendo as especificidades do no ensino médio noturno, propondo uma reflexão sobre a relação direta entre abandono escolar, fracasso escolar e repetência. Traremos alguns apontamentos sobre os problemas relacionados ao ensino médio, no Brasil, com ênfase para o abandono escolar. Tais aspectos serão apresentados a partir da visão de alguns estudiosos, sendo elencados, além disso, os desafios em torno das legislações brasileiras, de forma a buscar soluções para o problema.

2.1.1 O Ensino Médio: desafios e reflexões

Esta subseção se propõe a apresentar o ensino médio, última etapa da educação básica, enfatizando o ensino médio noturno e apontando as dificuldades vivenciadas durante o percurso histórico da educação nacional, bem como as tentativas das legislações em promover um ensino de qualidade e que atenda às exigências da população a que se destina: adolescentes e jovens.

Iniciamos esta reflexão a partir dos estudos de Gatti (2012). Na visão de Gatti (2012), o que se tem, na realidade, é que os debates possuem argumentos fortes, de boa-fé, mas são raramente fundamentados. O que é chamado de demanda social está mais sujeito à paixão e à ideologia do que à razão. Isto faz com que os estudos e as pesquisas progridam muito pouco. Gatti (2012) ainda afirma que:

A questão central na busca de informações, dados, indícios, para determinada pesquisa, não está totalmente e rigidamente vinculada somente à técnica utilizada, mas ao processo de abordagem e compreensão da realidade, ao contexto teórico-interpretativo, portanto, às formas de pensar, de refletir sobre os elementos a reunir ou já reunidos para responder ao problema da pesquisa. Uma questão de perspectiva, de concepção, de postura diante da realidade e do conhecer. (GATTI, 2012, p.18).

Assim, entendemos a necessidade de realizarmos as pesquisas em educação, bem como considerarmos a complexidade de todas as nuances do processo educacional.

No que se refere às legislações educacionais, a educação é garantida como direito. No entanto, vários pesquisadores do assunto apontam algumas questões que, de certa forma, têm impedido que a educação em nosso país alcance o patamar desejado. Almeida (2011, p.14) nos expõe: “O problema mais grave da educação é a inadequação do currículo. ”. A mesma autora ainda afirma que “[...] o problema da formação dos professores não pode ser resolvido somente nas Universidades. ” (ALMEIDA, 2011, p.16). E “[...] as políticas educacionais pouco tem valorizado a figura do professor e os recursos financeiros para a escola são insuficientes. ” (ALMEIDA 2011, p.14).

Para Batista *et al.* (2009, p.18)

[...] o discurso e as práticas são antigas, ou seja, por um lado, a escola continua a não responder aos anseios dos jovens e adultos que nela estão; por outro lado, o estado não efetiva políticas públicas que possibilitem a melhoria das condições de trabalho dos docentes que atuam nesse espaço educativo.

Em se tratando do ensino médio, a história se complica um pouco mais. Há muitas controvérsias quanto à maneira como o jovem encara o ensino médio e, ao mesmo tempo, como

as políticas públicas têm proposto mudanças, no sentido de atender às necessidades do jovem, frente à nova sociedade. O que sabemos é que o que a escola, ou a maioria delas, tem a oferecer ao jovem, não se aproxima nem um pouco daquilo que o mundo tem apresentado. A promessa de que a conclusão do ensino médio implicará na matrícula em uma universidade não atrai grande parte da juventude, e a esperança de que esta conclusão lhe acarretará o ingresso no mundo do trabalho também não os atrai. Assim, percebemos que a escola não sabe a qual jovem atender. Ao que pretende ingressar na Universidade? Ao que busca emprego? Neste caminho incerto, as políticas públicas oscilam entre um perfil e outro.

Krawczyk (2011, p.4) aponta que “o ensino médio nunca teve uma identidade clara, que não fosse o trampolim para a universidade ou a formação profissional”. Afirma, ainda, que “as políticas de expansão do ensino médio respondem não somente às aspirações das camadas populares por mais escolarização, mas também à necessidade de tornar o país mais competitivo no cenário econômico internacional.” (KRAWCZYK, 2011, p.4).

A escola, portanto, carrega uma carga muito representativa de responsabilidades. Ela precisa aprender a driblar os recursos tecnológicos, tornando-os aliados no processo e, ainda, promover a propagação do discurso de que o ensino médio é sim o trampolim para o mercado de trabalho, como aponta, Krawczyk (2011). Contudo, há que se prever que o currículo do ensino médio não pode se atrelar diretamente ao mercado de trabalho e nem se sujeitar ao sucesso do ingresso no ensino superior. Dessa forma, é fundamental encontrar o caminho do equilíbrio.

Krawczyk (2011, p.15) nos aponta que “não se tem produzido a democratização efetiva do acesso à última etapa de escolarização básica, mas sim um processo de massificação do ensino, desvinculado dos interesses dos adolescentes e jovens e em condições objetivas muito precárias.”. Assim, temos, pois, que a história da educação no país nos apresenta uma realidade omissa quanto ao ensino médio. Durante o governo FHC (1995-2002), o ensino médio foi alvo de uma reforma estrutural e curricular, por meio do Decreto n. 2.208/ 97.3, que estabeleceu a separação compulsória entre o ensino médio e a educação profissional (Martins, 2000; Frigotto; Ciavatta, 2004 *apud* MOEHLECKE, 2012). Contudo, como vimos em Souza e Oliveira (2008, p.9):

[...] a política de profissionalização compulsória fracassou desde a sua concepção, seja pela impossibilidade estrutural de toda a rede de Ensino Médio tornar-se profissionalizante, seja pela impossibilidade econômica de inserir no mercado de trabalho todos os técnicos formados nesse novo modelo.

No intuito de aprofundar nos estudos sobre o ensino médio na educação do país, apoiamo-nos em Moehlecke (2012, p.4):

Em 1988, uma nova Constituição Federal foi aprovada, trazendo alterações importantes na abrangência e no caráter do nível de ensino em pauta. Afirmou-se o dever do Estado em asseverar a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio” (art. 208, inciso II), indicando-se a intenção de estendê-lo a toda a população, medida que se refletiu no processo de ampliação da oferta do ensino médio, ocorrida nos anos que se seguiram.

A Constituição de 1988 postula, contudo, a obrigatoriedade do ensino e garante, aos estudantes do ensino médio, a continuidade gratuita dos estudos. Tal iniciativa propagou o crescimento das matrículas para esta etapa da educação nos anos que se seguiram. Moehlecke (2012, p.4) segue com seus escritos:

Na segunda metade dos anos 1990, retomou-se o debate sobre as funções do ensino médio. Propõe-se uma maior ênfase nos cursos profissionalizantes. A emenda constitucional n. 14, de 1996, alterou a redação do texto constitucional, substituindo o termo “progressiva extensão da obrigatoriedade” do ensino médio por “progressiva universalização.

Apesar do crescimento o número de matrículas, muitos problemas no Ensino Médio persistiram, o que imputou os governantes a buscarem alternativas para as questões pertinentes a esta etapa de ensino. De fato, na prática, há a dificuldade em se encontrar as reais especificidades para o ensino médio, uma vez que, por si só, este já apresenta suas particularidades. Ainda conforme os estudos de Moehlecke (2012, p.7):

A permanência do estudante no ensino médio envolve um conjunto de fatores que podem facilitar ou não esse processo, tais como: idade com que ingressam na escola; inclusão ou não no mercado de trabalho; trajetória escolar anterior; taxas de repetência e evasão; aproveitamento dos estudos; infraestrutura oferecida; qualidade do corpo docente, entre outros. Nesse sentido, qualquer política direcionada a esse nível de ensino e ao seu alunado precisa ser pensada de modo que considere integralmente, esses múltiplos aspectos.

Ao compreender a relevância dos aspectos sociais que encadeiam o abandono escolar, viu-se, como necessário, um cuidado maior com o ensino médio, no intuito de conduzir a busca de novas propostas para esta etapa de Ensino.

A aprovação da emenda constitucional nº 59 (BRASIL, 2009) deu nova redação ao artigo 208 da nossa Constituição, tornando a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para todos os que não tiveram acesso a ela na idade própria.

Assim, o que podemos concluir, conforme os estudos de Moehlecke (2012, p.16), é que, apesar de vivenciarmos um contexto político e social aparentemente distinto, os grandes temas e preocupações, presentes no documento das DCNEM da década de 1990, permanecem os mesmos das novas diretrizes de 2011: a busca por uma identidade específica para este nível de ensino; a inadequação de sua estrutura às necessidades da sociedade; a proposição de um currículo mais flexível; e a valorização da autonomia das escolas na definição do currículo.

Observa-se, em geral, uma falta de continuidade nas políticas curriculares nacionais, que se caracterizariam mais como “[...] programas de governo, isto é, com início e fim determinados pelos mandatos.” (MOEHLECKE, 2012, p.14).

Com o PNE 2001-2011, pudemos presenciar, no decorrer dos anos, que a expansão do ensino médio não acarretou na propagação de mudanças significativas no acesso e não garantiu a permanência e ou o sucesso dos jovens na escola. Tal contexto nos aponta que PNE, assim, não cumpriu com as metas propostas, inclusive no que se referiu ao ensino médio.

Conforme aponta Brandão (2011, p.5 e 6):

Assim, apesar de fatores como o aumento da cobertura do ensino fundamental, a regularização do fluxo escolar e as exigências do mundo do trabalho por melhor qualificação da mão de obra, podemos dizer que as metas referentes à oferta e atendimento do ensino médio previstas no PNE 2001-2011 não só não foram alcançadas, como também estamos razoavelmente distantes da universalização, com qualidade, da oferta e do atendimento desse nível de ensino, o que se constitui em um imenso desafio a ser ainda enfrentado.

Brandão (2011, p.8 e 9) ainda afirma que, após análise do PNE 2001-2011, chegamos à conclusão de que o “retrato” do ensino médio brasileiro atual é pouco animador. Assim, temos que a responsabilidade representada pelo PNE (2014- 2024) se encerra em medidas que devem preencher as lacunas deixadas pelo antigo plano e ir além deste, propondo a descoberta de novos caminhos para a juventude brasileira, frente a tantos desafios da sociedade. Ainda conforme Brandão (2011, p.10): Precisamos de uma escola que seja capaz de compreender e interagir com os anseios e expectativas dos nossos jovens, seja ela dirigida à qualificação para o trabalho ou ao prosseguimento dos estudos. Enfim, é fundamental que seja uma escola socialmente inclusiva.

É preciso concordar com Moehlecke (2012), quando esta nos afirma que o ensino médio brasileiro, no decurso de sua história, tem sido recorrentemente identificado como um espaço indefinido, ainda em busca de sua identidade. Portanto, reportemo-nos a Krawczyk (2011), que nos afirma que a escola tem que estar comprometida com a comunidade na qual está inserida, mas também com os desafios apresentados pela realidade, complexa e controversa.

Tal questão parece ser pouco observada na nossa realidade educacional brasileira, principalmente quando nos referimos ao trato com os alunos do ensino médio noturno, conforme resultados de uma pesquisa realizada em oito estados de todas as regiões do país, como nos apontam os escritos de Souza e Oliveira (2008).

Quanto aos dados da pesquisa, que se referem ao corpo docente, Souza e Oliveira (2008, p.3) apontam:

O que se notou, em alguns relatos de profissionais da escola, é que eventuais menções a trabalhadores-estudantes são feitas no sentido de apontar a necessidade de compreensão dos vínculos frágeis que estes usualmente estabelecem com o processo de escolarização. Essa interpretação tende a gerar, por parte da equipe escolar, propostas e práticas de ensino “menos exigentes”, embora estas se apresentem em nome do compromisso com a permanência desses alunos na escola.

Tem-se, aqui, que as propostas de tratamento diferenciado, com os alunos do ensino médio noturno, que se configuram como alunos trabalhadores e necessitam do ensino noturno, se encerram, no sentido de facilitar, oferecendo um ensino menos exigente e, conseqüentemente, de qualidade inferior.

Ainda temos conforme Souza e Oliveira (2008, p.3):

No entanto, a postura que se evidenciou, de modo dominante, no tratamento do aluno que frequenta o noturno foi a desconsideração de especificidades de sua realidade de vida e trabalho. Embora, nos registros obtidos nas escolas, menções tenham sido feitas aos diferentes perfis de alunos que frequentam o noturno, estes parecem não estar sendo considerados nos planos, programas e ações escolares. Foram raras as iniciativas de se buscar um diagnóstico mais preciso sobre características, expectativas e aspirações dos alunos, que viessem a embasar decisões relativas à organização e funcionamento do trabalho.

Assim, tanto educadores, quanto as políticas de incentivo à permanência dos jovens no ensino médio precisam se atentar a algumas particularidades desta etapa e turno de ensino.

Conclui-se, assim, esta reflexão, apegando-nos o que afirmou Moehleck (2012, p.7):

A permanência do estudante no ensino médio envolve um conjunto de fatores que podem facilitar ou não esse processo, tais como: idade com que ingressam na escola; inclusão ou não no mercado de trabalho; trajetória escolar anterior; taxas de repetência e evasão; aproveitamento dos estudos; infraestrutura oferecida; qualidade do corpo docente, entre outros. Nesse sentido, qualquer política direcionada a esse nível de ensino e ao seu alunado precisa ser pensada de modo que considere integralmente, esses múltiplos aspectos.

Temos, pois, que as políticas educacionais brasileiras de incentivo à permanência do jovem na escola, bem como a qualidade do ensino ofertado no ensino médio ainda têm muito

que avançar. Ainda não se conseguiu explicitar qual a melhor forma de conduzir as atividades pertinentes a esta etapa de ensino, não encontrando o equilíbrio necessário entre os aspectos mais importantes que permeiam o ensino médio: formação para o trabalho, formação para a cidadania e preparação para o ensino superior.

2.1.2 Abandono no ensino médio: as facetas do ensino médio noturno

Nesta subseção, intencionamos apresentar estudos realizados sobre os desafios do abandono escolar no ensino médio, a partir da visão de alguns pesquisadores do assunto, considerando o tema abandono como um entrave a educação nacional. Traremos, ainda, estudos realizados com enfoque no ensino médio noturno, o que prioriza a nossa intenção de pesquisa. Assim, propomo-nos a evidenciar alguns conceitos já formulados por estudiosos da educação, como: Almeida (2011), Batista *et al.* (2009), Gonçalves *et al.* (2005) Souza e Oliveira (2008), Santos *et al.* (2017), Souza *et al.* (2012), Goulart *et al.* (2006), Leon e Menezes-Filho (2003), Santos *et al.* (2017), dentre outros de igual relevância.

Iniciamos nossas reflexões a partir do exposto por Almeida (2011, p.27), que afirma que a evasão escolar se constitui como um problema social. Outros autores comungam da mesma ideia. Batista *et al.* (2009, p.17 e 18), por sua vez, afirmam que: “existem fatores exteriores que determinam na tomada de decisão dos discentes em abandonar a escola, que envolvem: as condições sociais, culturais, econômicas, históricas, que permeiam a problemática da evasão escolar”. Contudo, entender o abandono escolar como um problema de ordem social se torna, para nós educadores, uma verdade, de certo modo, bem aparente. Portanto, é preciso percorrer alguns caminhos, no intuito de entendermos, comprovarmos ou não tal constatação. Tem-se, assim, a convicção de que não se pode analisar o problema do abandono sem levar em consideração muitos aspectos intra e extraescolares.

Como nos aponta Santos *et al.* (2017, p. 4), a crise no ensino médio Brasileiro tem sido, há décadas, alvo de estudos de órgãos especializados, preocupação de educadores e plataforma política de candidatos. Vários estudos são realizados, por exemplo, pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira), no intuito de melhorar as condições de oferta desta etapa de ensino, favorecendo, assim, o desempenho, bem como a permanência do jovem no ambiente escolar, de forma a ampliar o percentual de alunos que concluem o ensino médio no país. Vimos, ainda, que, no percurso da história da educação no Brasil, houve inúmeras políticas educacionais que tiveram como foco a etapa do ensino médio, todas com o intuito de torná-lo mais atraente para a juventude. Contudo, não se tem percebido resultados tão

satisfatórios, uma vez que os números de abandono continuam altos. Aliados aos problemas de abandono, outras questões de ordem educacional contribuem para a construção do cenário do país, como observamos nos escritos de Santos *et al.* (2017, p.7):

Quando o assunto são as taxas de evasão, apenas Guatemala (35,2%) e Nicarágua (51,6%) têm taxas de evasão superiores ao Brasil na América Latina. Altos índices de evasão, diminuição do número de matrículas, baixa escolaridade média da população brasileira, formação escolar deficitária e a perspectiva de envelhecimento da população tornam a situação ainda mais preocupante.

Assim, a partir destas concepções, entendemos que, dentre os países da América Latina, apenas dois apresentam números de evasão maiores que o Brasil. Ademais, entendemos que outros problemas relevantes, no tocante à educação, também se encontram alarmados em nosso país. Contudo, quando tratamos da questão do abandono, outros aspectos também podem ser observados. Isto ocorre, uma vez que um problema costuma acarretar outros. Por exemplo, se há elevado índice de abandono e evasão, conseqüentemente, a escolaridade média do brasileiro tende a diminuir, tornando deficiente a formação escolar. Contudo, ao mesmo tempo, as questões que levam ao abandono escolar precisam ser consideradas. Como já afirmado anteriormente, por estudiosos como Almeida (2011) e Batista *et al.* (2009), podem ser inúmeros os fatores que induzem o aluno a deixar os estudos.

Conforme nos expõe Santos *et al.* (2017, p.7), “é senso comum dizer que os alunos, sobretudo em regiões carentes, abandonam a escola para trabalhar. Entretanto, publicações recentes colocam em cheque esta premissa. ” Em Pesquisa realizada por órgãos, como o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contatou-se controvérsias relacionadas a estes dados. “De acordo com a pesquisa, os dados mostram que o crescimento econômico tira o jovem da escola mais nas regiões ricas do país do que nas mais pobres, que não oferecem oportunidade de trabalho para os pais e seus filhos.” (SANTOS *et al.*, 2017, p.7). Nesse sentido, a teoria de que o jovem abandona o ambiente escolar por necessidades de trabalho não se confirma, de acordo com o estudo citado.

Nesse interim, a polêmica do ensino médio noturno se faz presente nas reflexões acerca dos fatores educacionais e evidencia os questionamentos em torno da eficácia e credibilidade desta modalidade de ensino. Inúmeros são os aspectos que tendem a colocar o ensino médio noturno em posição inferior nesta etapa da educação básica. O que se tem evidenciado é um ensino que não corresponde aos anseios da juventude que o procura, que, muitas das vezes,

deseja concluir o ensino médio a fim de encontrar melhores oportunidades no mercado de trabalho.

“De um modo geral, o cotidiano do ensino noturno apresenta uma característica singular, pois recebe um alunado esgotado, que, em sua grande maioria, chega à escola após uma jornada de trabalho. Trata-se, assim, de um estudante que já chega reprovado pelo cansaço, que se evade e desiste da escola, porque o que aprende na sala de aula pouco tem a ver com o mundo do trabalho.” (GONÇALVES *et al.*, 2005, p.2).

Gonçalves *et al.* (2005) nos apresentam uma realidade bastante comum entre os alunos que compõem o ensino médio noturno nas escolas brasileiras. Em suma, os estudantes do noturno possuem peculiaridades bastante distantes da realidade que se apresenta no ensino médio diurno, que, em sua grande maioria, não estão fora da faixa e nos apontam anseios completamente adversos. Dessa feita, o currículo necessita dar conta de todas as particularidades que envolvem os alunos, o que, na maioria das vezes, não ocorre de modo eficaz. Nesse sentido, o professor do noturno tende a reproduzir as mesmas atividades aplicadas no ensino diurno, com um grau de cobrança menos exigente. Ainda em Gonçalves *et al.* (2005, p.8), temos que:

Na prática, o que ocorre é a reclamação constante por parte dos professores sobre a mudança ocorrida na clientela que frequenta o ensino noturno. Observamos que se o comportamento da clientela mudou, deve mudar também a atuação docente. (GONÇALVES *et al.*, 2005, p.8)

A relação entre as características dos alunos e a prática do professor deveriam apresentar caminhos afins. No entanto, atitudes como estas não são facilmente percebidas nas escolas que ainda ofertam o ensino noturno. Muitas das vezes, o trato diferenciado se resume ao fato de tornar o ensino menos exigente a estes alunos que têm pouca disponibilidade para se dedicar aos estudos, como afirmado por Souza e Oliveira (2008, p. 3).

Além dos problemas que envolvem as condições sociais dos alunos (aluno trabalhador, aluno fora da faixa etária, já reprovados uma ou mais vezes na mesma série, aluno que se encontrava há algum tempo fora da escola, alunos desmotivados quanto à oferta de trabalhos na comunidade), outros fatores podem interferir na má qualidade do ensino noturno. Como afirma Souza e Oliveira (2008, p.15):

Entre os problemas enfrentados pelas escolas do ensino médio noturno está a grande rotatividade de professores. Os vínculos empregatícios precários, constatados em todas as redes de ensino pesquisadas, são apontados como fator determinante da rotatividade. Também, a atribuição de aulas, que permite aos professores com mais

tempo na carreira escolherem as escolas e nelas, as disciplinas e turnos onde vão lecionar, além de remanejamentos solicitados por professores em qualquer momento do ano letivo, favorecem esse fenômeno. (SOUZA; OLIVEIRA, 2008, p.15).

Conforme nos aponta Souza *et al.* (2012, p.2), a baixa qualidade dos professores, combinada a a problemas de motivação, expectativas e baixos salários se constituem enquanto fatores de probabilidade do abandono ou evasão escolar discente.

Como se nota, o ensino médio, de um modo geral, é ainda uma imensa incógnita a ser desvendada. Apesar de as políticas educacionais apresentarem certo empenho, na busca de melhores resultados, a população alvo do ensino médio ainda não pode ser alcançada. Dessa forma, tem sido grande o desafio da educação nacional, no que concerne à universalização do ensino médio. Vimos, ao longo do desenvolver das políticas públicas para a educação no país, que este tem sido tema frequente de grande preocupação. A ideia de universalizar o ensino médio carrega a premissa de que, ao dar conta de toda a população entre 14 e 17 anos, frequentando uma instituição escolar, o país terá meios para promover como nação que valorize a educação, propagando, assim, um gigantesco salto educacional.

Universalizar o ensino pressupõe, além do acesso, a permanência, a progressão e a conclusão na idade adequada. É desejável, ainda, que essa universalização seja alcançada com padrões de qualidade requeridos de uma boa educação. (GOULART *et al.*, 2006, p.2).

Há, sobretudo, preocupação com a qualidade da educação que se tem ofertado no país, em especial com os aspectos que se referem à universalização. Não basta, portanto, universalizar. É necessário que as reformas apresentadas problematizem e evidenciem a busca pela excelência. Seguimos com as afirmações de Goulart *et al.* (2006, p.1):

É inegável que o Brasil conquistou avanços importantes na área educacional nos últimos anos. Alunos evadidos voltaram a frequentar a escola, o acesso ao ensino fundamental é quase universal, mais recursos lhe foram destinados com o advento do Fundef. Foram conquistas inéditas, porém insuficientes, uma vez que não basta frequentar a escola, é preciso alcançar os níveis de escolaridade básica e, obviamente, atingir níveis de aprendizagem adequados aos anos de estudo acumulados pelos jovens brasileiros.

Conforme se vê, mesmo com a aparente melhora na área educacional, com avanço significativo no acesso ao ensino, ainda há muito o que ser conquistado pela nação brasileira. Nosso patamar ainda está distante de ser o ideal. A educação no Brasil ainda não ocupou o seu lugar de destaque, em meio às políticas públicas imprescindíveis ao desenvolvimento de uma nação.

Como mencionado por Leon e Menezes-Filho (2003, p.1), o progresso educacional, no Brasil, está relacionado com o bem estar dos indivíduos e com o crescimento econômico do país. Entende-se, contudo, que um país que valoriza a sua educação, assim como as suas crianças e a sua juventude tende a contribuir para a que a população viva em harmonia consigo mesma.

Retornemos, assim, às discussões em torno das questões que obrigam o jovem a não frequentar a escola. Na visão de Leon e Menezes-Filho (2003, p.2), temos que:

A importância das características familiares na chance de progresso escolar é um resultado bastante consolidado nas literaturas teórica e empírica, e considerado como um dos principais fatores responsáveis pela “manutenção do ciclo intergeracional de pobreza.

Neste aspecto, temos a família como núcleo elementar na formação educacional dos estudantes. Como já apresentado em pesquisas, há a tendência de haver a reprodução dos determinantes carregados pelo núcleo familiar. Leon e Menezes-Filho (2003, p.13) afirmam, por exemplo, que, “em todas as séries, as taxas de evasão escolar, entre os reprovados, são bem maiores para os estudantes pobres do que para os ricos”. Nota-se, assim, que as pesquisas apontam que há um grupo de privilegiados nos bancos escolares, embora o grupo dos menos privilegiados seja formado a partir de diversificados grupos sociais.

Na visão de Souza *et al.* (2012, p.19), “a chance de evasão é maior entre os meninos, embora não haja diferenças de gênero quanto à probabilidade de concluir o ensino médio na idade correta. ” Com base nestes fatos, convém que a escola reflita acerca da sua forma de condução do seu alunado, procurando entender as particularidades do público masculino e, dessa forma, procurando cercear o abandono. Souza *et al.* (2012, p.19) ainda conclui que quanto maior a escolaridade dos pais, mais elevadas são as chances de o aluno terminar o ensino médio sem distorção idade-série. Este conceito, já afirmado anteriormente na visão de outros estudiosos, manifesta a importância que deve ser dispensada, pelas políticas educacionais, em ampliar o nível médio de escolaridade do brasileiro.

Não se dá por encerrado os problemas que induzem ao abandono escolar. Muitos outros fatores podem estar na lista de inimigos da permanência do jovem na escola. Souza *et al.* (2012) apontam que a literatura tem enfatizado a baixa qualidade dos professores, aliada a problemas de motivação, atitudes, expectativas e baixos salários como fatores associados à probabilidade de evasão ou abandono. Sabe-se que o país pouco tem investido na formação do professor. Ademais, os cursos de graduação tendem a não dotar o profissional de todas as habilidades

necessárias para o exercício da docência. Acondicionam-se, ainda, à profissão, as condições físicas, psicológicas e econômicas as quais o professor é submetido. Tais aspectos desestimulam o bom desempenho das atribuições do cargo.

Souza *et al.* (2012) conclui seus estudos com a afirmação de que as características do mercado de trabalho também influenciam na decisão de alocação do tempo entre escola e trabalho, principalmente entre os jovens. Assim, o que se percebe é que um contingente da juventude prefere o trabalho a frequentar a escola, uma vez que um conjunto de fatores sociais se entrelaçam e culminam, muitas vezes, em abandono escolar. Silva (2015, p.2) evidencia:

A distribuição do conhecimento ainda é tida como fonte de poder social e econômico, e feita de forma privilegiada e discriminada, onde problemas cruciais e crônicos em nosso sistema educacional precisam ser vencidos: evasão escolar, aumento crescente de alunos com problemas de aprendizagem e conseqüentemente, as contínuas reprovações, as formações precaríssimas dos poucos que conseguem concluir o ensino fundamental e ingressar no ensino médio, o constante desinteresse pelo trabalho docente.

A sociedade brasileira ainda aparece marcada por muitas mazelas sociais, propagadas pela história ao longo dos anos. Estas, por sua vez, estão diretamente refletidas no sistema educacional. O abandono escolar, assim, é uma consequência de vários outros elementos que se interiorizam no cenário das instituições escolares no Brasil. Entende-se, portanto, que a batalha para dissipar esse fantasma precisa ganhar mais relevância no cenário nacional. É necessário entender a real diferença entre garantir acesso e garantir a permanência do aluno ambiente escolar. Vê-se que a garantia de permanência vai além das condições físicas do ambiente escolar. Ela permeia todo o entorno da escola, bem como a sociedade a qual está inserida. Como afirmou Santos *et al.* (2017, p.8):

[...] não basta criar indicadores e programas, mas também é essencial que se estude a fundo as comunidades, avalie, monitore e, sobretudo se controle a implementação de programas e projetos, revendo e corrigindo distorções. Entender os reais motivos da não matrícula ou abandono/evasão é um primeiro passo para propor mudanças.

Assim, após detectar o problema, é fundamental buscar por soluções. Neste aspecto, ainda são muitos os desafios. Contudo, ainda precisamos carregar a convicção de que identificar as causas do abandono escolar não é uma tarefa fácil. Na visão de Rumberger (2006 *apud* MENDES, 2013), podemos entender o abandono escolar como um processo e não apenas um momento pontual na vida do estudante. Trata-se, assim, do estágio final de um dinâmico e cumulativo processo de desengajamento escolar. Tem-se, nestas palavras, uma convicção formada de que as instituições escolares podem, assim, influenciar ou inibir o processo de

abandono escolar. Outra observação, apontada por Rumberger (2006 *apud* MENDES, 2013), é que um programa de intervenção, para a prevenção da evasão escolar, deve ir além da dimensão do aluno, estendendo-se, ainda, o contexto ambiental. Dessa forma, deve fornecer recursos e suporte para famílias, escolas e comunidades. Há, contudo, a necessidade de funcionamento de uma rede, abarcada por vários setores da sociedade, apoiadas pela união dos entes federados.

Nesta realidade, podemos nos deparar com muitas objeções. Algumas delas estão muito além da nossa condição de educadores. Assim, como afirma Batista *et al.* (2009), não se trata de buscar culpados ou vítimas, mas de encontrar alternativas que possam permitir que escola, família e o indivíduo consigam compreender os fatores externos e internos das relações estabelecidas nesse espaço, que interferem de forma significativa no processo educativo. Uma vez identificados problemas considerados importantes na condução das questões educacionais, o foco precisa ser canalizado, no intuito de encontrar medidas para amenizá-los.

Em 2018, ano da coleta do último censo escolar divulgado, o país apresenta uma taxa de 6,1% de alunos que abandonaram o ensino médio. Quanto ao 1º ano, os números são consideravelmente maiores: 7,9%. Estes números representam que, até o ano de 2017, o país apresentou uma queda considerável na taxa de abandono. Entretanto, em 2018, houve uma retomada do crescimento desta taxa, apontando que o país ainda está distante dos patamares desejados. Se partirmos para uma análise de alguns estados brasileiros, nos deparamos com uma realidade ainda mais devastadora. Os índices de abandono escolar por todo o território nacional são muito elevados. Estados como o Alagoas, Paraíba, Bahia e Amazonas apresentam taxas que ultrapassam os níveis nacionais. É preocupante o fato de não percebermos que os esforços realizados, em prol de se resolver os problemas da educação brasileira, não alcancem as metas desejadas, apesar de as legislações vigentes.

Como afirma Batista *et al.* (2009), o elevado índice de abandono escolar, no ensino médio, demonstra que há uma discrepância entre o legítimo, posto pela lei, e o real vivenciado pelos muitos estudantes. Batista *et al.* (2009) afirma, ainda, que percebemos que o estado tem cada vez mais recuado na assunção dos seus compromissos com a educação. Para Batista *et al.* (2009), o discurso e as práticas são antigos. Por um lado, a escola continua a não responder aos anseios dos jovens e adultos que nela estão; por outro lado, o Estado não efetiva políticas públicas que possam possibilitar a melhoria das condições de trabalho dos docentes que atuam nesse espaço educativo.

Retornando às particularidades do ensino médio noturno, o que se necessita, nesta oferta, é o entendimento, por parte de todos os envolvidos, de que esta modalidade requer um cuidado especial.

Creio que os segmentos da escola pública necessitam ser revistos como um todo: currículo, infra-estrutura, corpo docente, alunos e as necessidades de cada um desses segmentos, pois não são ações isoladas ou grupos de pessoas (sejam professores, pais ou autoridades) com boa vontade que conseguirão realizar todas as modificações que esta escola necessita. (TOGNI; SOARES, 2007, p.14).

Não há, portanto, a intenção em anunciar os culpados pelas questões que envolvem o ensino noturno, em especial o abandono e evasão, mas sim que o corpo docente, juntamente à direção da escola, bem como as secretarias de educação, pormenorize as nuances pelas quais perpassam esta modalidade, desde o cuidado com o currículo, infraestrutura da escola, formação docente e condições sociais dos estudantes.

Há que se levar em consideração que o ensino médio noturno se configura, até o presente momento educacional, como uma necessidade vigente do alunado que necessita estar na escola neste período, por já estar inserido no mercado de trabalho ou por estar em busca deste. No entanto, enquanto houver demanda para o turno noturno, deve-se oferecer condições favoráveis para que ele aconteça do modo a atender às especificidades que lhe são exigidas.

Foram levantadas, até aqui, algumas questões que permeiam o ensino médio, com ênfase no ensino noturno. Tais aspectos acabam por gerar insatisfações, tanto no corpo docente, como nos discentes e refletem um dos grandes desafios da educação, que é o de manter o jovem na escola. Conter os altos índices de abandono se configura como uma questão essencial no cotidiano das escolas, uma vez que o controle desta contribui para a construção de uma sociedade menos marginalizada.

Compete, aos seguimentos responsáveis pela regulamentação das leis educacionais, de posse da realidade que envolve os alunos presentes nas intuições de ensino, o acompanhamento do trabalho do professor. Nesse processo, é fundamental que sejam fornecidos subsídios para que, efetivamente, o currículo ensinado seja condizente com as necessidades e anseios do alunado.

Na sessão seguinte, nos propomos a apresentar o percurso metodológico, de forma a descrever o instrumento de pesquisa utilizado. Na sequência, serão também elencados os procedimentos de análise dos resultados da aplicação do instrumento.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, nos propomos a descrever os caminhos pelos quais percorreu a pesquisa de campo. Para elucidar nossos estudos, utilizaremos a pesquisa qualitativa, por meio da

aplicação de questionários aos alunos. Intencionamos, por meio deste instrumento, obter respostas necessárias ao nosso objeto de investigação.

Para Gil (2008, p. 45), pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos. Com base nos dados coletados, será elaborado um plano de ação, voltado à elaboração de estratégias que possibilitem reduzir os problemas do abandono, vivenciados na escola.

Ainda amparados pelas ideias de Gil (2008, p.54), concordamos com a concepção da importância da pesquisa social, uma vez -que “a pesquisa social visa fornecer respostas tanto a problemas determinados por 1 interesse intelectual, quanto por interesse prático. Interessa, pois, na formulação do problema determinar qual a sua relevância em termos científicos e práticos.” Esta teoria nos remete à reflexão quanto à proporção da eficácia de nosso objeto de estudo. Baseando-nos em dados relatados anteriormente, que nos apontam a longa trajetória da escola estudada em meio às questões de abandono escolar, nos permitimos crer na relevância desta investigação para o crescimento da instituição.

Como metodologia, foram utilizados questionários, aplicados a todos os alunos do turno noturno. Este instrumento foi preenchido pelos 39 alunos que compõem o ensino médio noturno, foco desta investigação. Optamos, ainda, por aplicar os questionários durante os horários das aulas na própria escola, uma vez julgamos não haver possibilidade de encontro com estes alunos em horário divergente do turno escolar dos mesmos. Como forma de garantir a seriedade do trabalho, os termos de consentimento livre e esclarecido foram apresentados aos envolvidos e, posteriormente, assinados pelos mesmos, sendo evitados, assim, possíveis transtornos ou mal-entendidos.

Informou-se, ainda, aos alunos, os objetivos da pesquisa, a relevância desta para os estudos sobre o tema Abandono Escolar, bem como os esclarecimentos quanto ao sigilo da mesma. Conforme nos orienta Gil (2008), pesquisas com seres humanos devem se caracterizar pelos princípios éticos, definidos por normas aceitas internacionalmente.

Sobre a utilização de questionários, Gil afirma que se trata de:

[...] conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p.140).

Neste caminho, espera-se que este seja um instrumento que nos permita a coleta de dados necessários a uma completa análise da situação que nos propomos a investigar. Temos, assim, que a aplicação de questionários é entendida por pesquisadores como uma prática que apresenta diversas vantagens, que contribuem para a veracidade das informações obtidas. Dentre elas, Gil (2008, p.141) afirma que este instrumento “[...] não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.”. Tal característica garante, assim, maior fidedignidade das informações.

Como afirmado anteriormente, optou-se pela escolha de que os alunos respondessem ao questionário em horário de aulas, como combinado com os professores, uma vez que os estudantes do noturno apresentam dificuldades em comparecer à escola em horários divergentes do normal. Tem-se observado, a cada ano, uma diminuição no número de turmas e matrículas no noturno na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade. Em 2019, são apenas duas turmas, sendo uma de 2º ano, com 25 alunos ainda presentes; e uma de 3º ano, com apenas 14 alunos presentes. É importante ressaltar a falta de comprometimento dos alunos do ensino noturno, em relação à frequência, fato que dificulta o trabalho do professor.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Estudos apontam que são inúmeros os obstáculos que se encontram durante o percurso dos alunos no ensino noturno. Fatores como baixa produtividade, pouca frequência às aulas e, principalmente, o abandono e evasão são impedimentos para o sucesso da juventude que ingressa no ensino médio noturno. Tais questões podem estar associadas à aplicação de um currículo que deveria valorizar as diferenças, mas que perpetua a condição de exclusão.

Nesta subseção, apresentamos o procedimento de análise do instrumento, aplicado no intuito de obtermos respostas que possam nos conduzir à conclusão de nossos estudos. Posteriormente, propõe-se que tais dados sirvam como base para a elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE), a ser aplicado na escola de estudo.

Reiteramos, aqui, a escolha do procedimento de aplicação de questionários para os alunos do noturno. Por meio deles, procuramos colher informações precisas, responsáveis por nos direcionar na atuação das dimensões do problema detectado.

Posteriormente à aplicação, foram feitas análises a partir dos dados dos questionários aos alunos do ensino médio noturno. Para tanto, os resultados das observações nas duas turmas que responderam aos questionários serão apresentados separadamente.

2.3.1 Uma análise do perfil dos alunos de 3º ano do ensino médio

Em se tratando da turma de 3º ano noturno, é importante observar o fato de que, no início do ano letivo, ela era composta apenas por oito alunos, remanescentes da turma de 2º ano do ano anterior. Contudo, ao início deste segundo semestre, oito alunos do diurno, que ingressaram no mundo do trabalho, foram remanejados para esta turma. É importante, para a pesquisa, entender o perfil destes alunos. Responderam aos questionários 14 alunos da referida turma, entre os dias 28 e 29 de outubro de 2019. Dentre os 16 alunos mencionados, 1 aluno foi transferido ao final do 2º semestre, e 1 abandonou a escola ao final do 3º bimestre letivo.

Como nos evidencia a Tabela 18, a turma é composta por mais pessoas do sexo feminino que do sexo masculino, marcando, ainda, a predominância da cor parda entre os alunos da turma. Consideramos, também, o fato de que apenas três alunos da turma possuem 17 anos, e 3 estudantes já possuem 19 anos ou mais. Nesse sentido, apenas 21% dos estudantes desta turma se encontram em defasagem idade série. Quanto ao local de residência, reiteramos a questão de que cinco alunos residem na zona rural e não contam com o apoio do transporte escolar, como mencionado anteriormente no texto.

Tabela 18 - Perfil dos alunos respondentes - 3º ano Ensino médio noturno da E. E.

Carlos Drummond de Andrade

SEXO		COR		IDADE			RESIDÊNCIA	
Masc.	Fem.	Branca	Parda	17	18	19 ou mais	Urbana	Rural
6	8	3	11	3	8	3	9	5

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

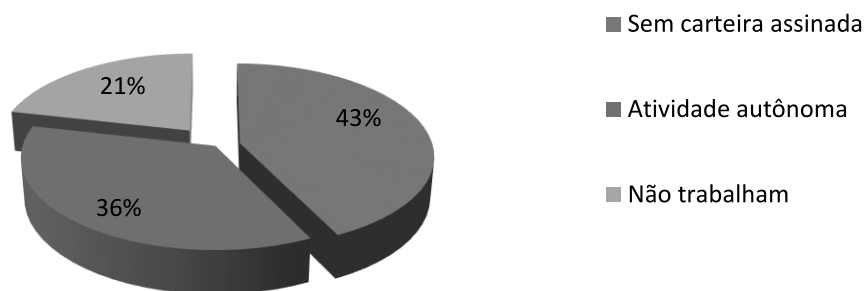
Outro aspecto a ser observado, nestas análises, é quanto ao ano de ingresso nesta escola. Nota-se que os alunos que ingressaram nesta escola, nos anos de 2015, 2016 e 2017, são todos advindos da zona rural, onde cursaram todo o ensino fundamental. Há escolas de ensino fundamental, anos finais, em quatro localidades do município, sendo a E. E. Carlos Drummond de Andrade a escola de ensino médio mais próxima para estes alunos.

A análise a seguir se propõe a evidenciar dados referentes ao grupo familiar a que pertencem os alunos respondentes. Aponta-se, através dos questionários aplicados, que 50% dos alunos residem em grupo familiar formado pelo pai e pela mãe, e 14% residem somente com avós. Há outra parcela que reside em grupo familiar com padrasto ou madrasta. Por fim, há, ainda, um aluno que declarou residir somente com irmãos. Souza *et al.* (2012, p. 2) afirma que, “dentre os fatores associados ao processo de acumulação de capital humano dos indivíduos

e, portanto, à probabilidade de continuidade dos estudos, destaca-se em primeiro lugar o ambiente familiar. ” Tem-se, assim, que um grupo familiar bem constituído é favorável à permanência e sucesso escolar de crianças e adolescentes.

Veremos, no Gráfico 4, uma explanação relativa à atividade remunerada, exercida ou não pelos alunos respondentes.

Gráfico 4 - Atividade remunerada dos respondentes

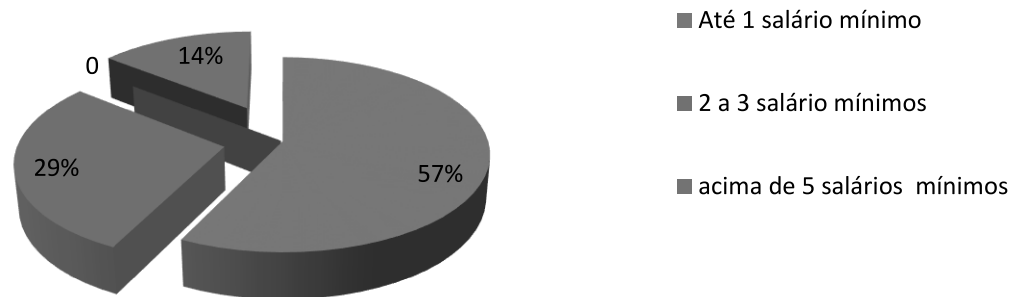


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos através da aplicação dos questionários.

Comprova-se, no Gráfico 4, que 85,7% dos alunos da 3ª série do Ensino médio noturno são trabalhadores. Apesar de a maioria já estar na maioridade, nenhum deles possui carteira assinada. Portanto, 36% dos alunos da 3ª série do ensino médio declararam trabalhar de forma autônoma, em alguma atividade que exercem junto à família. Em contrapartida, 43% afirmaram exercer atividade remunerada sem carteira assinada. Por fim, 21% disseram não exercer nenhuma atividade remunerada. É importante destacar o fato de que dois dos três alunos que não trabalham já possuem 19 anos ou mais, residem com os avós, e a renda familiar gira em torno de dois a três salários mínimos, conforme Gráfico 5. Conforme dados apontados no gráfico, 8,57% dos alunos que responderam ao questionário possuem renda familiar de até um salário mínimo, 29% têm renda de 2 a 3 salários mínimos, e apenas 14 % declararam possuir renda acima de 5 salários mínimos. Tais informações apontam que a maioria dos alunos da turma declaram sobreviver com renda de até um salário mínimo. Conforme Batista (2009), o nível socioeconômico do aluno é um aspecto que exerce influência na sua decisão em abandonar a escola, tendo em vista que a sua situação socioeconômica é mais baixa que a dos outros estudantes. Com base nos gráficos sete e oito, nota-se que 85,7% dos alunos são trabalhadores,

57%, disseram ter renda familiar de até um salário mínimo, o que pode ser justificado pelo fato de que muitos trabalhadores da região, por não possuírem carteira assinada, recebem menos de um salário pela atividade realizada.

Gráfico 5 - Renda familiar dos alunos do 3º ano - Ensino médio noturno - E. E. Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Tem-se, aqui, o fator econômico como grande diferencial, que pode contribuir com os números de abandono escolar, o que corrobora com Souza e Oliveira (2008, p.3):

[...] entre as diferenciações que se evidenciaram acerca da clientela do ensino noturno, a primeira delas é percebida entre os alunos que têm no estudo sua principal atividade/responsabilidade e aqueles que, antes de serem estudantes, são trabalhadores ou buscam, de imediato, ingressar no mercado de trabalho.

Assim, é necessário que a escola perceba essas características particulares, observadas entre os frequentadores do ensino noturno.

Faz-se necessário, ainda, apresentar dados referentes ao grau de escolaridade dos pais dos estudantes que participaram da pesquisa, conforme se observa na Tabela 19. Quanto ao grau de escolaridade dos pais, observa-se que, dos 14 alunos respondentes, 12 apontam possuir os pais alfabetizados. No que se refere ao nível de escolaridade, 42,8% das genitoras não completaram a 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental, e apenas 14,3% possuem Ensino Superior. Quanto aos genitores, a porcentagem dos que não concluíram a 4ª série/5º ano é de 21,4%, sendo menor ainda a porcentagem dos que concluíram ensino superior. Aponta-se, ainda, quanto ao grau de escolaridade das mães, que 14,3% concluíram a 4ª série/5º ano; 7,14% finalizaram a 8ª série/9º ano; e 7,14% concluíram o ensino médio.

Tabela 19 - Grau de escolaridade dos pais - 3º ano Ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade

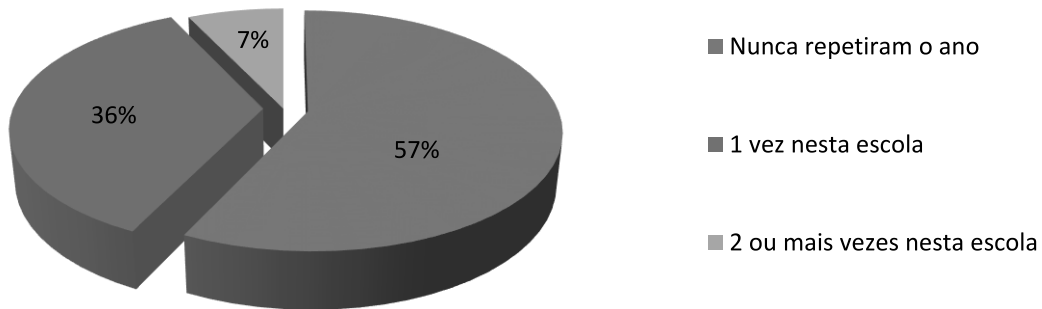
Pais	Alfabetizados		Grau de escolaridade					
			Não completou a 4ª série/ 5º ano Ens. Fund.	4ª série/5º ano-Ens. Fund.	8ª série/9º ano Ens. Fund.	Ens. Médio	Nível superior	Não sabem
	Sim	Não						
Mãe	12	2	6	2	1	1	2	2
Pai	12	2	3	2	2	2	1	4

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Quanto ao grau de escolaridade dos pais, observa-se que, dos 14 alunos respondentes, 12 apontam possuir os pais alfabetizados. No que se refere ao nível de escolaridade, 42,8% das genitoras não completaram a 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental, e apenas 14,3% possuem Ensino Superior. Quanto aos genitores, a porcentagem dos que não concluíram a 4ª série/5º ano é de 21,4%, sendo menor ainda a porcentagem dos que concluíram ensino superior. Aponta-se, ainda, quanto ao grau de escolaridade das mães, que 14,3% concluíram a 4ª série/5º ano; 7,14% finalizaram a 8ª série/9º ano; e 7,14% concluíram o ensino médio. Quanto ao pai, aponta-se a mesma porcentagem para os que concluíram a 4ª série/5º ano, para a 8ª série/9º ano e ensino médio, que é de 14,3%. É interessante a observação de que muitos alunos afirmaram não saber o grau de instrução dos pais, chegando tal quantitativo a 28,6%. Os dados apontam que, em geral, os alunos da referida turma possuem pais pouco escolarizados.

Como nos aponta Riani e Rios-Neto (2008 *apud* SOUZA *et al.*, 2012, p.4), “o atraso escolar está negativamente associado ao *background* familiar do estudante, especialmente à escolaridade da mãe.” Assim, nossos resultados apontam, entre os alunos pesquisados, que há enorme probabilidade de não prosseguimento dos estudos. O Gráfico 6 apresenta a porcentagem de alunos que repetiram o ano.

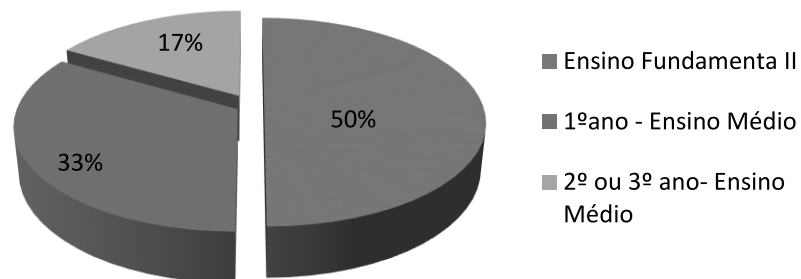
Gráfico 6 - Porcentagem de alunos que repetiram o ano 1 ou mais vezes



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Nota-se que 57% dos alunos desta turma nunca repetiram o ano, ao passo que os outros 43% já foram repetentes uma ou mais de uma vez nesta escola. Assim, no Gráfico 7, intencionamos apresentar os números correspondentes às séries/etapas em que ocorreram maiores taxas de reprovação na turma em questão.

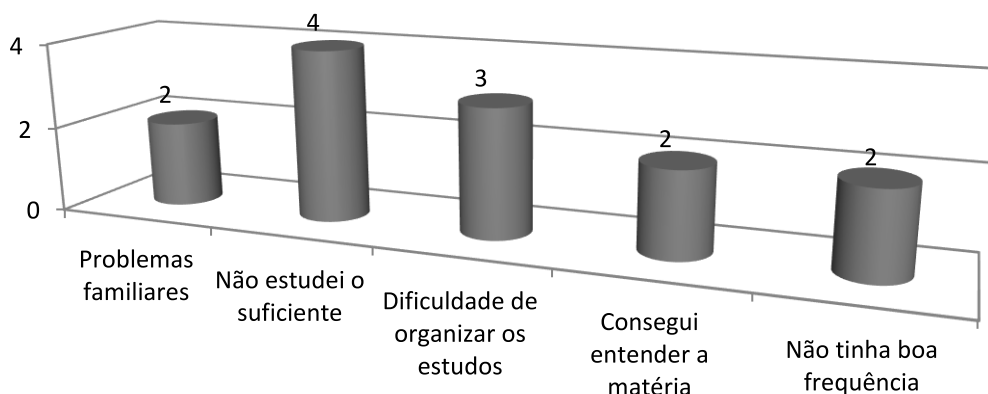
Gráfico 7 - Séries em que houve reprovação



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Tem-se, aqui, que, dos seis alunos que já foram reprovados, todos afirmaram ter sido reprovados nesta escola de estudo, sendo que 50% destes foram reprovados na etapa final do Ensino Fundamental, e os outros 50%, em séries do Ensino Médio. O Gráfico 8 apresenta os principais motivos apontados pelos os alunos para justificar as reprovações.

Gráfico 8 - Justificativa para a reprovação, na visão dos alunos

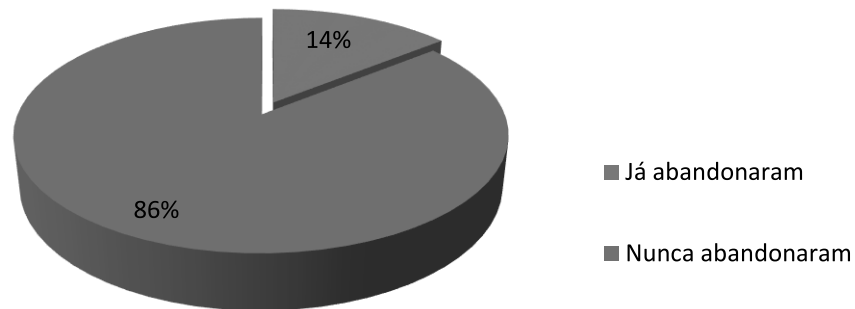


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Tem-se, assim, que os motivos apresentados pelos alunos se mostram bem particulares, e alguns se relacionam com o compromisso em lidar com os estudos, sinalizados na baixa frequência e na falta de estudo suficiente. Há, ainda, a justificativa relacionada às dificuldades de aprendizagem, como o não entendimento da matéria e a dificuldade de organizar os estudos, apesar de nenhum aluno mencionar o fato de os professores não explicarem bem a matéria, terem sido injustos ou muito exigentes. Cita-se, também, a justificativa de problemas familiares, que ocasionam a reprovação. Tal contexto foi mencionado por dois alunos, dentre os seis que informaram já terem sido reprovados. Observou-se, ainda, que nenhum estudante mencionou ter ficado doente, precisar trabalhar, mudar de casa ou ter tido um filho como justificativa para a reprovação.

Sequenciado as questões que induziram às reprovações na turma referida, temos, no Gráfico 9, reflexões pertinentes às questões de abandono escolar, objeto de estudo desta dissertação.

Gráfico 9 - Porcentagem de alunos que abandonaram a escola



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Destacamos, aqui, o fato de que esta turma conta com número reduzido de alunos, apenas 14 alunos no presente momento do questionário. Além disso, 57% destes eram alunos do turno diurno até o primeiro semestre. No entanto, percebe-se, assim, dentre os alunos pesquisados, que o número de alunos que já abandonou a escola é bem reduzido. Isto ocorre, uma vez que, como detectado anteriormente, a taxa de abandono na escola E. E. Carlos Drummond de Andrade é bem mais expressiva no turno noturno que no turno diurno. Estas taxas fogem às estimativas apresentadas em anos anteriores, de 2014 a 2018.

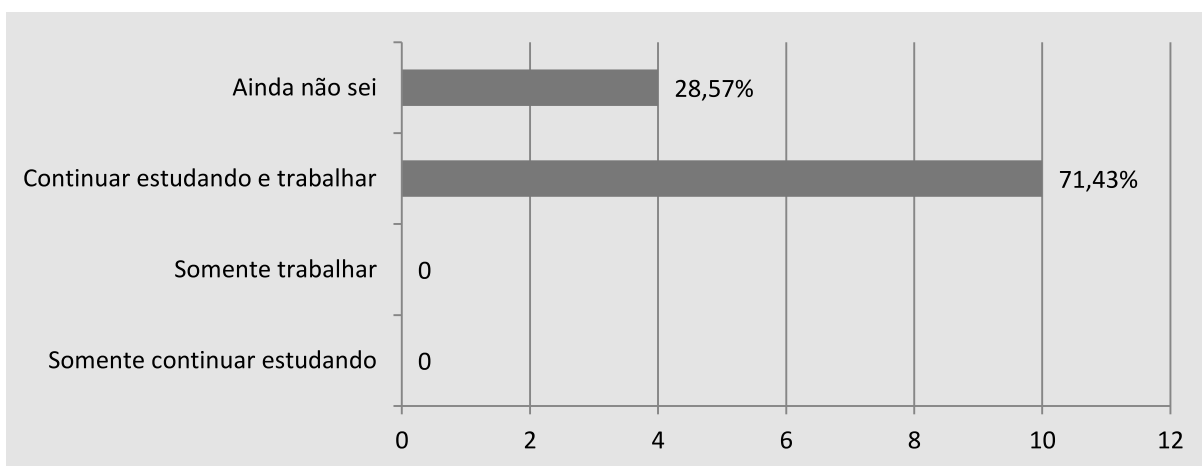
Observa-se que, de modo curioso, a única alternativa apresentada pelos alunos que abandonaram a escola foi a vontade própria. Apesar de a questão conter a informação de que os alunos poderiam apontar mais de um motivo, os dois alunos apontaram apenas uma justificativa. Outra observação a se considerar é o fato de, mesmo a turma apresentando um perfil de alunos trabalhadores, a justificativa do trabalho não foi citada como motivo de abandono. É relevante destacar, nesse aspecto, que um dos alunos que afirmou ter abandonado a escola é trabalhador. Ademais, o aluno advindo da zona rural também não justificou o seu abandono pelo fato de residir longe da escola. Assim, a explicação apontada pelos alunos desistentes dialoga bastante com os resultados apresentados no Gráfico 9, que mostra as justificativas para a reprovação, apontando a questão da pouca dedicação e valorização dos estudos.

Observou-se, assim, que os alunos que abandonaram a escola o fizeram por um período de apenas um ano, apresentando a justificativa, em comum, de dar continuidade aos estudos. Apenas um deles mencionou o fato de retornar à escola com o objetivo de ampliar sua aprendizagem. Assim, apoiamo-nos em Rumberger (2006 *apud* MENDES, 2013, p.3):

Com relação à perspectiva individual do aluno, este autor discute como os valores, atitudes e comportamentos dos estudantes podem contribuir para a saída destes da escola. Especificamente, como a falta de engajamento acadêmico ou no processo de aprendizagem, assim como o desengajamento social ou nas dimensões da escola, podem influenciar a decisão de se retirar da mesma.

Continuando as nossas análises, buscamos conhecer as pretensões dos alunos pós ensino médio, assim como o tipo de instituição superior que desejam cursar. Tais dados podem ser visualizados no Gráfico 10.

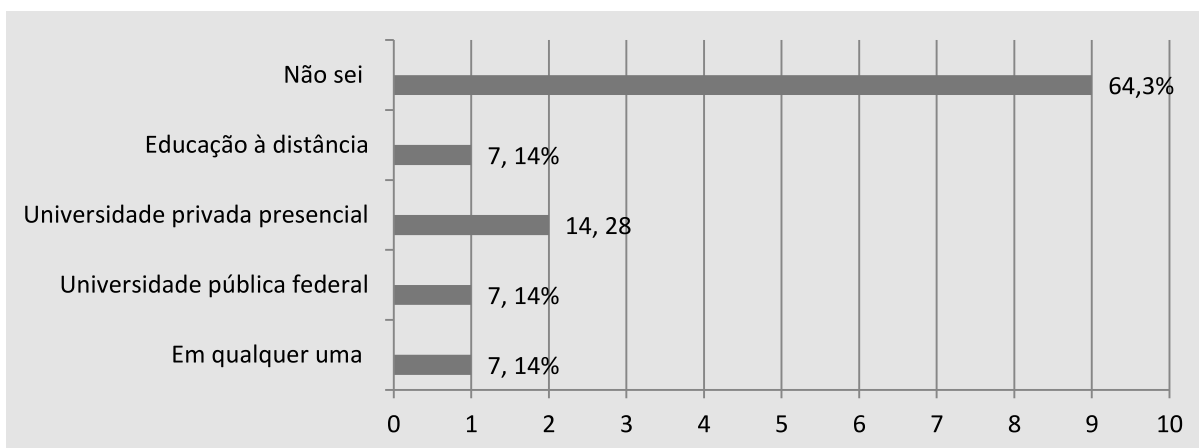
Gráfico 10 - Pretensões dos alunos do 3º ano – ensino médio, pós conclusão do ensino médio



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários- 2019.

Nota-se, pelo Gráfico 10, que há, entre a maioria dos alunos pesquisados, o desejo de seguir carreira acadêmica, terminarem o ensino médio e prosseguirem os estudos. Contudo, a intenção de trabalhar, de forma concomitante aos estudos, também foi apontada pela maioria dos estudantes, evidenciando a condição econômica dos jovens da comunidade e, ainda, o perfil de alunos frequentadores do turno noturno. Como nos aponta Soares *et al.* (2015, p. 760): “O mercado de trabalho tem influência considerável sobre a decisão de abandono, principalmente para aqueles com maiores problemas financeiros na família. ”. Dessa forma, os alunos da referida turma estão predispostos a abandonar os estudos.

Gráfico 11 – Tipo de Universidade que desejam cursar após concluírem o ensino médio

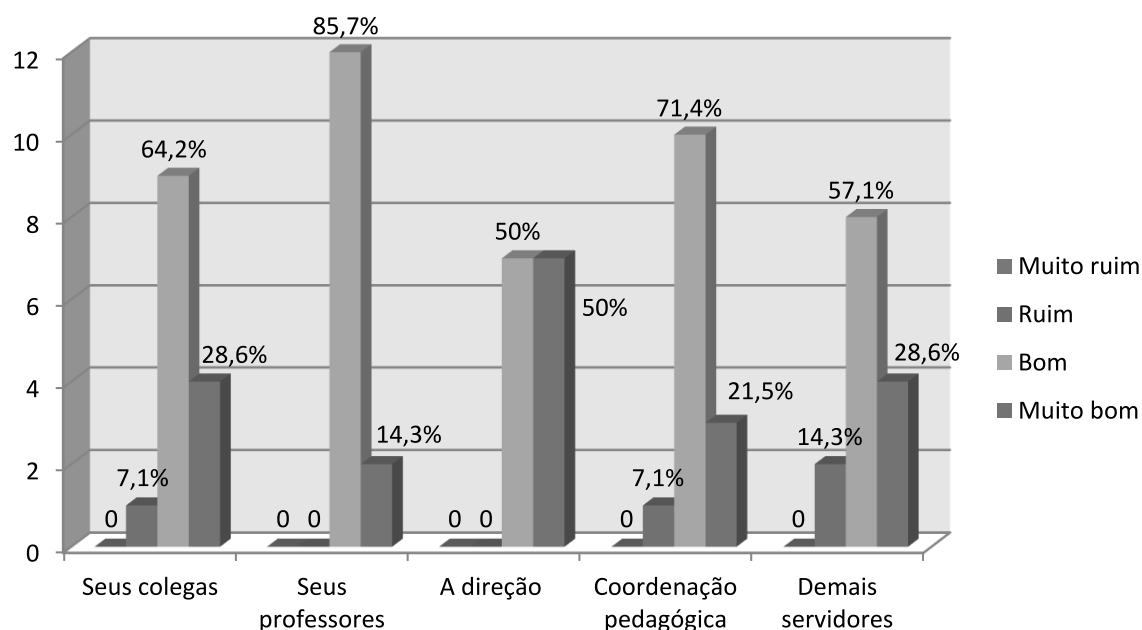


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários – 2019

Detectou-se, ainda, que uma parcela dos discentes, o equivalente a 28,57% dos respondentes, afirma não ter clareza dos objetivos, não sabendo responder qual será o propósito após concluírem o Ensino Médio. Este resultado demonstra um perfil bem típico de alunos ao final da educação básica, que, por algum motivo, não possuem objetivos definidos. Retrata, ainda, um pensamento comum em jovens de interior, onde as oportunidades, tanto de emprego, quanto da possibilidade de prosseguimento em nível superior, são bem remotas. Assim, ao serem questionados sobre o tipo de instituição que desejam cursar, verifica-se, através do Gráfico 11, que 64,3% dos alunos ainda não sabem responder, 7,14% disseram poder ser em qualquer universidade, não importando se pública, privada, federal ou à distância, questão que dialoga com a resposta apresentada no Gráfico 10, que aponta a indecisão de muitos alunos concluintes do Ensino Médio. Um estudante também apontou a opção de cursar uma faculdade à distância, prática muito comum hoje, oferecida por universidades de todo o país.

Na sequência, propomo-nos a apresentar as reflexões a partir das conclusões dos respondentes sobre a importância da escola, relacionamento com colegas professores, direção e outros servidores da escola.

Gráfico 12 - Relacionamento dos alunos do 3º ano com os colegas, professores, direção e demais servidores da escola

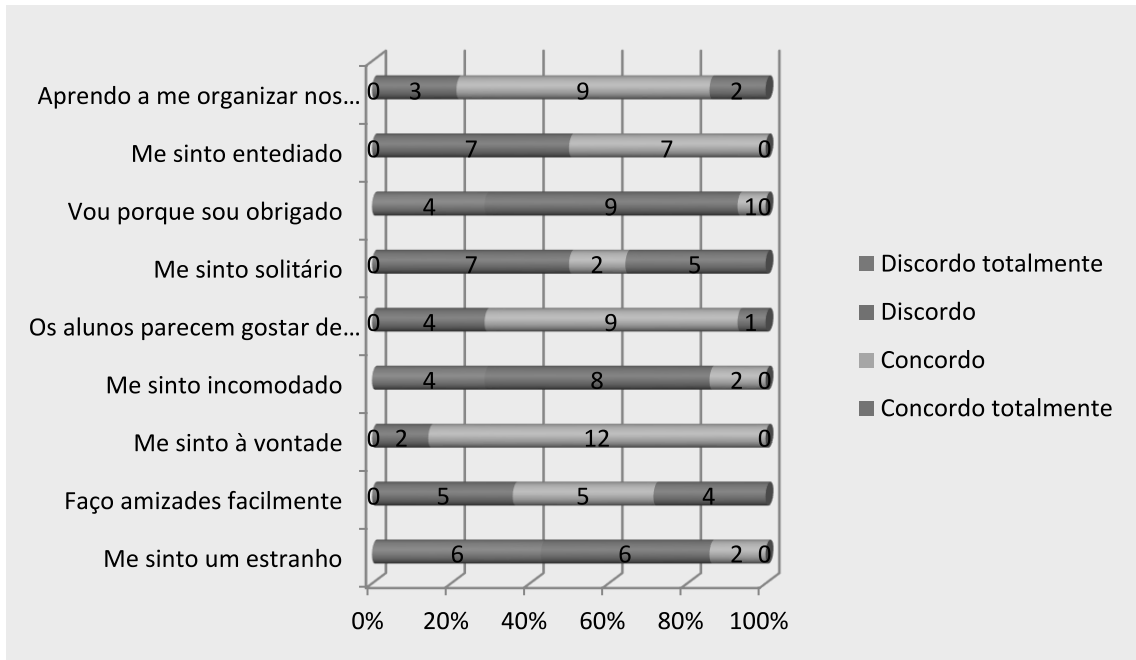


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários- 2019

Nota-se que a maioria dos alunos demonstra se relacionar bem com seus professores, bem como com a direção da escola, uma vez que nenhum deles apontou ter relacionamento ruim ou muito ruim com os seguimentos citados. Este contexto representa um aspecto bem positivo, principalmente no que se refere ao corpo docente, levando-se em conta que o convívio harmonioso, entre estudantes e professores, pode contribuir para os aspectos de aprendizagem. Já com a coordenação pedagógica e demais servidores da escola, 7,14% dos alunos elencaram esta dificuldade de relacionamento. Quanto aos colegas, foi apontado que, entre a maioria, o relacionamento é bom ou muito bom, e apenas 7,14% alegaram ter relacionamento ruim, questão que aponta episódios comuns em uma sala de aula, onde alunos costumam apresentar divergências de opiniões.

A seguir, são apresentados os sentimentos dos alunos, em relação à escola na qual estudam. Estes dados estão evidenciados no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Percepção dos alunos do 3º ano quanto à escola



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários- 2019.

Nota-se que uma parte das respostas dos alunos apresentada no Gráfico 13, o equivalente a 44,4%, se relaciona a sentimentos positivos. A maioria dos alunos demonstrou concordar ou concordar totalmente. Contudo, uma porcentagem destes também não concordou. O sentimento positivo, menos elencado pelos alunos, foi o item: faço amizades facilmente. 35,7% dos alunos discordaram de tal afirmação. Em contrapartida, os sentimentos positivos mais apontados pelos alunos foram os itens: (i) os outros alunos parecem gostar de mim, demonstrado por 71,4% dos estudantes; (ii) aprendo a me organizar nos estudos (78,6%); e me sinto à vontade, apontado por 85,7% dos alunos. Este último aspecto, relacionado à satisfação dos estudantes, representa um elemento condicionante para a permanência dos estudantes no ambiente escolar, conforme apontado por Souza *et al.* (2012, p. 2). “O ambiente escolar de um modo geral também é responsável pelos resultados educacionais das crianças e dos jovens.”.

Portanto, quando partimos para a análise dos sentimentos negativos, nota-se que a maioria dos alunos afirma não expressarem este tipo de sentimento em relação à escola. Nesse sentido, o item “sinto-me entediado” apresentou maior número de discordâncias, o equivalente a 50% dos alunos, resultado que demonstra um sentimento comum expressado por muitos estudantes em relação à escola. Quando indagados sobre se sentirem solitários na escola, 50% dos alunos afirmaram concordar ou concordar totalmente. Já sobre se sentirem incomodados ou estranhos, apenas 14,3% afirmaram concordar.

Contudo, ao serem indagados sobre a questão de frequentarem a escola por serem obrigados, apenas 7,14% destes disseram concordar. Tal número dialoga com o fato de a grande maioria dos alunos da turma ser maior de dezoito anos. Dessa forma, estudam por vontade própria, não sofrendo grande influência de familiares.

Levantou-se também, com os alunos, uma questão referente ao modo como estes comparam a sua escola com a escola de seus amigos. A pesquisa demonstra que 64% dos estudantes comungam a opinião de que sua escola é igual à de seus amigos, ao passo que 21% a apontam como melhor que a de seus amigos.

Concluindo, assim, este bloco relativo à avaliação da escola, tem-se que 93% dos estudantes do 3º ano do Ensino médio noturno consideram a escola como sendo muito importante para o futuro deles. Em contrapartida, apenas 7% afirmaram que a escola é de pouca importância. Podemos, contudo, a partir destes resultados, afirmar que a instituição é um local de importância para os alunos, a julgar pelas afirmações da maioria.

As análises, a seguir, refletem as percepções dos alunos quanto a alguns aspectos observados em sala de aula.

Destaca-se, ao observar a Tabela 20, que, segundo os estudantes, os professores têm que esperar muito pelo silêncio durante as aulas. É importante lembrar que, mesmo que 64% apontam que este fato ocorre em apenas algumas aulas, a outra porcentagem afirma que, na maioria das aulas ou em todas, o professor tem dificuldades de iniciar as suas atividades no tempo certo. Nesse sentido, fica evidente que parte das aulas é utilizada para chamar a atenção dos alunos ou, simplesmente, para esperar pelo silêncio, representando grande prejuízo para a condução da aprendizagem.

Tabela 20 - Afirmação dos alunos do 3º ano noturno, em relação a alguns aspectos em sala de aula

Com que frequência estas coisas acontecem em sala de aula	Nunca	Em algumas vezes	Na maioria das vezes	Em todas as aulas
Os professores têm que esperar muito pelo silêncio dos alunos	-	64,0%	29%	7%
Os alunos prestam atenção ao que o professor fala	-	57%	43%	-
Os alunos não conseguem estudar direito	21,4%	42,9%	35,7%	-
Os alunos procuram o professor quando precisam de ajuda	-	35,7%	35,7%	28,6%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos por meio da aplicação dos questionários- 2019.

Ademais, a Tabela 19 também evidencia que 57% dos alunos não prestam atenção ao professor. Ou seja, a maioria dos estudantes não está preocupada com a aprendizagem. Conseqüentemente, não consegue estudar direito. Contudo, há que se apresentar um aspecto positivo nestas observações. 28,6% dos estudantes afirmaram que, em todas as aulas, os alunos procuram o professor quando precisam de ajuda, conquanto que 35,7% ainda afirmam que, na maioria das aulas, isto acontece; e os demais 35,7% afirmaram que, em algumas aulas, apenas os alunos procuram o professor.

Dessa forma, as tabelas dezessete e dezoito demonstram o fato de que há bastante indisciplina durante as aulas, o que nos leva a entender que, sendo a indisciplina um fator que ocasiona o abandono escolar, há a necessidade de intervenção, tanto dos professores em sala de aula, bem como da equipe gestora da escola, a fim de combater o problema.

Na Tabela 21, ainda expondo questões sobre o cotidiano de sala de aula dos alunos, propomo-nos a apresentar os resultados das impressões de como eles se veem em sala de aula.

Tabela 21 - Afirmação dos alunos do noturno sobre alguns aspectos de atuação deles em sala de aula

Como você se vê em sala de aula:	Nunca	Em algumas vezes	Na maioria das vezes	Em todas as aulas
Fico à vontade para fazer perguntas	-	57,1%	14,3%	28,6%
Fico perdido durante a explicação do professor	14,3%	71,4%	14,3%	
Converso com colegas durante as aulas	-	71,4%	21,5%	7,1%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários- 2019.

Percebe-se, na Tabela 21, que a maioria dos alunos, o equivalente a 57,1%, afirma ficar à vontade para fazer perguntas durante as aulas. Tal informação tem relação direta com a questão apresentada no Gráfico 12, ratificando a observação de que os alunos têm uma relação agradável com os professores, estando, assim, à vontade para participar das aulas, bem como tirar dúvidas. Contudo, aspectos negativos também foram apontados nesta tabela, como o fato de que 71,4% dos estudantes alegaram ficar perdidos durante as explicações do professor. Ademais, 71,4, assumiram conversar com os colegas em algumas aulas. Em contrapartida, outra porcentagem apontou que tal atitude acontece na maioria das aulas, e o restante assume que em todas as aulas. Estes aspectos revelam que o professor tem dificuldades em ensinar os conteúdos necessários a esta turma, o que compromete a eficácia da aprendizagem.

Quando questionados os alunos sobre a relação destes com as disciplinas escolares, houve bastantes divergências de opiniões. Os estudantes citaram, como disciplinas com mais dificuldades, a língua portuguesa, a matemática e a química, sendo a matemática a mais

apontada. Contudo, a língua portuguesa também foi elencada por muitos alunos como disciplina em que tem mais facilidade. Quanto à importância que os alunos atribuem às disciplinas, a língua portuguesa e a matemática também foram as mais citadas. Conquanto, alguns alunos também afirmaram julgar todas as disciplinas com o mesmo grau de importância. As percepções negativas das disciplinas são fatores que podem induzir ao abandono escolar, principalmente quando se observa dificuldades de aprendizagem com a disciplina, ocasionado em médias baixas consecutivas. Na Tabela 22 têm-se os apontamentos dos alunos quanto à maneira como eles observam o trabalho do professor em sala de aula.

Tabela 22 - Percepção de como os alunos do 3º ano se veem os professores em sala de aula

Considerando a maioria de seus professores, você percebe que eles:	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
Incentivam os alunos a melhorar	-	50%	50%
Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos	-	50%	50%
Continuam a explicar até que todos entendam a matéria	14,3%	57,1%	28,6%
Realizam uma avaliação justa	7,1%	57,1%	35,8%
Variam a maneira de apresentar/ expor as matérias	-	64,2%	35,8%
Organizam passeios, projetos, jogos ou outras atividades.	35,8%	57,1%	7,1%
Utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades	21,5%	71,4%	7,1%
Procuram saber sobre os interesses dos alunos	21,5%	64,2%	14,2%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários- 2019.

Ao se analisar os dados da pesquisa com discentes, a partir de uma visão generalizada dos fatos, alguns aspectos podem ser apontados de forma bem positiva. A exemplo, 50% dos alunos afirmaram que frequentemente os professores incentivam os alunos a melhorarem e estão sempre disponíveis para esclarecer dúvidas. No entanto, houve aspectos que não foram avaliados tão positivamente. Apenas 28,6% dos estudantes apontaram que os professores continuam a explicar a matéria até todos entenderem, e uma parcela de 14,3% comungam da afirmação de que este fato não ocorre. Outrossim, 35,8% dos alunos julgaram que os docentes realizam uma avaliação justa e variam a metodologia em sala de aula. Em contrapartida, houve alguns aspectos julgados de modo bem mais negativos. 35,8% dos alunos afirmam que os professores não organizam passeios, jogos e outras atividades; 21,5% alegam que não são utilizadas diferentes estratégias para auxiliar os alunos com dificuldades, questões que apontam que a escola não é atrativa aos alunos, fato que ocasiona no abandono escolar. Como afirmado

por Tavares (2017), os alunos não aprendem de uma única forma, o que torna necessário que o professor proporcione diferentes alternativas de ensino.

Seguimos, assim, para uma análise sobre o modo como os alunos se veem em sala de aula, como destaca a Tabela 23.

Tabela 23 - Percepção de como os alunos do 3º ano se veem em sala de aula

Como você se vê em sala de aula:	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
Falta às aulas	21,5%	71,4%	7,1%
Lê de novo em casa o conteúdo das aulas	50%	50%	-
Pesquisa na internet conteúdos vistos durante as aulas	35,8%	50%	14,2%
Estuda nos finais de semana	64,2%	35,8%	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

Um fator muito importante, questionado neste último bloco, foi a assiduidade. Apenas 21,5% dos alunos afirmaram nunca faltar às aulas. Em contrapartida, 7,1% assumem faltar frequentemente, e os outros 71,4% afirmam faltar algumas vezes. Entende-se, assim, que o ritmo de frequência às aulas é fator determinante para que o aluno acompanhe adequadamente as explicações do professor e, conseqüentemente, não abandone o ano letivo.

Outras questões de igual importância estavam relacionadas ao compromisso dos estudantes com os estudos, principalmente no sentido de estudar em casa. É preocupante o fato de que 50% dos alunos declararam que nunca reveem em casa os conteúdos ensinados em sala de aula. Ademais, apenas 14,2% utilizam com frequência a internet para fins de pesquisa. Sobre este aspecto, Krawczyk (2011, p. 10) aponta que “[...] reconhecer que os adolescentes têm mais facilidade para incorporar em sua vida cotidiana os novos recursos tecnológicos implica admitir uma mudança entre gerações, mas não significa que eles os incorporem de forma crítica e produtiva. ”. Por fim, observou-se, ainda, que 64,2% assumem nunca estudar nos fins de semana. Tem-se aqui representada uma parcela de alunos do turno noturno, que, apesar de reconhecerem a escola como necessária, por motivos diversos não depositam atenção especial aos estudos e realização de atividades propostas.

2.3.2 Uma análise do perfil dos alunos de 2º ano do ensino médio

Iniciamos a análise da turma do 2º ano noturno, observando o quantitativo de alunos que compunham a referida turma no início do ano letivo de 2019. A turma contava, no referido período, com 37 alunos. Destes, ainda restam 25 alunos. Dentre os 12 alunos que deixaram a

turma no decorrer do ano, 1 foi transferido, e os outros 11 foram desistentes. Ou seja, 29,7% dos alunos abandonaram o ano letivo de 2019 na turma em questão. Assim, responderam ao questionário, aplicado os 25 alunos restantes, entre os dias 28 e 29 de outubro. Na Tabela 24, propomo-nos a analisar o perfil dos alunos.

Tabela 24- Perfil dos alunos respondentes - 2º ano Ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade

SEXO		COR			IDADE					RESIDÊNCIA	
Masc.	Fem.	Branca	Parda	Preta	17	18	19	20 a 30	Mais de 30	Urbana	Rural
11	14	5	19	1	7	6	4	5	3	23	2

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

A Tabela 24 aponta que, na turma, há mais pessoas do sexo feminino. Em relação à cor declarada, parda se apresenta predominante, evidenciada em 76% dos estudantes da turma. Em contrapartida, 20% dos alunos se declararam brancos, e apenas 4%, o correspondente a 1 aluno, se declararam na cor preta. Quanto à idade, há certa disparidade entre os alunos da turma, uma vez que a idade entre estes varia de 17 a 37 anos, fato que corrobora com Togni e Soares (2007, p.67), que afirma que, “[...] em classes de ensino médio noturno, convivem alunos na faixa etária jovem, adequada para cursar este nível de ensino; e alunos já mais amadurecidos, em busca de novas oportunidades. ”.

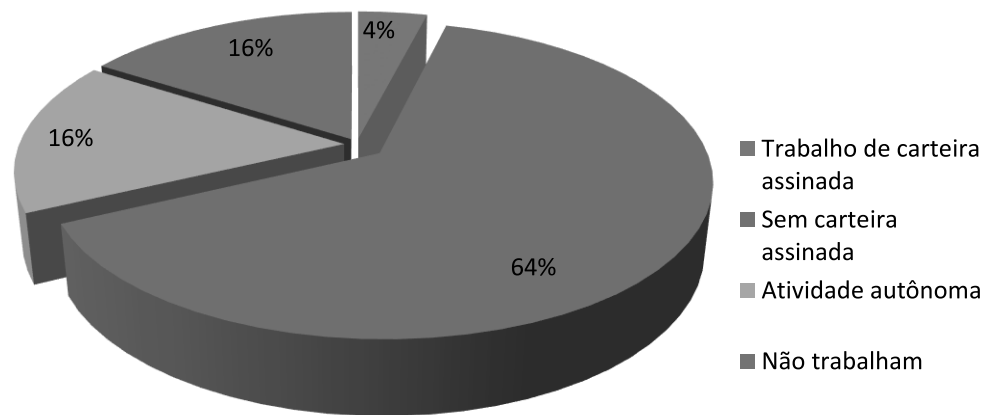
Ademais, a porcentagem de alunos com menor idade é de 28%, o que representa que 72% dos estudantes desta turma estão em defasagem idade série. Tal fato se configura enquanto fator de risco para o abandono escolar. Segundo os estudos de Souza *et al.* (2012, p. 7), esta característica “[...] reduz as probabilidades de ingresso e de aprovação e aumenta a probabilidade de abandono em todas as séries. ”. Concluindo, assim, este bloco, apresentamos que, dentre os 25 alunos pesquisados, apenas 2, o equivalente a 8%, residem na área rural do município.

Na sequência, propomo-nos a analisar mais algumas especificidades sobre os alunos e seus familiares, explicitando o tipo de grupo familiar ao qual os alunos pesquisados estão inseridos. Observou-se, assim, que 40% dos respondentes afirmaram residir em grupo familiar formado pelo pai e pela mãe, 24% residem com avós, ao passo 16% residem com companheiro (a). Há, ainda, uma parcela que reside com madrasta ou padrasto. Alguns, ainda, afirmaram residir com outras pessoas, representados aqui por filhos ou amigos. Neste aspecto, enfatizamos o papel fundamental da família como inibidora do abandono escolar, de acordo com alguns estudiosos como Silva (2015, p. 371). Este afirma que “[...] o abandono escolar não é

responsabilidade apenas da escola, mas também da família, das políticas de governo, já que o Estado não cumpre o seu papel como deveria, e do próprio aluno. ”.

No bloco adiante, apresentamos as considerações acerca da existência ou não de atividade remunerada entre os alunos da turma pesquisada, o que vem explicitado no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Atividade remunerada dos respondentes

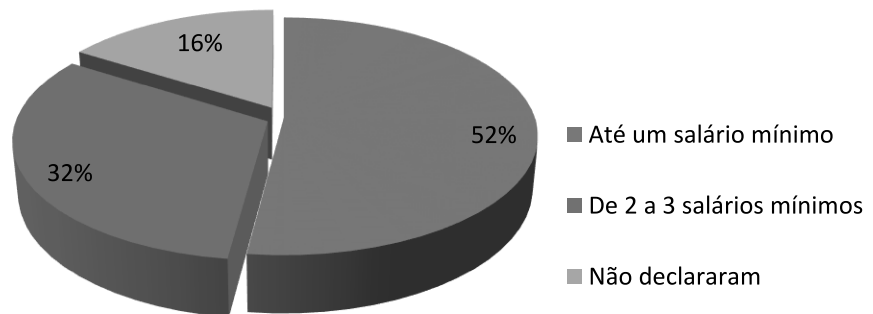


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

Nota-se, a partir do Gráfico 14, que 84% dos alunos da turma observada são trabalhadores, o que justifica a opção pelo ensino noturno. Contudo apenas 1 aluno da turma, o equivalente a 4%, afirma trabalhar com carteira assinada. A porcentagem dos alunos que têm emprego sem carteira assinada é de 64%. Há, ainda, os alunos que declararam exercer atividade autônoma para si ou familiares, o que corresponde a 16% dos estudantes. Convém, ainda, a afirmação de que a parcela restante dos alunos da turma, o equivalente a 16%, não exerce atividade remunerada.

Veremos, no Gráfico 15, a representatividade da renda familiar dos alunos da turma estudada. Vemos que 52% dos alunos têm renda familiar de até um salário mínimo. Em contrapartida, 32% declararam possuir renda de até 2 salários mínimos. 16% dos estudantes não souberam dizer ou se omitiram quanto à renda familiar.

Gráfico 15 - Renda familiar dos alunos do 2ºano - Ensino médio noturno - E. E. Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários- 2019.

Nota-se, pelos estudos realizados, que uma parcela significativa dos alunos afirma ter pais não alfabetizados, sendo ainda maior a parcela que se evidencia em relação ao genitor (12%). Além disso, 2 alunos, o equivalente a 8%, disseram que a mãe nunca estudou, como se verifica na Tabela 25. Quanto ao grau de ensino cursado pelos pais, evidencia-se que 32% dos alunos apontaram que o pai não completou a 4ª série/5º ano do ensino fundamental. Em contraste, a porcentagem de mães que não completaram é um pouco menor (12%). Quanto ao nível superior, 12% das mães dos alunos o possuem. No entanto, quanto ao pai, o índice dos que possuem faculdade é zero. Há, ainda, uma parcela significativa de estudantes que não sabem o grau de instrução dos pais, chegando a 32% os que desconhecem tal informação. Em geral, podemos perceber, pela tabela, que o índice de escolaridade das mães é maior que o índice apresentado pelos pais. Tal dado se relaciona com os estudos de Souza *et al.* (2012), que afirma que alunos com pais mais educados têm mais chance de progresso educacional, e que o impacto de escolaridade eleva a chance de aprendizado.

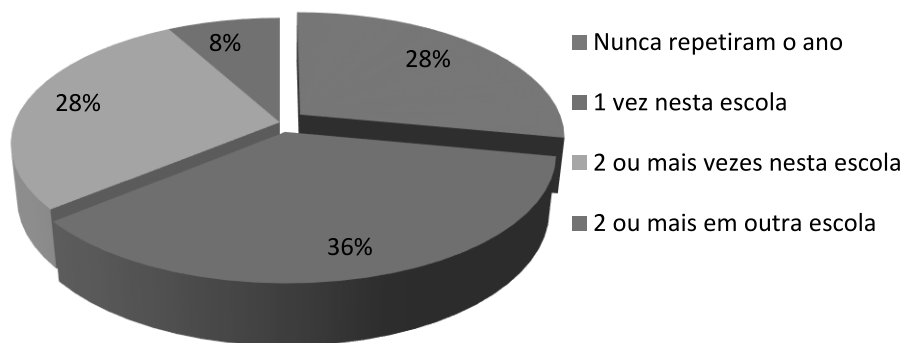
Tabela 25- Grau de escolaridade dos pais - 3º ano Ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade

Pais	Alfabetizado		Grau de escolaridade					
	Sim	Não	Nunca estudou	Não completou a 4ª série/ 5º ano – Ens. Fund.	4ª série/5º ano - Ens. Fund.	8ª série/9º ano Ens. Fund.	Nível superior	Não sabem
Mãe	23	2	2	3	10	2	3	5
Pai	22	3	0	8	5	4	0	8

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários- 2019.

Alguns alunos afirmaram não se lembrar do ano de ingresso na escola de estudo. Portanto, citou-se desde o ano de 2011, até o de 2016. Assim, entre os que se lembraram, a porcentagem de alunos que estão na escola desde o ensino Fundamental é de 56%. Em contrapartida, os demais iniciaram apenas o Ensino Médio. No Gráfico 16, apresentaremos a porcentagem de alunos que já foram reprovados nesta ou em outra escola.

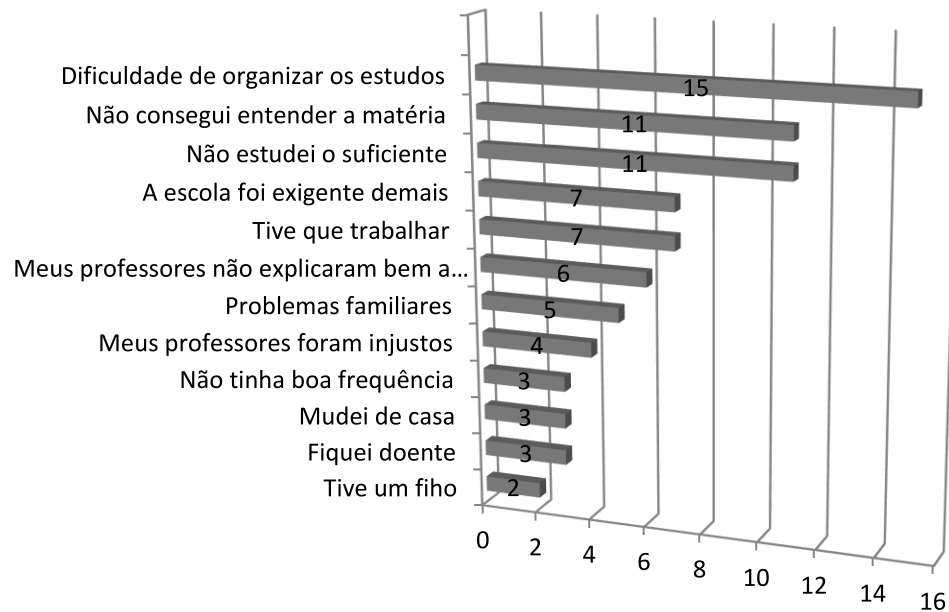
Gráfico 16 - Porcentagem de alunos que repetiram o ano 1 ou mais vezes



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos a partir da aplicação dos questionários- 2019.

Tem-se aqui que apenas 28% dos alunos não são alunos repentinos, ao passo que os demais (72%) já foram reprovados 1, 2 ou mais vezes, nesta ou em outra escola. Portanto, a maioria dos alunos, o equivalente a 64%, repetiu o ano nesta escola. Quanto às séries/etapas em que foram reprovados, houve 3 referências às séries iniciais do ensino fundamental, 5 referências às séries finais do ensino fundamental. Por fim, os demais 13 alunos foram reprovados em séries do ensino médio, sendo que a porcentagem maior de reprovações ficou concentrada no 1º ano do ensino médio, o que corresponde a 47,6% de todos os anos citados por haver reprovações. Estes números, relativos ao 1º ano do ensino médio, ratificam os estudos de reprovação apresentados anteriormente, sobre os anos de 2014 a 2018. Nestes, as taxas de reprovação se apresentam maiores no 1º ano.

Conforme afirma Tavares e Costa (2017), a reprovação tende a dobrar as chances de o aluno sair da escola, fator que representa também necessidade de intervenção na escola de estudo, como forma de inibir o abandono escolar. Sobre o fato, Goulart *et al.* (2006, p. 2) argumenta que “mesmo que as taxas de repetência no Brasil tenham diminuído nos últimos anos, elas continuam elevadas e muito aquém dos índices registrados por países com níveis de desenvolvimento equivalente ou até mesmo inferior ao nosso.” O Gráfico 17 aponta os principais motivos de reprovação citados pelos estudantes.

Gráfico 17 - Justificativa para a reprovação, na visão dos alunos

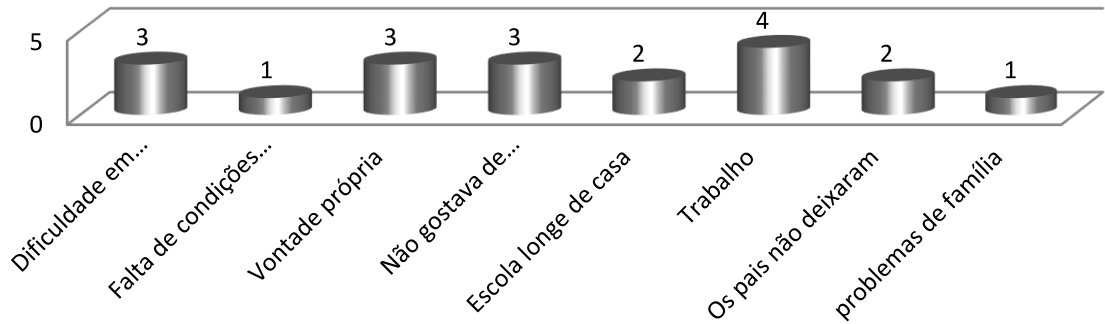
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

Nota-se que há uma grande diversidade de motivos citados pelos alunos do 2º ano para terem sido reprovados. Houve motivos considerados como intra escolares e outros que podemos caracterizar como extraescolares. Dentre as razões extraescolares, as justificativas mais citadas foram: (i) o trabalho, mencionado por sete alunos, o que representa 38%; e (ii) problemas familiares, citado por 5 alunos. Houve, ainda, referência ao fato de terem se mudado, terem filhos e terem ficado doentes. Já nos motivos intraescolares, as situações mais citadas foram: dificuldades de organizar os estudos, sendo mencionada por 83% dos reprovados; seguido por 61% que admitiram não estudar o suficiente e não conseguiram entender bem a matéria. Outra parcela, de 38%, afirmou que a escola foi exigente demais. 33% dos alunos julgaram que os professores não explicaram bem a matéria e houve, também, referência ao fato de não terem boa frequência.

Assim, dando sequência às nossas observações, é fundamental analisar as questões referentes ao nosso objeto de estudo, que é o abandono escolar. Dentre os 25 alunos da turma que responderam ao questionário, 40% destes já abandonaram os estudos. Ademais, 50% destes afirmaram ter abandonado por apenas uma vez; 20% o fizeram por uma média de 5 a sete anos; outros 20% disseram ter ficado fora da escola por mais de 10 anos; e houve, ainda, 1 aluno que não soube precisar o tempo que ficou afastado dos estudos. Veremos, no Gráfico 18, as

justificativas para o abandono escolar, apontadas pelos alunos do 2º ano do ensino médio noturno.

Gráfico 18 - Justificativas para o abandono apontadas pelos alunos do 2º ano



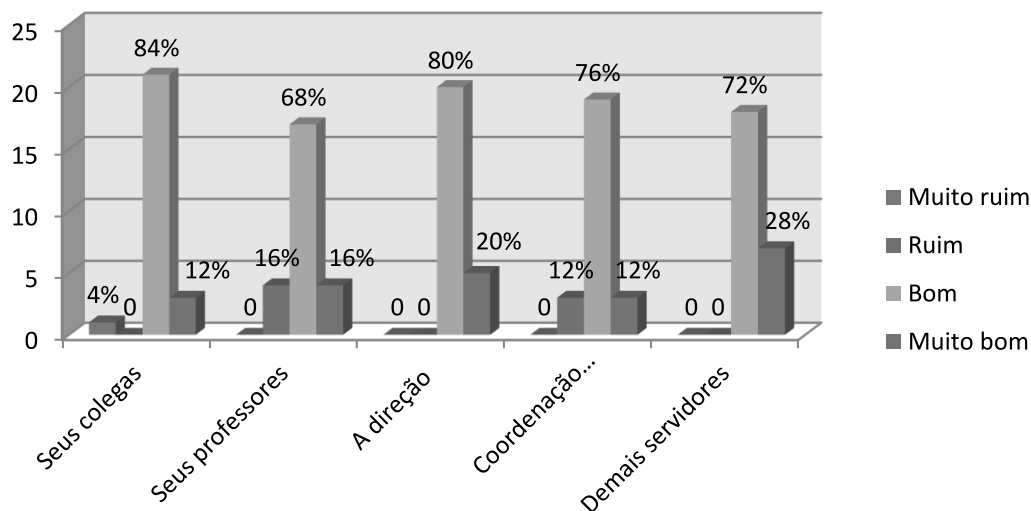
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

Nota-se, pelo Gráfico 18, que a maioria dos alunos apontou mais de uma justificativa para o fato de abandonarem a escola. O trabalho apareceu como o empecilho mais citado, representando 40% dos alunos que deixaram de estudar. Foi afirmado, ainda, por 30% dos alunos que tiveram dificuldades em acompanhar as aulas, que abandonaram por vontade própria e, ainda, que não gostavam de estudar. Houve referências, além disso, a problemas familiares. Foram citadas situações como os pais não permitirem; residência longe da escola; e a falta de condições financeiras. Sobre os fatos acima mencionados, Togni e Soares (2007) afirmam que o abandono encontra base na má condição familiar, na necessidade de trabalhar como forma de sustento da família e na diferença de classes, que altera as relações sociais.

Segundo menciona Krawczyk (2011, p.13), “[...] a escola de ensino médio contém, sobretudo, a promessa de um futuro melhor.”. Assim, analisando as pretensões dos alunos após a conclusão do ensino médio, observamos que 16% destes afirmaram não pretender continuar os estudos, somente trabalhar. Em contrapartida, 52% destes pretendem trabalhar e continuar estudando. Contudo, dentre os alunos que pretendem estudar e trabalhar, 3 destes não desejam cursar o ensino superior, apenas um curso técnico. No entanto, uma parcela significativa destes alunos afirmou ainda não saber o que fazer após o término do ensino médio.

No bloco seguinte, apresentar-se-á uma avaliação da escola, na visão dos alunos, enfatizando a relação com colegas e funcionários da escola, que veremos detalhado no Gráfico 19.

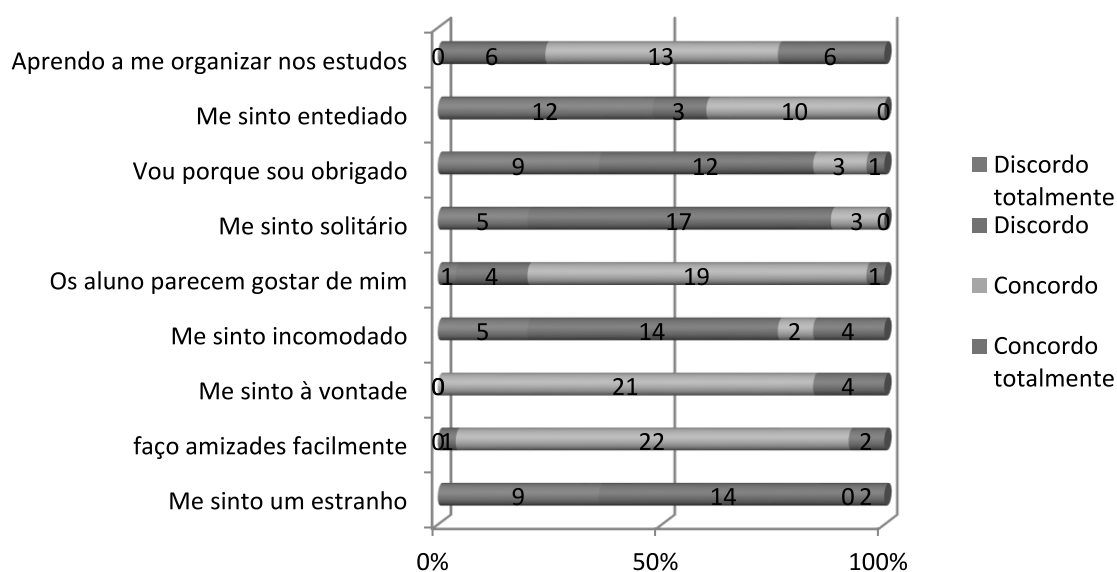
Gráfico 19 - Relacionamento dos alunos no ambiente escolar



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base aplicação dos questionários- 2019.

Tem-se que a escola é um espaço de convivência, e a maneira como esta se manifesta é fator de grande importância para o sucesso e permanência do estudante no ambiente de aprendizagem. Em geral, observa-se que os alunos convivem em harmonia na escola com os colegas, funcionários e outros servidores. Ao serem indagados sobre os sentimentos que manifestam, em relação ao ambiente escolar, o Gráfico 20 nos aponta o observado.

Gráfico 20 - Percepção dos alunos do 2º ano quanto à escola



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

No Gráfico 20 fica evidenciado que houve manifestação de sentimentos positivos em relação à escola, assim como também sentimentos negativos. Quanto aos positivos, nota-se que, no item aprendo a me organizar nos estudos, 76% dos alunos afirmaram concordar ou concordar totalmente. 80% dos alunos afirmaram concordar ou concordar totalmente que os colegas parecem gostar deles. Apenas 1 aluno afirmou que não faz amizades facilmente. Por fim, todos os alunos disseram que se sentem à vontade na escola. Souza *et al.* (2008, p. 5) afirmam que “De qualquer modo, a escola, para todos os alunos, parece constituir, para além de um espaço de ensino, um espaço cultural e social. Na maioria das vezes, é o único e/ou principal espaço público de acesso à informação e à cultura sistematizada.”.

No entanto, houve também a manifestação de alguns sentimentos negativos. 8% dos alunos disseram que se sentem estranhos; 12% alegam se sentir solitários; 24% dizem que se sentem incomodados; e uma parcela maior, de 40%, se sentem entediados. Houve, ainda, 24% que declararam ir à escola por serem obrigados. Nota-se, assim, que há, neste grupo de alunos que apresentaram sentimentos negativos em relação à escola, em especial entre os que se sentem entediados e obrigados, uma tendência ao abandono escolar.

Questionou-se, ainda, aos alunos quanto à forma que eles comparam a sua escola de estudo com a escola em que amigos estudam. Em relação a tal questão, ficou evidente que 36% destes acreditam que sua escola é melhor ou muito melhor que as outras; 56% a consideram igual às dos amigos; e 8% a consideram pior que as outras. Já quanto ao grau de importância que eles veem na escola, a grande maioria dos alunos, o equivalente a 80%, a consideram muito importante. Outra parcela de 16% afirmou que a escola é importante; e apenas 8%, o equivalente a 1 aluno, acredita que a escola tem pouca importância.

Na Tabela 26, propomo-nos a apresentar uma análise das percepções dos alunos quanto a alguns aspectos observados em sala de aula.

Tabela 26 - Afirmação dos alunos do 2º ano noturno em relação a alguns aspectos em sala de aula

Com que frequência estas coisas acontecem em sala de aula.	Nunca	Em algumas vezes	Na maioria das vezes	Em todas as aulas
Os professores têm que esperar muito pelo silêncio dos alunos	4%	20%	56%	20%
Os alunos prestam atenção ao que o professor fala	-	72%	28%	
Os alunos não conseguem estudar direito	4%	64%	24%	8%
Os alunos procuram o professor quando precisam de ajuda	4%	40%	36%	20%
Há barulho e desordem na sala de aula	-	52%	32%	16%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base a aplicação dos questionários- 2019.

Observa-se, assim, que há situações de indisciplina no cotidiano da sala de aula, apontados pelos alunos da turma. Nota-se o fato de que 56% dos estudantes afirmam que, na maioria das aulas, o professor precisa esperar pelo silêncio. Ademais, chega a 20% os que afirmaram que essa situação ocorre em todas as aulas. Além disso, 52% dos alunos afirmaram que, algumas vezes, há barulho e desordem na sala de aula; 32% alegaram que isso acontece na maioria das vezes; e 16% ainda apontam que acontece em toda as aulas.

Assim, os alunos prestam atenção ao que o professor fala apenas em algumas aulas, como afirmado por 72% dos alunos. Como consequência, evidencia-se também a informação de que os alunos conseguem estudar direito em apenas algumas aulas, como declarado por 64% dos estudantes da turma. Houve, ainda, um aluno que afirmou que em nenhuma aula os alunos conseguem estudar direito. Dessa forma, nessa sala de aula, não existe o ambiente propício à aprendizagem, fator que também pode conduzir alguns alunos ao abandono da escola. Considera-se, ainda, importante apontar resultados positivos neste aspecto, uma vez que parte significativa dos alunos afirmaram que procuram o professor quando precisam de ajuda, o que foi demonstrado por 36% dos alunos. Estes últimos afirmaram que, na maioria das aulas, isso ocorre; e 20% afirmaram que em todas as aulas.

Questões relativas ao modo como os alunos se veem em sala também foram apresentadas aos alunos. Alguns aspectos negativos foram observados, uma vez que apenas 36% dos alunos afirmaram que acompanham a matéria exposta pelo professor em todas as aulas; uma parcela de 32% afirmou que acompanha na maioria das aulas; e os demais, 32%, disseram que acompanham apenas algumas vezes. Já em relação a copiar a matéria apresentada pelo professor, 46% afirmam que o fazem em todas as aulas. Quanto a realizar atividades que o professor propõe, 40% declarou realizar em todas as aulas. No entanto, 32% dos alunos afirmam que nunca discutem os resultados das avaliações com o professor. Além disso, 16% dos estudantes afirmam que conversam com os colegas em todas as aulas. Por fim, evidencia-se o fato de que 28% dos alunos afirmam ficar perdidos durante as aulas, e 60% declaram ficar perdidos em algumas aulas.

Questionou-se, ainda, com os alunos, as relações que estes estabelecem com as disciplinas escolares, obtendo-se assim os seguintes resultados: a língua portuguesa, a matemática e a física foram apontadas como as disciplinas em que os alunos mais apresentam dificuldades, apontadas, ainda, como as disciplinas que menos gostam. Já a biologia, a história e a geografia foram as disciplinas em que os alunos afirmaram ter mais facilidade, sendo estas três, ainda, as que disseram gostar mais. Língua portuguesa e matemática são, ainda, as disciplinas que os alunos julgam mais importantes, e a língua inglesa foi apontada como a

disciplina menos importante. Analisou-se o modo como os alunos veem os professores em sala de aula, conforme exposto na Tabela 27.

Tabela 27- Percepção de como os alunos do 2º ano veem os professores em sala de aula

Considerando a maioria de seus professores, você percebe que eles:	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
Incentivam os alunos a melhorar	-	56%	44%
Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos	-	48%	52%
Continuam a explicar até que todos entendam a matéria	8%	84%	8%
Realizam uma avaliação justa	4%	56%	40%
Variam a maneira de apresentar/ expor as matérias	8%	68%	24%
Organizam passeios, projetos, jogos ou outras atividades.	48%	44%	8%
Utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades	28%	56%	16%
Procuram saber sobre os interesses dos alunos	20%	48%	32%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos, a partir da aplicação dos questionários- 2019.

A maioria dos aspectos foram analisados de modo bem negativo. 8% dos estudantes afirmaram que os professores nunca continuam a explicar a matéria até que todos entendam; e 84% disseram que esta ação acontece na sala de aula apenas algumas vezes. É importante enfatizar, ainda, que 8% dos alunos afirmaram que o professor nunca varia o modo de apresentar a matéria; e 68% comungam da afirmação de que variam apenas algumas vezes. Nessa mesma perspectiva, uma parcela significativa dos estudantes (28%) afirma que os professores nunca utilizam estratégias diferentes para auxiliar os alunos com dificuldades. Ademais, 56% destes apontam que, em apenas algumas vezes, os professores utilizam estratégias diferenciadas. Sobre estes fatores, Almeida (2011, p. 38) afirma que “[...] os professores devem trabalhar com metodologias participativas, desafiadoras. ”. Assim, o modo como o professor direciona as aulas, diversificando as metodologias, pode contribuir para a redução do abandono escolar, principalmente no ensino noturno, no qual os alunos geralmente já estão mais cansados, por terem vindo de uma jornada de trabalho.

Tem-se, ainda, que 20% dos alunos que responderam ao questionário declaram que os professores nunca procuram saber dos interesses dos alunos; e 48% destes afirmam que apenas algumas vezes esta ação acontece na sala de aula. Como nos aponta Souza *et al.* (2012, p.4), “[...] a postura que se evidenciou, de modo dominante, no tratamento do aluno que frequenta o noturno foi a desconsideração de especificidades de sua realidade de vida e trabalho. ”.

No entanto, houve também aspectos que, conforme dados da pesquisa, podem ser analisados de modo um pouco mais positivos, como o fato de que 44% dos alunos afirmaram que os professores incentivam os alunos a melhorarem; 52% alegaram que os professores estão sempre disponíveis para esclarecerem as dúvidas dos alunos; e 56% declararam que o professor demonstra domínio da matéria que ensina.

Tabela 28 - Percepção de como os alunos do 2º ano se veem em sala de aula

Como você se vê em sala de aula:	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
Chega no horário na escola	4%	48%	48%
Falta às aulas	-	76%	24%
Faz as tarefas escolares passadas para casa	16%	40%	44%
Lê de novo em casa o conteúdo das aulas	44%	44%	12%
Pesquisa na internet conteúdos vistos durante as aulas	28%	44%	28%
Estuda nos finais de semana	68%	24%	8%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários -2019.

Nota-se, aqui, um fator de grande importância e bem típico de alunos que frequentam o ensino noturno: a assiduidade às aulas. 24% dos alunos assumiram que frequentemente faltam às aulas; e 48% alegaram faltar algumas vezes. Tem-se, ainda, que 1 aluno declarou que nunca chega no horário na escola. Observa-se, contudo, que tais aspectos são de certa forma comuns entre alunos do ensino noturno, uma vez que há uma fala comum, entre os que chegam atrasado, relacionada ao horário em que deixam o trabalho.

Quanto ao compromisso com as atividades, observou-se que 16% dos alunos não fazem as tarefas escolares passadas para casa; 44% não leem em casa os conteúdos vistos em sala de aula; 28% não utilizam a internet como meio de pesquisa escolar; e 68% não estudam nos fins de semana. Assim, apoiamo-nos aos resultados de uma pesquisa com o ensino médio, realizada por Mendes (2013, p.3): “o principal problema deste nível de ensino consiste no desinteresse dos alunos frente às atividades escolares. Neste estudo, sob a perspectiva do aluno, este problema foi apontado por seis em cada dez estudantes. ” Tem-se, portanto, que quando analisamos os alunos do ensino noturno, esta realidade também se apresenta, e ações necessitam ser realizadas, de forma a evitar o abandono.

2.3.3 Aspectos comuns e divergentes entre as duas turmas pesquisadas

Pretendeu-se, até aqui, apresentar os resultados das análises do perfil dos alunos do 2º e 3º ano do ensino médio do turno noturno da E.E. Carlos Drummond de Andrade. Assim, é

necessário apontar alguns aspectos, de forma a se traçar uma comparação entre as duas turmas citadas. A começar pelo número de matrículas iniciais em 2019, tem-se que o 3º ano, como já citado, apresentava um quantitativo de apenas 8 alunos, que somaram 15 no início do 2º semestre. Quanto ao número de alunos que abandonaram a turma, houve apenas uma ocorrência neste sentido até novembro de 2019, ao passo que, no 2º ano, foram 11 estudantes desistentes. Propõe-se, no entanto, apresentar uma análise do perfil dos alunos das duas turmas, que afirmaram já ter abandonado a escola, uma, duas ou mais vezes. Iniciamos a análise observando o grau de escolaridade dos pais dos referidos alunos, como destaca a Tabela 29.

Tabela 29- Grau de escolaridade dos pais dos alunos do ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade que já abandonaram² a escola

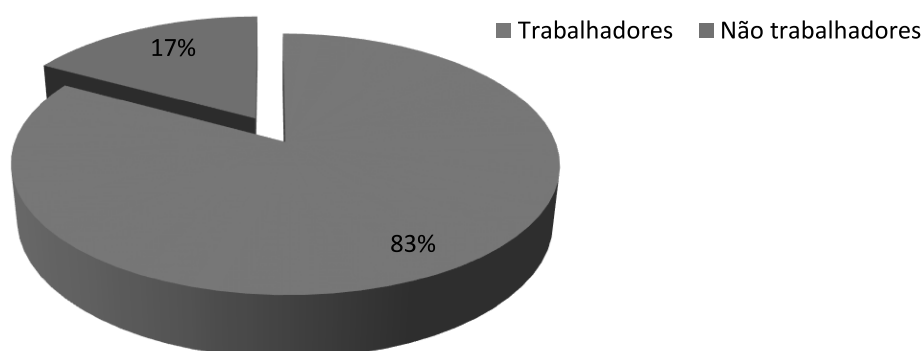
Pais	Grau de escolaridade dos pais					
	Não completou a 4ª série/ 5º ano –Ens. Fund.	4ª série/5º ano - Ens. Fund.	8ª série/9º ano Ens. Fund.	Nível superior	Não sabem	Nunca estudou
Mãe	2	2	-	2	4	2
Pai	5	1	2	-	4	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários- 2019.

Nota-se que, em relação à escolaridade das mães, 33% dos alunos afirmam desconhecerem; 16,6% possuem nível superior; e as demais se subdividem entre as que completaram a 4ª série/5º ano e as que não concluíram nem a 4ª série/5º ano. Quanto à escolaridade do pai, observa-se uma diferença negativa, chegando a 41,6% a taxa dos que não concluíram a 4ª série/5ºano; 8,3% que a concluíram; e 16,6% que completam a 8ª série/9º ano do ensino fundamental. Por fim, 33% dos estudantes afirmam desconhecer a escolaridade dos pais. Confirma-se, assim, a teoria de Souza *et al.* (2012, p.19), que afirma que “quanto maior a escolaridade dos pais, mais elevadas são as chances de o aluno terminar o ensino médio sem distorção idade-série.” Observamos, ainda, que dentre os alunos que já abandonaram, 66% são do sexo masculino, o que, neste caso, contraria os estudos de Souza *et al.* (2012, p.19), que menciona ser maior a chance de abandono entre os meninos. Analisamos, por fim, a porcentagem de alunos trabalhadores, conforme Gráfico 21.

² Neste item será realizada uma análise enfatizando os alunos que abandonaram os estudos e retornaram à escola posteriormente.

Gráfico 21 - Porcentagem de alunos trabalhadores que já abandonaram a escola

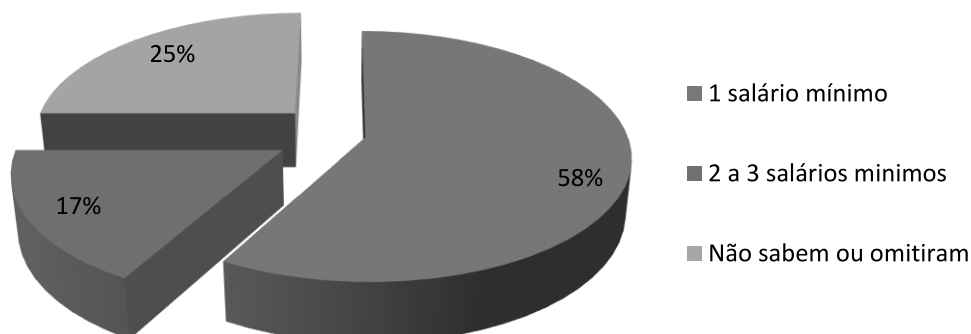


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários- 2019.

Vê-se, então, que, dentre os alunos que já abandonaram a escola, a maioria, 83%, é de alunos trabalhadores, o que justifica a opção pelo ensino noturno. Para Moehlecke (2012, p.7), “a permanência do estudante no ensino médio envolve um conjunto de fatores, que podem facilitar ou não esse processo. ” Dentre eles, a inclusão ou não no mercado de trabalho. Apoiando-nos nesta teoria, podemos apontar que esses alunos que já abandonaram a escola poderão fazê-lo novamente. Há de se levar em conta, ainda, que 33% dos alunos que já abandonaram os estudos citaram, como justificativa, a necessidade de trabalhar.

A renda familiar também se configura como elemento que favorece as chances de sucesso escolar, como já afirmado anteriormente por Batista *et al.* (2009). O Gráfico 21 apresenta a resposta dos alunos da pesquisa sobre a renda familiar.

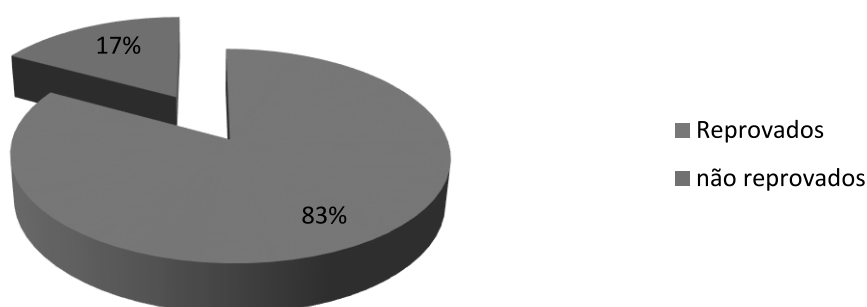
Gráfico 22 - Renda familiar dos alunos que já abandonaram a escola



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

Levando-se em conta que 58% dos estudantes possuem renda familiar de até um salário mínimo, pode-se entender, contudo, que estes estudantes, que já estiveram fora do ambiente escolar, poderão deixar a escola antes de concluírem o ensino médio, conforme a teoria de Batista *et al.* (2009). Outro dado importante, nestas observações, foi quanto ao número de reprovados, que também já foram desistentes. Os resultados apontados no Gráfico 23 corroboram com a teoria de Souza *et al.* (2012, p.3): “[...] as probabilidades de progressão são menores entre os alunos repetentes. ”. Temos, assim, que 83% destes alunos, que já foram desistentes, também já repetiram o ano escolar.

Gráfico 23 - Porcentagem de reprovados dentre os que já abandonaram os estudos



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

Em relação ao abandono, além da justificativa do trabalho, que foi apontada apenas pelos alunos do 2º ano, foram também elencadas dificuldades financeiras; escola longe casa; e motivos familiares. No entanto, os dois alunos do 3º ano que abandonaram a escola citaram como único motivo: vontade própria. Tal opção foi observada, ainda, por 3 alunos do 2º ano. Foram citadas, por 3 alunos do 2º ano, como motivo para o abandono, dificuldades para acompanhar as aulas. Nota-se, contudo, que a justificativa vontade própria foi apontada por 41,6% dos alunos; e 25% afirmaram não gostar de estudar. Sobre estes dois últimos fatores, o que se observa é que há uma certa falta de estímulo do aluno em permanecer no ambiente escolar. Sobre este aspecto, Mendes (2013, p.4) ressalta que dentre os diversos fatores que estão associados à evasão escolar, “[...] muitos deles provêm da motivação do aluno, fazendo com que esta variável anteceda, ou mesmo, possa ser a causa do desengajamento do estudante do universo escolar. ”.

Prosseguimos a nossa análise, no intuito de nos atentarmos para os principais aspectos observados nas duas turmas em questão. Para a grande maioria dos alunos a escola, parece ser

um local agradável, onde eles se sentem à vontade, fazem amizades e se relacionam bem com seus professores. No entanto, observou-se, também, que uma parcela significativa dos alunos nas duas turmas pesquisadas, 40% dos alunos do 2º ano e 50% dos alunos do 3º ano, declarou se sentir entediada. Dessa forma, mesmo diante do relacionamento harmonioso no ambiente escolar, que favorece a permanência do aluno na escola, há, em contrapartida, o fato de eles se sentirem entediados, fato que pode provocar o abandono aos estudos.

Observa-se, ainda, como um aspecto negativo, evidenciado nas duas turmas, situações de indisciplina. Conforme dados apontados pelos alunos, os professores têm que esperar muito pelo silêncio antes de iniciar as aulas, situação que aparece de modo mais alarmante na turma do 2º ano, na qual, 20 dos alunos disseram que este fato acontece em todas as aulas; e 56% alegaram que ocorre na maioria das aulas. Como consequência, os alunos não conseguem estudar direito, situação que se manifesta de modos mais negativo também no 2º ano. Nessa etapa, 8% afirmaram que tal realidade ocorre em todas as aulas; e 24% alegam ocorrer na maioria das aulas. No entanto, aspectos positivos podem ser observados, como o fato de que 56% dos alunos do 2º ano afirmaram que, em todas as aulas ou na maioria delas, os estudantes costumam procurar o professor quando precisam de ajuda. Já no 3º ano, os números são mais expressivos, uma vez que 64,3% dos estudantes procuram o professor em todas as aulas ou na maioria das aulas.

A pesquisa realizada apontou também, como aspectos que podem ser considerados positivos, observados nas turmas em questão, ainda em relação aos professores, que, segundo 50% dos alunos do 3º ano, os professores frequentemente incentivam os estudantes a melhorarem e estão sempre disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos. Já no 2º ano, há a afirmação, por parte de 44% dos alunos, de que frequentemente este fato acontece; e 56% afirmam que acontece algumas vezes.

Dentre os aspectos negativos, destaca-se o fato de que os alunos julgaram que as metodologias adotadas pelos professores em sala de aula não estão adequadas. No 2º ano, 8% dos alunos afirmaram que os professores nunca variam a maneira de expor a matéria; e 68% alegaram que esta ação acontece apenas algumas vezes. Já no 3º ano, estes dados são mais positivos, uma vez que 35,8% dos alunos afirmam que frequentemente os professores variam o modo de expor os conteúdos; e 64,2% acreditam que esta ação ocorre algumas vezes.

Contudo, ao serem indagados quanto ao fato de os professores utilizarem estratégias diferenciadas, a fim de auxiliar os alunos com mais dificuldades, tem-se que, no 2º ano, 28% dos alunos afirmam que nunca acontece; 56% acreditam que ocorre algumas vezes; e 16% afirmam que frequentemente.

No 3º ano, há uma variável nestas taxas, pois apenas 7,1% afirmam que frequentemente os professores diversificam as estratégias de ensino; 71,4% apontam que algumas vezes; e 21,5% afirmam que os professores não variam nunca as estratégias para auxiliar alunos com mais dificuldades.

Nesse sentido, é importante pontuar que as metodologias utilizadas pelos professores, no dia a dia da sala de aula, podem ser um diferencial para auxiliar na permanência do estudante no ambiente escolar, principalmente quando se trata de alunos do turno noturno, vindos de uma jornada de trabalho. Para estes últimos, as práticas rotineiras em sala de aula não representam estímulo. Este aspecto corrobora, assim, com Togni e Soares (2007, p. 68), quando alegam que “[...] um dos aspectos mais gritantes dessa relação pode ser revelado na forma de exclusão que o ensino noturno provoca, pois, o aluno que o frequenta recebe ensino defasado em relação ao oferecido nos cursos diurnos.”.

Concluindo, assim, nossas observações acerca das turmas analisadas, convém apontar dois aspectos de destaque nas turmas em questão. O primeiro deles é relativo à frequência dos alunos. Foi afirmado, por 7,1% dos alunos do 3º ano, que faltam às aulas com frequência; e 71,4% disseram que faltam algumas vezes. Quanto ao 2º ano, observou-se que a infrequência é ainda maior, uma vez que 24% admitem que faltam às aulas frequentemente; e os demais 76% admitem que faltam algumas vezes. Nota-se, assim, que a baixa frequência é fator que se apresenta de modo comum nos alunos do turno noturno, sendo, ainda, um dos elementos que acarretam o abandono escolar, uma vez que, por não conseguirem acompanhar a matéria e não obterem bons resultados, os alunos tendem a deixar os estudos.

O outro aspecto também de igual importância observado é a ausência de comprometimento com os estudos. Grande parte dos alunos não tem o hábito de estudar em casa, não realizando tarefas escolares para casa e não utilizando a internet para fins de pesquisa.

Assim, ao concluirmos estes estudos, precisamos nos apegar aos aspectos positivos observados: os alunos, de modo geral, se sentem bem no ambiente escolar, fazem amigos, relacionam-se bem com os professores e com a direção da escola, almejam sequenciar os estudos e ingressarem no curso superior. Tais situações devem ser valorizadas, no intuito de assegurar a permanência dos alunos na escola. No entanto, é importante refletir acerca dos aspectos negativos, como a baixa frequência, situações de indisciplina, pouco compromisso com os estudos e a prática do professor, de forma a inibir, assim, o abandono escolar. Souza e Oliveira (2008, p. 54) relembram que é preciso analisar as “[...] especificidades e características do alunado e suas possíveis consequências para a organização do trabalho escolar.”. Assim, o aluno frequentador do turno noturno necessita ser considerado em suas particularidades.

Enfim, corrobora-se, com os estudos de Batista *et al.* (2009, p.5), o fato de que “[...] o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada [...]”, uma vez que são múltiplos os fatores que o encadeiam. Ainda de acordo com Batista *et al.* (2009, p.16), “[...] não se trata de buscar culpados ou vítimas, mas encontrar alternativas. ”. Sendo assim, ações precisam ser pensadas e realizadas, de modo conjunto, por todos os envolvidos no processo educacional do estudante, tendendo a amenizar as situações de abandono escolar. O Quadro 2 apresenta uma síntese dos principais aspectos que estão associados ao abandono escolar, detectados por meio dos questionários aplicados aos estudantes. Nele, também estão elencadas as ações propostas para inviabilizar o abandono escolar na realidade do ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade.

Quadro 2 - Fatores apontados na pesquisa x ações previstas no PAE

Fatores identificados	Ações propostas no PAE	Foco da ação
<ul style="list-style-type: none"> Baixa frequência 	<ul style="list-style-type: none"> Reestruturação das ações do Projeto: Meu primeiro negócio; 	Aluno
	<ul style="list-style-type: none"> De olho na frequência 	Aluno
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de práticas pedagógicas diferenciadas 	<ul style="list-style-type: none"> Reestruturação das rodas de conversa; 	Aluno
	<ul style="list-style-type: none"> Oficinas do conhecimento 	Docentes e gestão
<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de trabalhar, aliada às más condições financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento de parcerias com empresas e comércio local e Prefeitura Municipal; 	Aluno
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de palestras com empreendedores locais 	Aluno
<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades em acompanhar as aulas; Os professores foram exigentes e não explicavam bem a matéria 	<ul style="list-style-type: none"> Formação continuada de professores 	Docentes e gestão
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de interesse e comprometimento com os estudos; Indisciplina 	<ul style="list-style-type: none"> Workshops motivacionais 	Aluno

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos com base na aplicação dos questionários – 2019.

O capítulo 3 traz a descrição do Plano de ação educacional (PAE), havendo o detalhamento das ações propostas, no intuito de amenizar as situações de abandono escolar na instituição estudada.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - MEDIDAS DE CONTENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR

Intenciona-se, neste terceiro capítulo, propor um Plano de Ação Educacional - PAE, com o objetivo de apresentar um conjunto ações a serem realizadas na intuição foco deste caso de gestão, a E. E. Carlos Drummond de Andrade, localizada no município de Coroaci, interior de Minas Gerais. O presente caso de gestão buscou responder à seguinte indagação: que fatores têm causado altas taxas de abandono escolar no ensino médio noturno na E.E. Carlos Drummond de Andrade? A pesquisa foi delineada, a partir da coleta de dados empíricos sobre o abandono escolar, na realidade do país, estado de Minas Gerais, Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares, município de Coroaci e escola de estudo. Tais aspectos foram apresentados no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, apresentamos alguns pressupostos teóricos sobre o tema e trouxemos a análise da pesquisa realizada com os alunos do 2º e 3º ano do ensino médio noturno da E.E.Carlos Drummond de Andrade. Apresentamos, ainda, no segundo capítulo, um apanhado das principais situações observadas nas duas turmas que participaram da pesquisa e que são fatores que podem conduzir o estudante a abandonar os estudos.

Por fim, o presente capítulo apresenta um conjunto de ações passíveis de serem executadas por todos os envolvidos no processo pedagógico no âmbito da escola. Souza e Oliveira (2008) apontam a necessidade de uma política educacional para o ensino médio noturno, que apresente alguns aspectos fundamentais para o sucesso escolar. Dentre eles, destacam-se: gestão escolar, avaliação institucional, vivência cultural entre professores e estudantes, atendimento diferenciado, currículo e identidade do Ensino Médio (SOUZA; OLIVEIRA, 2008). Assim, o presente Plano de Ação Educacional pretende apontar algumas ações, no sentido de permear as principais necessidades apontadas, após a realização do estudo.

Apresentaremos, a seguir, em cada subseção, um detalhamento das ações propostas neste plano de ação, que se embasará na metodologia 5W2H.

3.1 REESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO: MEU PRIMEIRO NEGÓCIO

Torna-se importante destacar que o Projeto Meu primeiro negócio aconteceu em 2018 na E. E. Carlos Drummond de Andrade, como já afirmado anteriormente. No entanto, como a carga horária se configurava no contraturno, somente os alunos do diurno tiveram a oportunidade de participar. Entendendo que as ações do projeto vão muito de encontro às

propostas da disciplina Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho, que é a de colocar o aluno do noturno em contato com situações que o identifiquem como protagonista na sociedade que o cerca, julga-se importante aprimorar e adaptar as atividades do projeto com os alunos do noturno.

O projeto Meu Primeiro Negócio se baseia na oportunidade de os alunos receberem suporte para criarem o seu próprio negócio se assim o desejarem. Para tanto, o professor de química dá orientações, que cumpre horas excedentes na escola. Este último foi capacitado para ministrar o projeto.

Sabe-se que costuma ser sonho, de muitos cidadãos, a criação de negócio próprio. No entanto, a maioria das pessoas que o fazem não recebe nenhuma orientação técnica. Seguem, assim, a própria intuição, o que aumenta as chances de não alcançarem sucesso. Dessa forma, a partir do suporte teórico do projeto, as chances de sucesso no negócio tendem a aumentar.

Espera-se, ainda, que a inclusão destas ações, no currículo do ensino noturno, seja instrumento motivador para a permanência do estudante no ambiente escolar. Como forma de não interferir no currículo já proposto para o ensino médio noturno, vê-se a necessidade da realização desta ação de forma interdisciplinar, nas aulas de matemática, língua portuguesa e diversidade, inclusão e o mundo do trabalho. Para tanto, tal ação se dividirá entre os horários das referidas disciplinas, a cada semana. Uma vez que as disciplinas de língua portuguesa e matemática já atuam juntas no desenvolvimento das ações da disciplina diversidade, inclusão e o mundo do trabalho, a interdisciplinaridade entre as mesmas não representa desafio. O Quadro 3 apresenta a síntese desta ação.

Quadro 3 - Reestruturação das ações do Projeto: Meu primeiro negócio

(continua)

Ação 1	Descrição
O que será feito?	Reestruturação das ações do Projeto Meu primeiro negócio.
Por que será feito? (justificativa)	Com o objetivo de propiciar, ao aluno do noturno, a oportunidade de se tornar empreendedor.
Onde será feito? (local)	Na própria escola.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Pelos professores da disciplina Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho, professores de língua portuguesa e matemática, equipe pedagógica, em parceria com o professor de física (coordenador do projeto Meu primeiro Negócio no ano anterior), que cumpre horas excedentes na escola.
Quando será feito? (tempo)	Uma vez por semana, durante o 1º semestre.

Quadro 3 - Reestruturação das ações do Projeto: Meu primeiro negócio

(conclusão)

Ação 1	Descrição
Como será feito? (método)	De forma interdisciplinar, entre as disciplinas, Língua portuguesa, matemática e Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho. Os alunos serão orientados a criarem e produzirem um produto que satisfaça a necessidade da comunidade local e que tenha valor comercial. Ao final do projeto, o aluno receberá um certificado de participação, elaborado pela escola.
Quanto? (custos)	Os custos deverão ter o valor das ações que os alunos deverão vender para os funcionários da escola e comunidade local.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.2 DE OLHO NA FREQUÊNCIA

Esta ação consiste em uma medida muito simples, mas cautelosa, que pode representar um meio bastante eficaz no combate ao abandono escolar.

Entende-se que o papel primordial de observar a frequência escolar é exercido pelo professor, que, através do diário escolar digital, identifica os alunos que apresentam ausências constantes e comunicam à direção da escola. Contudo, torna-se inviável o controle da frequência apenas pelo professor, uma vez que há educadores que ministram apenas uma ou duas aulas semanais.

Assim, o especialista da escola, de posse de uma planilha, anotarà diariamente os alunos faltosos. Esta ação permitirá o mapeamento constante dos alunos infrequentes, a fim de que possam ser traçadas intervenções direcionadas a estes estudantes.

Ocorridas incidências de faltas, o aluno será contatado, através do grupo de WhatsApp e, posteriormente, chamado para uma conversa particular com a equipe gestora, que ouvirá o aluno, no intuito de induzi-lo a permanecer no ambiente escolar. Em caso de alunos menores de idade, os pais também serão comunicados e, caso necessário, os órgãos competentes.

O que se nota é que, muitas das vezes, tudo que um aluno necessita, para permanecer no ambiente escolar, é um pouco de estímulo. Este, além de partir do grupo familiar, pode também ser proveniente de um professor, de um colega de sala, ou da direção da escola. Nesse sentido, uma intervenção que aconteça, a partir da interação de todos estes seguimentos, tende a favorecer a permanência do estudante na escola. O Quadro 4 apresenta a síntese desta ação.

Quadro 4 - De olho na frequência

Ação 2	Descrição
O que será feito?	O controle diário da frequência dos alunos do noturno
Porque será feito? (justificativa)	Como meio de monitorar as ausências dos alunos, evitando que as consecutivas faltas determinem o abandono escolar.
Onde será feito? (local)	Na própria escola.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Pela equipe gestora da escola, professores e representantes de turma.
Quando será feito? (tempo)	Ao longo do ano letivo de 2020
Como será feito? (método)	Será criada uma planilha no Excel, que ficará de posse da equipe pedagógica da escola. Esta controlará diariamente a frequência dos alunos. Será criado, ainda, um grupo no WhatsApp, que permitirá o contato imediato com os alunos faltosos. No caso dos alunos menores de idade, a escola entrará em contato com os pais, informará ao conselho tutelar ou a órgãos superiores, caso necessário.
Quanto? (custos)	Não há custos

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.3 REESTRUTURAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA

As rodas de conversa se constituem em uma ferramenta pedagógica, com tendência a desmitificar a estrutura de sala de aula tradicional, fundamentando-se, assim, na busca de estratégias diferenciadas. Elas favorecem as habilidades de escuta e a formação de opiniões, uma vez que os estudantes terão a oportunidade de conversar sobre temas diversos. Torna-se uma oportunidade de a escola se transformar em um espaço de diálogo e interações, com fortalecimento das relações interpessoais. Representam, contudo, um importante canal de comunicação entre estudantes e a escola, uma vez que este propicia o debate e reflexão em torno de temas pertinentes ao cotidiano do aluno. Por meio de tal meio, os professores podem explorar as habilidades de oralidade dos alunos. Sabendo-se, no entanto, que alguns alunos têm dificuldades de se expressarem oralmente, o exercício mensal desta prática pode contribuir para o desenvolvimento de tal habilidade dos estudantes.

Assim, esta ação pretende reestruturar as rodas de conversas já presentes do cotidiano da E. E. Carlos Drummond de Andrade, diminuindo o período de tempo compreendido entre as mesmas. Dessa forma, ao invés de ocorrerem bimestralmente, acontecerão de forma mensal. Ao mesmo tempo, os temas discutidos serão melhor flexibilizados, estando de acordo com a

demanda do ensino médio noturno e, sempre que possível, relacionados com a disciplina do professor responsável.

O tema gerador das rodas de conversa poderá ser selecionado a partir de uma letra de música ou texto qualquer, preparados anteriormente pelos professores ou equipe gestora. Poderá ser um filme indicado pelos professores para que os alunos assistam anteriormente e poderá, ainda, ser um tema indicado pelos próprios alunos, conforme os mesmos julguem interessante ou necessário. Ao se propor a estratégia de que os próprios alunos indiquem o tema, a equipe pedagógica poderá utilizar o recurso da caixa de sugestões. Uma caixa deverá ser disponibilizada diariamente em um espaço preparado na sala da equipe pedagógica. Uma semana antes da data destinada às rodas de conversa, a equipe fará uma votação com os alunos para a escolha do tema. O Quadro 5 apresenta a síntese desta ação.

Quadro 5 - Reestruturação das rodas de conversa

Ação 3	Descrição
O que será feito?	Rodas de conversa com todos os alunos do turno noturno
Por que será feito? (justificativa)	Como meio de aproximação entre os estudantes, professores e equipe gestora.
Onde será feito? (local)	No pátio da escola
Por quem será feito? (responsabilidade)	Professores, e equipe gestora.
Quando será feito? (tempo)	Uma vez a cada mês, no período de 1 horário
Como será feito? (método)	Será feito um cronograma mensal, no qual, em cada mês, 1 professor se responsabilizará, juntamente com a equipe gestora, por organizar um tema para a roda de conversa. A conversa pode ser iniciada a partir de um texto, uma música ou um vídeo. Sempre que possível, o professor deverá relacionar o tema da roda de conversa à sua disciplina.
Quanto? (custos)	Não terá custos

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.4 OFICINAS DO CONHECIMENTO

Conforme análise dos dados coletados nos questionários, os alunos apontaram a ausência de práticas diferenciadas nas aulas lecionadas. Esta ação, portanto, pretende que o professor crie formas diferenciadas para ensinar os conteúdos aos alunos. Sendo a língua portuguesa e a matemática as disciplinas em que os alunos demonstraram ter mais dificuldades, faz-se necessário que as habilidades destas disciplinas sejam contempladas de modo

interdisciplinar. Nos momentos destinados à leitura, os professores do dia coletarão textos com assuntos diversificados, que percorrerão temas relativos às disciplinas, de forma a chamar a atenção dos alunos. No segundo momento, os alunos farão comentários sobre os textos lidos, expondo, ainda, opiniões sobre o assunto abordado. Em seguida, os alunos serão posicionados em grupos, de acordo com os temas lidos, e confeccionarão resenhas para o Jornal Mural da escola. Esta oficina, além de permitir o aprimoramento das habilidades de leitura e escrita, permitirá, ao aluno, o contato com temas diversos. Dessa forma, o aprendizado ocorrerá por meio diferenciado.

Em contrapartida, as oficinas de matemática oportunizarão, aos alunos, diferentes formas de aprender os conteúdos matemáticos. As ações se destinarão à realização de gincanas por grupos de alunos, bem como desafios de jogos de tabuleiro (gamão, ágon, etc), que serão confeccionados pelos alunos, a partir da orientação dos professores. Os jogos confeccionados poderão, ainda, ser utilizados em atividades com os alunos do turno diurno, o que permitirá, aos estudantes do noturno, que não se sintam inferiores aos alunos do diurno.

Ao final do bimestre, os alunos que não faltarem a nenhuma oficina terão a garantia de 1 ponto para cada disciplina. O Quadro 6 apresenta a síntese desta ação.

Quadro 6 - Oficinas do conhecimento

Ação 4	Descrição
O que será feito?	Oportunizar, aos alunos do noturno, diferentes formas de aprender
Por que será feito? (justificativa)	Para que os alunos tenham a oportunidade de aprender de forma diferenciada, através de oficinas.
Onde será feito? (local)	Na própria escola
Por quem será feito? (responsabilidade)	Pelos professores, apoiados pela equipe gestora.
Quando será feito? (tempo)	Uma vez por mês
Como será feito? (método)	De modo interdisciplinar, os professores prepararão, a cada mês, atividades de Leitura e conhecimentos matemáticos, revezando-se entre os dois. As atividades de leitura consistem em três momentos: Leitura de pequenos textos com temas diversificados, de modo que os alunos escolherão o tema que desejam ler. Plenária, em que os aspectos observados na leitura serão expostos. Criação de um jornal mural, onde será sintetizado a leitura realizada. As atividades matemáticas consistem em duas etapas: Gincanas matemáticas Confeção de jogos matemáticos
Quanto? (custos)	Os custos serão os recursos de papelaria, já previstos no orçamento da escola

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.5 FORTALECIMENTO DE PARCERIAS COM EMPRESAS E COMÉRCIO LOCAL E PREFEITURA MUNICIPAL

A E. E. Carlos Drummond Andrade está situada no município de Coroaci, uma pequena cidade do leste de Minas Gerais. Portanto, o local não oferece muitas condições de emprego. Não há nenhuma empresa de grande porte, e a maioria dos empregos está relacionada ao comércio local e à Prefeitura Municipal. Sendo assim, torna-se importante o contato com as empresas e comércio locais, bem como com prefeitura Municipal. O objetivo é o de facilitar o contato entre elas e os alunos formandos, de forma a facilitar futuras seleções. Para tanto, são necessárias outras ações da escola, como auxílio no preenchimento de currículos e aprimoramento de atitudes éticas no ambiente de trabalho.

Espera-se que estas ações possam ser incentivo para que os alunos permaneçam na escola, concluindo com êxito o ensino médio. O Quadro 7 apresenta a síntese desta ação.

Quadro 7 - Fortalecimento de parcerias com empresas e comércio local e Prefeitura Municipal

Ação 5	Descrição
O que será feito?	Criação de uma parceria com comércio e empresas locais e Prefeitura Municipal.
Por que será feito? (justificativa)	Como meio de incentivar os jovens a concluir o ensino médio, de forma que se sintam motivados a finalizar tal etapa para se inserirem no mercado de trabalho.
Onde será feito? (local)	Pátio da E. E. Carlos Drummond de Andrade Empresa Levinet, HD net Comércio local e setor de Recursos humanos da Prefeitura Municipal.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Equipe gestora da escola, gerências das empresas e dos comércios locais e setor de Recursos humanos da Prefeitura Municipal.
Quando será feito? (tempo)	No início do 1º semestre e início do 2º semestre de 2020
Como será feito? (método)	Primeiro, a equipe escolar fará um levantamento dos alunos do noturno em idade trabalho. Posteriormente, convocará uma reunião com as empresas, comércio local e representantes da Prefeitura Municipal. Neste momento, estes alunos serão apresentados. Aos interessados, ficará evidente que o objetivo desta ação é o de manter os jovens na escola, sendo proposta uma parceria entre eles e escola.
Quanto? (custos)	Não há custos

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.6 PROMOÇÃO DE PALESTRAS COM EMPREENDEDORES LOCAIS

O pequeno município de Coroaci é habitado por um grande contingente de pessoas que sobrevivem de modo autônomo, muitas vezes, de modo informal. Exemplos são: pedreiros,

artesãos, pequenos agricultores, quitandeiros e muitos que trabalham com a gastronomia. Torna-se importante, então, trazer a experiência destas pessoas para dentro do ambiente escolar.

As aulas de Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho, instituídas em 2016 pela Secretaria Estadual de Educação, por meio da Resolução SEE nº 2.842, intencionam apresentar, ao aluno do ensino noturno, um currículo que seja condizente com suas particularidades de vivências e trabalho. A disciplina representa um diferencial que a escola necessita para manter os jovens do noturno no ambiente escolar. Nesse sentido, utilizá-la para a promoção de palestras com pequenos empreendedores servirá de estímulo a esses estudantes.

Os professores da disciplina, juntamente com a equipe pedagógica, farão um mapeamento dos empreendedores que desejam convidar, podendo ser um ou mais de cada mês, durante o período compreendido de março a novembro de 2020. O Quadro 8 traz o detalhamento desta ação.

Quadro 8 - Promoção de palestras com empreendedores locais

Ação 6	Descrição
O que será feito?	Palestras com empreendedores locais
Por que será feito? (justificativa)	Para que possa servir de incentivo, aos alunos do ensino noturno, a criarem os seus próprios negócios.
Onde será feito? (local)	No pátio da escola
Por quem será feito? (responsabilidade)	Professores da disciplina Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho-DIM, equipe gestora e pequenos empreendedores locais.
Quando será feito? (tempo)	Uma vez a cada mês, durante as aulas de disciplina Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho.
Como será feito? (método)	Uma vez a cada mês, será convidado um empreendedor local, que ministrará uma palestra de incentivo aos alunos.
Quanto? (custos)	Não há custos

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.7 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A formação continuada dos professores se constitui em um elemento primordial, que induz à constante reflexão das práticas pedagógicas. É um momento, ainda, de troca de experiências entre o corpo docente, permitindo a comparação de práticas exitosas e não exitosas, com o objetivo de buscar novos caminhos para a aprendizagem. Contudo, há que se pensar a formação continuada no âmbito da própria escola, levando-se em conta os profissionais que nela atuam. Para tanto, é fundamental aproveitar os momentos destinados ao módulo II, que representam 1/3 da carga horária do professor.

Assim, esta ação pretende ser um grande diferencial para assegurar a permanência dos estudantes na escola, uma vez que, mais do que ensinar, os professores precisam considerar quem são os alunos que estão em sua sala de aula e quais os seus anseios. Os conteúdos, portanto, deverão ser introduzidos, levando-se em conta as especificidades do turno noturno, bem como a faixa etária, relação com o mercado de trabalho. e as dificuldades de aprendizagem. Estas últimas serão detectadas, inicialmente, através de avaliações diagnósticas e, continuamente, por meio do percurso bimestral do aluno.

Esta ação deverá acontecer no ambiente escolar, com encontros de duas horas de duração a cada 15 dias e contará, em primeiro lugar, com a equipe gestora (pedagogos, diretor e vice-diretor), levando-se em a conta, ainda, de modo relevante, as experiências dos professores.

A ação deverá percorrer algumas vertentes. O primeiro passo será o planejamento das ações, que deverá partir da equipe gestora. Esta deverá mapear as necessidades dos docentes, tendo como referência a BNCC e o currículo mineiro, a ser implementado nas escolas em 2020. As ações ainda perfazerão o estudo dos dados de abandono escolar na escola em questão e leitura de artigos que tratam do tema, considerando as especificidades do ensino noturno. Assim, o professor organizará o planejamento curricular das atividades a serem aplicadas no ensino noturno, incluindo a realização de oficinas com práticas diferenciadas.

Nos momentos destinados à realização das oficinas para a elaboração de práticas diferenciadas, os professores deverão estar de posse do planejamento das aulas do mês. Ademais, a equipe pedagógica deverá providenciar recursos de papelaria, que deverão estar disponíveis durante as oficinas.

É muito importante que haja a troca de experiências acerca dos momentos das oficinas, uma vez que, nestes espaços, a equipe gestora poderá apresentar as suas considerações, com o objetivo de validar ou aprimorar as oficinas. Ademais, nessas ocasiões, os colegas também poderão apresentar considerações e opiniões. O Quadro 9 apresenta a síntese desta ação.

Quadro 9 - Formação continuada de professores

(continua)

Ação 7	Descrição
O que será feito?	Formação continuada dos professores, com ênfase no aprimoramento de práticas pedagógicas.
Por que será feito? (justificativa)	Com o objetivo de que o professor possa conhecer a realidade da escola sobre o abandono escolar, construir um planejamento adequado às especificidades do noturno e construir práticas pedagógicas diferenciadas, de modo a atender as particularidades desta etapa de ensino.

Quadro 9 - Formação continuada de professores

(conclusão)

Ação 7	Descrição
Onde será feito? (local)	Na própria escola.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Pela equipe pedagógica da escola, apoiada pela gestão.
Quando será feito? (tempo)	Durante todo o ano letivo, uma vez a cada 15 dias, durante os encontros de módulo II.
Como será feito? (método)	Durante as reuniões de módulo, ocorrerão oficinas, que terão início com a apresentação dos índices de abandono da escola. Em momento posterior, os professores realizarão os planejamentos. Nos momentos seguintes, deverá se alternar a leitura de artigos e as oficinas de práticas pedagógicas. Em todos os momentos, os professores serão auxiliados pela equipe pedagógica e gestão da escola.
Quanto? (custos)	Os custos serão referentes a materiais de papelaria, já previstos no orçamento escolar.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.8 WORKSHOPS MOTIVACIONAIS

Esta ação tende a comungar com as observações a partir do questionário aplicado aos alunos do ensino noturno, os quais demonstraram certo desinteresse e ausência de comprometimento com os estudos e situações de indisciplina. Assim, pretende-se a busca de parcerias com instituições que possam auxiliar a escola na tarefa de motivar os alunos quanto a necessidade em estar na escola, valorizar os estudos e se respeitar os profissionais que nela atuam. Uma vez por mês, um profissional, ministrará para os alunos um workshop com duração de três horas, que terá como principal objetivo apresentar aos estudantes o importante papel que a escola pode representar para o futuro destes, tratando ainda o tema da indisciplina. Estes encontros poderão ser ministradas por psicólogos e assistentes sociais do Núcleo de Assistência às Famílias (NASF) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), profissionais das faculdades próximas, com as quais a escola já mantém parcerias, ou ainda por profissionais da escola que apresentam habilidades para este propósito. Os psicólogos poderão incluir às oficinas a aplicação de testes motivacionais ao passo que os profissionais das faculdades parceiras poderão apresentar características dos cursos oferecidos, bem como aplicar vestibular aos alunos 3º ano.

No último workshop de cada semestre os alunos serão desafiados a apresentarem alguma habilidade: cantar, dançar, declamar, atuar, habilidade gastronômica, desenho, pintura, ou mesmo expor detalhes de sua atividade laboral.

Com o objetivo de valorizar o momento, a escola criará um certificado de participação, que será entregue aos estudantes ao final de cada encontro. Assim, ao final de cada bimestre, os alunos que não faltarem a nenhum encontro, terão a garantia de um ponto para cada disciplina. O Quadro 10 apresenta a síntese desta ação.

Quadro 10 - Workshops motivacionais

Ação 8	Descrição
O que será feito?	Workshops motivacionais com os alunos do noturno.
Porque será feito? (justificativa)	Como meio de motivação aos estudos para os alunos do ensino noturno.
Onde será feito? (local)	Na própria escola
Por quem será feito? (responsabilidade)	Pelos professores de algumas disciplinas, com apoio da equipe gestora e parcerias com o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), NASF (Núcleo de Assistência às famílias) e faculdades mais próximas (UNIVALE e PÍTAGORAS).
Quando será feito? (tempo)	Uma vez a cada mês
Como será feito? (método)	Uma vez a cada mês, os alunos participarão de um workshops motivacional ministrado ora pelos profissionais da escola, ora por profissionais do CRAS ou NASF(psicólogos e assistentes sociais) ou profissionais da UNIVALE ou PÍTAGORAS(faculdades próximas). No último workshop do semestre os alunos serão desafiados a desempenharem alguma habilidade: dançar, cantar, declamar, atuar, etc...
Quanto? (custos)	Não há custos adicionais para a escola

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Todas as ações realizadas serão avaliadas uma vez a cada mês, durante os encontros de módulo II, a fim de que se possa acompanhar o desempenho das mesmas, e ao início de cada ano letivo, propor alternativas de aprimoramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente caso de gestão se propôs a investigar as causas do abandono escolar no cotidiano do ensino médio noturno da E. E. Carlos Drummond, localizada no município de Coroaci, região leste no interior de Minas Gerais, no intuito de apresentar ações para amenizar o problema detectado.

Os estudos foram realizados, com base nos anos de 2014 a 2018. Nestes, observou-se que os índices de abandono são bastante elevados, conforme se apresentou no capítulo 1. Ainda no capítulo 1, trouxemos os dados de abandono no país, estado de Minas Gerais e município, sempre propondo uma comparação com os números apresentados pela referida escola. Os estudos tiveram, ainda, o propósito de expor os dados de abandono no ensino médio diurno na escola de estudo, a fim de compará-los com os dados do ensino noturno, o que evidenciou que, no ensino noturno, os dados são bem mais expressivos.

O capítulo 1 intencionou, ainda, apresentar um breve percurso histórico de como as políticas educacionais brasileiras têm procurado atingir os alunos do ensino médio, inclusive as referências a esta etapa de ensino já apontadas na lei 5292 (BRASIL, 1971). Na sequência, o capítulo apresenta as principais políticas de governo da última década no estado de Minas Gerais, que intencionaram trazer o jovem para a escola, bem como evitar o abandono escolar. As iniciativas foram: o programa Pacto nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio, em parceria com o governo federal; o projeto Reinventando o ensino médio; a campanha VEM-Virada Educação; e o projeto Diversidade, Inclusão e o Mundo do Trabalho, que tem como foco o ensino noturno.

No capítulo 2, trouxemos o referencial teórico, a partir da apresentação de alguns estudos pertinentes ao tema do abandono escolar. Neles, alguns estudiosos buscam identificar e apontar as diversas causas do abandono escolar. Foram utilizadas como base pesquisas de Almeida (2011), Batista *et al.* (2009), Krawczyk (2011), Moehlecke (2012), Brandão (2011), Souza e Oliveira (2008), Santos *et al.* (2017), Goulart *et al.* (2006), Leon e Menezes-Filho (2003) e outros.

Posteriormente, foi apresentado o instrumento de pesquisa utilizado, que foi o questionário, o qual foi respondido por todos os 39 alunos das duas turmas de ensino médio do turno noturno da E. E. Carlos Drummond de Andrade, nos dias 28 e 29 de outubro de 2019. De posse dos resultados, o capítulo contextualizou os dados encontrados nos questionários, os quais apresentam as observações de cada turma. Em seguida, foi elencado um comparativo entre os dados observados nas duas turmas.

Assim, por meio das análises realizadas, tornou-se evidente algumas situações que encadeiam o abandono escolar na escola de estudo. Notou-se que a necessidade de trabalhar, aliada às más condições financeiras, representa forte motivo de abandono escolar na realidade estudada. Outro fator preponderante são as diversas situações de indisciplina, apontadas pelos alunos que responderam ao questionário, bem como a baixa frequência às aulas. Foram elencados, ainda, como motivos para o abandono escolar: a falta de comprometimento com os estudos; as dificuldades em acompanhar as aulas; e professores muito exigentes. Tal contexto se alia à ausência de práticas pedagógicas diferenciadas por parte dos professores. Entende-se, contudo, que os fatores apontados como causas de abandono escolar devem ser analisados em conjunto, uma vez que a existência de um problema pode encadear outros.

Então, o capítulo 3 apresentou um conjunto de ações, que precisam ser executadas por todos os envolvidos no processo pedagógico da escola. Tais iniciativas, propostas no Plano de Ação Educacional, intencionam responsabilizar toda a comunidade escolar na luta contra o abandono escolar. É importante entender, entretanto, que tais ações não podem se configurar como elementos pré-determinados, mas que podem ser executadas, avaliadas e, se necessário, reestruturadas, a fim de garantir a eficácia das ações.

Por fim, convém ressaltar aqui que, enquanto educadora da E. E. Carlos Drummond de Andrade, considero que as contribuições da pesquisa realizada representaram enorme significado para a minha formação profissional. Espera-se, assim, que os resultados dos estudos possam servir de referência para que toda a equipe da escola seja conduzida, no intuito de amenizar as situações de abandono escolar, buscando garantir, dessa forma, o direito de permanecer no ambiente escolar, inerente a todos os jovens e adolescentes. Contudo, entende-se que estudos mais detalhados sobre a temática precisam ser realizados na instituição, principalmente no que se refere à investigação pertinente ao corpo docente e equipe gestora, buscando ratificar ou não os resultados obtidos na aplicação dos questionários aos discentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laura Ribeiro de. Evasão escolar no ensino médio: um diagnóstico dos Alunos da Escola Pública noturna do, Rio Grande do Sul–Brasil. **Rev. Int. Investig. Cienc. Soc.**, vol 2. p. 83-118, dez. 2011.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexsandra Matos; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva. A evasão escolar no Ensino Médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 195-208, maio-ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm#art1. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. **Lei 5292 de 11 de agosto de 1971**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação de 20 de novembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009**. 2009a. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_3873975_portaria_n_971_de_9_de_outubro_de_2009.aspx. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. 2009b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. **Portaria nº1.140, de 22 de novembro de 2013**. Disponível em >http://cac.php.unioeste.br/projetos/pactoNacional/docs/portaria_mec_1140_2013.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. 2016a. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE/MEC nº 4, de 25 de outubro de 2016**. 2016b. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, a fim de apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras, em conformidade com o Programa Ensino Médio Inovador.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. 2016c. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.htm>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Observatório do PNE**. [2019]. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio/indicadores>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. **Plano nacional de Educação**. [2019]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 29 mar. 2018.

GATTI, Bernadete A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBP**, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan. /abr. 2012.

GOULART, Linda Taranto; SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; NESPOLI, Vanessa. **O desafio de universalização do Ensino Médio**. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas SA, São Paulo, 2008, 6ª edição.

GONÇALVES, Lia Rodrigues; PASSOS Sara Rozinda Moura Sá dos; PASSOS, Álvaro Mariano. **Novos rumos para o Ensino Médio noturno – como e por que fazer?** 2005.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar**. 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em: 23 nov. 2019.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v.41 n.144 set. /dez. 2011.

LEON, Fernanda Leite Lopez de; Menezes-Filho, Naércio Aquino. **Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil**. 2003.

MENDES, Marcelo Simões. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 2, pág.261-265, abril – junho, 2013.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 28 dez. 2011.

MINAS GERAIS. **Resolução-see-n-2842-de-13-de-janeiro de 2016**. Disponível em: <http://sind-utegovernadorvaladares.blogspot.com.br/2016/01/>. Acesso em: 23 fev. 2018

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. [2018/2019]. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/parceiro/lista-de-escolas>. Acesso em: 23 ago. 2018

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 17, n. 49, 2012.

SIMADE. **Sistema de administração escolar de Minas Gerais**. 2019. Disponível em <http://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SIMADE. **Sistema de administração escolar de Minas Gerais**. 2018. Disponível em <http://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 23 fev. 2018.

SANTOS, Daniela Soares dos; ASSIS, João Paulo Flaviano de; TIZZIOTTI, Catarine Palmieri Pitangui. REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO: um estudo sobre a efetividade do Programa para Redução do Abandono e Evasão no Ensino Médio em Minas Gerais. In: **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, vol. X, n. 19, 2017.

SISTEMA DE MONITORAMENTO. SIMAVE/CAEd. Disponível em: <http://monitoramento.caedufjf.net/#!/indicadores/rendimento-escolar>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SILVA, Fernanda Scaciota Simões da. **O fluxo escolar (ou) o percurso escolar (ou) a taxa de escolarização: entendendo seus conceitos para o Brasil e para a França**. UNICE/*Université Nice Sophia Antipolis/Université Côte d'Azur*/França. Eixo – Políticas Públicas e Gestão da Educação, 2015.

SOARES, T.M; FERNANDES, N. S; NÓBREGA, M. C; NICOLELLA, A. C. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educ.Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul. /set. 2015.
Fundação Lemann e Meritt (2018): portal QEdU.org.br, acessado em 25/11/2019. 2019.
Disponível em <http://www.qedu.org.br/sobre/dados-disponiveis>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SOUZA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Ensino Médio noturno: democratização e diversidade. **Educar**, Curitiba, n. 30, p. 53-72, 2008. Editora UFPR.

SOUZA, André Portela de; PONCZEK, Vladimir Pinheiro; OLIVA, Bruno Teodoro; TAVARES, Priscilla Albuquerque. Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do Ensino Médio no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 42, n. 1, abr. 2012.

TAVARES JÚNIOR, F. O Brasil e sua educação: sociedade, equidade e oportunidades. In: Fernando Tavares Júnior; Luiz Flávio Neubert. (Org.). **Políticas Educacionais**. 11ed. Juiz de Fora: CAEd/FADEPE - UFJF, 2017, v. 1, p. 113-124.

TOGNI, Ana Cecília; SOARES, Marie Jane Carvalho. A escola noturna de Ensino Médio no Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 44, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

PREZADO(A) ALUNO(A)!

Peço sua colaboração para responder a este questionário, cujo objetivo é auxiliar minha pesquisa de mestrado. Diante de sua contribuição, declaro meu compromisso com a privacidade e a confiabilidade dos dados utilizados, preservando integralmente o anonimato e a imagem do participante, bem como a sua não estigmatização, não utilização de informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou critérios econômico-financeiros.

Desde já, agradeço por sua colaboração!

MESTRANDA: MARIA PARECIDA DA SILVA

CONTATO: 33- 988324960

() Concordo em participar voluntariamente da referida pesquisa respondendo ao presente questionário.

() Não concordo em participar da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO

BLOCO 1: SOBRE VOCÊ

1. QUAL É O SEU SEXO?

(A) masculino (B) feminino

2. COMO VOCÊ CLASSIFICARIA SUA COR, SEGUNDO AS CATEGORIAS USADAS PELO IBGE?

(A) Branca (B) Parda (C) Indígena (D) Preta (E) Oriental

3. QUAL É SUA DATA DE NASCIMENTO? (Indique o dia, o mês e o ano)

4. VOCÊ MORA EM QUAL CIDADE?

5. EM QUE BAIRRO VOCÊ MORA?

BLOCO 2: SUA CASA E SUA FAMÍLIA

QUEM MORA COM VOCÊ?	SIM	NÃO
1. Mãe		
2. Outra mulher responsável por você (companheira do pai / madrasta / mãe de criação)		
3. Pai		
4. Outro homem responsável por você (companheiro da mãe / padrasto / pai de criação)		
5. Irmão(s) ou irmã(s) (incluindo meio-irmão / meia-irmã(s) ou irmão(s) / irmã(s) de criação)	Quantos? ____	
6. Avó(s) e/ou avô(s)		
7. Meu (minha) companheiro(a)		
8. Outras pessoas		

9- Você exerce função remunerada?

- (A) Sim. Trabalho de carteira assinada.
 (B) Sim, mas não tenho carteira assinada.
 (C) Sim. Exerço atividade autônoma (Para mim ou familiares).
 (D) Não trabalho.

10. Escolha a alternativa que tem o valor da renda de todos os membros da sua família, que moram com você:

- (A) Até 01 salário mínimo (R\$ 998,00)
 (B) De 02 a 03 salários mínimos (R\$ 1996,00 a R\$ 2994,00).
 (C) De 04 a 05 salários mínimos. (R\$ 3992,00 a R\$ 4990,00).
 (D) Acima de 05 salários mínimos (R\$ 4990,00).

11.Sua mãe ou mulher responsável por você saber ler e escrever?

- (A) Sim
 (B) Não.

12.Até que série sua mãe ou mulher responsável por você estudou?

- (A) Nunca estudou.
 (B) Não completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental.
 (C) Completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental, mas não completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental
 (D) Completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental, mas não completou o Ensino Médio.
 (E) Completou o Ensino Médio, mas não completou a faculdade.
 (F) Completou a Faculdade.
 (G) Não sei.

13. Seu pai ou homem responsável por você saber ler e escrever? Sim Não.**14. Até que série seu pai ou homem responsável por você estudou?**

(A) Nunca estudou.

(B) Não completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental.

(C) Completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental, mas não completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental.

(D) Completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental, mas não completou o Ensino Médio.

(E) Completou o Ensino Médio, mas não completou a faculdade.

(F) Completou a Faculdade.

(G) Não sei.

BLOCO 3: SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR**1. QUAL ANO VOCÊ ESTÁ MATRICULADO NESTA ESCOLA?**

(A) 1º ano

(B) 2º ano

(C) 3º ano

2. EM QUE DATA (ANO) VOCÊ INGRESSOU NESTA ESCOLA?

3. VOCÊ JÁ REPETIU ALGUMA SÉRIE ESCOLAR?

(A) Nunca repeti o ano (Siga para a questão nº 18)	(C) Sim, 2 ou mais vezes, nesta escola
(B) Sim, 1 vez, nesta escola	(D) Sim, 2 vezes ou mais em outra escola

4. SE VOCÊ REPETIU, EM QUAL SÉRIE FOI? (Marque quantas opções forem necessárias circulando a série correspondente àquele na qual você foi reprovado(a))

(A) Em séries do Ensino Fundamental I
(B) Em séries do Ensino Fundamental II
(C) Em séries do Ensino Médio - (1º ano)
(D) Em séries do Ensino Médio - (2º ou 3º ano)

QUAL JUSTIFICATIVA VOCÊ DARIA PARA SUA REPROVAÇÃO? (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Não	Sim
5. Fiquei doente		
6. Tive problemas familiares		
7. Meus professores foram injustos		
8. A escola foi exigente demais		
9. Meus professores não explicavam bem a matéria		
10. Não estudei o suficiente		
11. Tive dificuldade de organizar meus estudos		
12. Não consegui entender a matéria		

13. Não tinha boa frequência		
14. Tive que trabalhar		
15. Mudei de casa		
16. Tive um filho		
17. Outra. Qual?		

18. VOCÊ JÁ ABANDONOU OS ESTUDOS ALGUMA VEZ?

A() Sim

B() Não. Passe para a questão 22.

19. POR QUE SAIU DA ESCOLA REGULAR? (Pode marcar mais de uma opção.)

(A) As aulas não eram interessantes.

(B) Tinha dificuldades em acompanhar as aulas.

(C) Falta de condições financeiras.

(D) Vontade própria.

(E) Não gostava de estudar.

(F) Escola longe da sua casa.

(G) Trabalho.

(H) Outro motivo: qual? _____

20. QUANTO TEMPO FICOU FORA DA ESCOLA?

(A) 01 ano

(B) 02 a 04 anos

(C) 05 a 07 anos

(D) 08 a 10 anos

(E) mais de 10 anos

21. POR QUE VOCÊ SE MATRICULOU NO NOVAMENTE NO ENSINO REGULAR? (Você pode marcar mais de uma opção).

(A) Para dar continuidade aos estudos.

(B) Conseguir um emprego melhor.

(C) Subir de cargo no seu emprego atual.

(D) Auxiliar filhos e netos nas atividades escolares.

(E) Ampliar sua aprendizagem.

(F) Fazer um curso superior ou um curso técnico.

(G) Outros: _____.

22. QUANDO TERMINAR O ENSINO MÉDIO, VOCÊ PRETENDE:

(A) Somente continuar estudando	(C) Continuar estudando e trabalhar
(B) Somente trabalhar	(D) Ainda não sei

23. SE VOCÊ PLANEJA CONTINUAR SEUS ESTUDOS, EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ PRETENDE ESTUDAR DEPOIS DE CONCLUIR O ENSINO MÉDIO?

(A) Não pretendo continuar a estudar	(E) Universidade Privada presencial
(B) Em qualquer uma	(F) Educação à Distância
(C) Universidade Pública Estadual	(G) Não sei
(D) Universidade Pública Federal	

BLOCO 4: AVALIAÇÃO DA ESCOLA

COMO VOCÊ CLASSIFICA SEU RELACIONAMENTO NESTA ESCOLA COM: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Muito ruim	Ruim	Bom	Muito bom
1. Seus colegas				
2. Seus professores				
3. A direção				
4. A coordenação pedagógica				
5. Demais servidores da escola				

MINHA ESCOLA É O LUGAR ONDE: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
6. Eu me sinto como um estranho				
7. Eu faço amigos facilmente				
8. Eu me sinto à vontade				
9. Eu me sinto incomodado				
10. Os outros alunos parecem gostar de mim				
11. Eu me sinto solitário				
12. Vou porque sou obrigado				
13. Eu me sinto entediado				
14. Aprendo a me organizar nos estudos				

COMO VOCÊ CLASSIFICA OS SEGUINTE ASPECTOS DA SUA ESCOLA: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Muito ruim	Ruim	Bom	Muito bom
15. Organização				
16. Segurança				
17. Regras de convivência				

18. EM RELAÇÃO AO ENSINO, SUA ESCOLA COMPARADA COM A DE SEUS AMIGOS É:

(A) Muito melhor que as outras	(D) Pior que as outras
(B) Melhor que as outras	(E) Muito pior que as outras
(C) Igual às outras	

19. QUAL A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PARA O SEU FUTURO?

(A) Não possui importância	(D) Muito importante
(B) Pouca importância	(E) Não sei
(C) Importante	

20. DE QUEM FOI A DECISÃO PARA VOCÊ ESTAR NESSA ESCOLA? (Marque quantas opções quiser)

(A) De seus pais ou responsáveis	(D) Encaminhamento da escola anterior
(B) De você mesmo	(E) Outros
(C) De seus responsáveis junto com você	

BLOCO 5: SALA DE AULA

COM QUE FREQUÊNCIA ESSAS COISAS ACONTECEM EM SUAS AULAS NESTA ESCOLA: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Nunca	Em algumas aulas	Na maioria das aulas	Em todas as aulas
1. Os professores têm que esperar muito pelo silêncio dos alunos				
2. Há barulho e desordem na sala de aula				
3. Os alunos prestam atenção ao que o professor fala				
4. Os alunos prestam atenção às perguntas feitas pelos colegas				
5. Os alunos não conseguem estudar direito				
6. Os alunos entram e saem da sala sem pedir licença				
7. Os alunos respeitam as regras de convivência da escola				
8. Os alunos procuram o professor quando precisam de ajuda				

COMO VOCÊ SE VÊ EM SALA DE AULA: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Todas as vezes
9. Acompanho a matéria exposta pelo professor				
10. Copio no meu caderno a matéria apresentada				
11. Fico à vontade para fazer perguntas				
12. Fico perdido durante a explicação do professor				
13. Converso com os colegas durante as aulas				
14. Discuto a avaliação realizada pelo professor				
15. Realizo as atividades que o professor propõe				

CONSIDERANDO ESTE ANO ESCOLAR, ASSINALE:

	Port	Mat	Bio	Qui	Fís	Hist	Geo	Inglês
16. Matérias que tenho mais dificuldade								
17. Matérias que tenho mais facilidade								
18. Matérias que mais gosto								
19. Matérias que menos gosto								
20. Matérias que acho mais importantes								
21. Matérias que acho menos importantes								

BLOCO 6: PROFESSORES

CONSIDERANDO A MAIORIA DE SEUS PROFESSORES, VOCÊ PERCEBE QUE ELES: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
1. Incentivam os alunos a melhorar			
2. Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos			
3. Dão oportunidade aos alunos para exporem opiniões nas aulas.			
4. Relacionam-se bem com os alunos			
5. Continuam a explicar até que todos entendam a matéria			
6. Mostram interesse pelo aprendizado de todos os alunos			
7. Organizam bem a apresentação das matérias			
8. Realizam uma avaliação justa			
9. Variam a maneira de apresentar/ expor as matérias			
10. Organizam passeios, projetos, jogos ou outras atividades			
11. Corrigem os exercícios que recomendam			
12. Utilizam diferentes estratégias para auxiliar alunos com dificuldades			
13. Procuram saber sobre os interesses dos alunos			
14. Demonstram domínio da matéria que ensinam			
15. Cobram as tarefas passadas para casa			

BLOCO 7: USO DO TEMPO

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ FAZ AS SEGUINTE COISAS: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
1. Chega no horário na escola			
2. Falta às aulas			
3. Faz as tarefas escolares passadas para casa			
4. Entrega os comunicados da escola para seus responsáveis			

COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ FAZ AS SEGUINTE COISAS: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
5. Frequenta a biblioteca			
6. Assiste a filmes relacionados aos conteúdos vistos em aula			
7. Lê de novo em casa o conteúdo das aulas			
8. Discute ou tira dúvidas com outros colegas			
9. Refaz questões que erra em exercícios e avaliações			
10. Pesquisa na internet conteúdos vistos durante as aulas			
11. Participa de projetos ou atividades extraclasse			
12. Estuda nos finais de semana			
13. Prefere realizar os trabalhos escolares individualmente			

Muito obrigado pela sua valiosa contribuição!

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Pesquisador Responsável: MARIA APARECIDA DA SILVA

Endereço: PRAÇA PADRE SADI RABELO, Nº 83B

CEP: 39710000 – COROACI – MG

Fone: (33) 988324960

E-mail: mariasilva.mestrado@caed.ufjf.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “O ENSINO MÉDIO NOTURNO DA ESCOLA ESTADUAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE SOB A ÓTICA DO ABANDONO ESCOLAR.”

Nesta pesquisa pretendemos discutir os altos índices de abandono escolar no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade(nome fictício), localizada em Coroaci, no interior de Minas Gerais. Os objetivos definidos para este estudo foram investigar as causas que fizeram com que a escola apresentasse taxas de abandono superiores as do estado de Minas Gerais , município e Brasil em quase todos os anos durante o período de 2014 a 2018. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: a realização de Entrevistas estruturadas com o corpo docente, como instrumento para coleta de dados, que serão gravadas em áudio e transcritas, possibilitando o aprofundamento da análise dos dados coletados na pesquisa e aplicação de questionários para os alunos. A pesquisa contribuirá para analisar os múltiplos fatores, internos e externos à escola, que contribuem para o abandono, possibilitando a elaboração de um Plano de Ação Educacional, que tenha como objetivo propor estratégias para combater o problema.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na E. E. Carlos Drummond de Andrade (nome fictício) e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “O ENSINO MÉDIO NOTURNO DA ESCOLA ESTADUAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE SOB A ÓTICA DO ABANDONO ESCOLA”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Coroaci, 22 de outubro de 2019 .

_____	_____	_____
Nome	Assinatura participante	Data
_____	_____	_____
Nome	Assinatura pesquisador	Data

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Helena Rivelli de Oliveira

Analista de Formação em EAD Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

Unidade Dom Orione (32) 4009-9330 / 9322

www.mestrado.caedufjf.net